



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA RAPHAELA DE MELO FLORÊNCIO

AMAZÔNIA AZUL: VULNERABILIDADE OU POTENCIALIDADE?

**JOÃO PESSOA
2017**

ANA RAPHAELA DE MELO FLORÊNCIO

AMAZÔNIA AZUL: VULNERABILIDADE OU POTENCIALIDADE?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança Internacional

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

JOÃO PESSOA
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F632a Florêncio, Ana Raphaela de Melo.
Amazônia azul [manuscrito] : vulnerabilidade ou
potencialidade? / Ana Raphaela de Melo Florêncio. - 2017.
98 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Atlântico Sul. 2. Amazônia Azul. 3. Poder marítimo
brasileiro.

21. ed. CDD 327

ANA RAPHAELA DE MELO FLORENCIO

AMAZÔNIA AZUL: VULNERABILIDADE OU POTENCIALIDADE?

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais
da Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovada em 15 / 10 / 2015.



Fabio Rodrigo Ferreira Nobre /UEPB
Orientador(a)



Paulo Roberto Loyola Kubstman /UEPB
Examinador(a)



Antonio Henrique Luzena Silva /Unesa-Rocife
Examinador(a)

À minha mãe, por toda paciência, amor,
companheirismo, exemplo e dedicação,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer de forma conjunta as pessoas que estão comigo nessa jornada desde o início, meus pais, minhas irmãs e minhas avós. Eles sempre foram meu porto seguro quando tudo parecia perdido, quando desesperava e quando achei que não iria mais conseguir. Em particular desses, quero agradecer às mulheres da minha vida, minha mãe, Ana Lucia, Vó Carmem e Vó Socorro, obrigada por me fazerem a mulher que hoje sou, sem vocês nada disso seria possível, obrigada por serem exemplo de dedicação, força, perseverança, resiliência e principalmente muito amor. Agradeço agora a mim mesma, por sempre acreditar, por chegar ao fundo do poço e perceber que lá só existe um lugar para ir, e é para cima! Agradeço ao meu companheiro de vida, Ítalo, que sempre me apoiou nas noites de choro, angústias e desabafos, e sempre tentou virar a madrugada ao meu lado quando estava estudando.

Agradeço aos mestres, desde o ensino infantil até meu orientador, Fábio Nobre, pela dedicação e o amor por ensinar, e compartilhar parte de seu maior tesouro, o conhecimento. Aos meus amigos que estavam comigo nessa jornada de 5 anos, especialmente ao João Marcelo, por escutar minhas angústias e sempre me dizer que tudo daria certo, espero fazer o mesmo por você algum dia; André Carvalho, Edith Larissa, Delanney Di Maio, Lau Rodrigues e Pedro Benevides, todos por aguentarem meus estresses cobranças, meus momentos de inconveniente e por terem embarcado comigo nos CADNs da vida. Agradeço ao Pai Celestial por suas inúmeras e incansáveis providências em minha vida e sempre dar apenas aquilo que pude aguentar.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer aos ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff por terem acreditado que a educação é o único caminho para uma grande nação e assim terem propiciado para mim e milhares de outros brasileiros a oportunidade de crescer, realizar um sonho e fazer do Brasil a grande sonhada Nação.

A Nação é feita por piratas e profetas. Mas piratas e profetas, dos bons, geram-nos a Universidade. Somente com bons piratas e bons profetas do mar é que nos apropriaremos desse Mar com uma posse real, profunda, apaixonada, definitiva (MOREIRA DA SILVA, 1970, p.86).

RESUMO

O Brasil é um país que respira pelo mar, sua costa é voltada para o Atlântico Sul, e essa é a última fronteira nacional a ser consolidada. O presente trabalho foca na defesa do mar territorial brasileiro, esse território tem cerca de 4,5 milhões de km², repleto de recursos naturais vivos e não-vivos, por tal riqueza adquiriu o nome de “Amazônia Azul”. Utilizando da teoria geopolítica de Poder Marítimo, o trabalho visa analisar os arcabouços marítimos do Brasil para a defesa da costa atlântica. O tema em questão é de suma importância para estudiosos de geopolítica brasileira, estudos de defesa, segurança e estratégia brasileira. Mesmo possuindo a maior costa atlântica do mundo o Brasil é uma grande nação que não possui sua própria Grande Estratégia, os livros de defesa nacional são um início para se chegar no que de fato é uma Grande Estratégia. O trabalho usa de livros e artigos voltados para o Atlântico Sul de militares e civis, teoria do Poder Marítimo do estudo da Geopolítica, documentos e dados nacionais federais e militares para concluir se a costa brasileira é uma vulnerabilidade ou potencialidade. O trabalho é dividido em quatro capítulos, o primeiro faz uma introdução sobre as invasões históricas pela costa e uma contextualização da situação atual do litoral brasileiro. O segundo capítulo fala sobre a teoria do poder marítimo pelo Mahan e Till, características da Marinha do Brasil e uma comparação do Brasil com outros países selecionados. A terceira parte trata do pensamento marítimo brasileiro, quais os projetos em andamento na Marinha para o desenvolvimento da maritimidade, como os livros de defesa estão estruturados e quais as organizações internacionais voltadas para o Atlântico Sul. E a última parte trata da conjuntura internacional que o Brasil está inserido, cinco possíveis ameaças são apresentadas diante e qual a importância que elas devem ter para o desenvolvimento de uma política de defesa bem estruturada. Baseado nesses fatos constata-se que a costa brasileira é uma vulnerabilidade devido às suas potencialidades e a falta de uma Grande Estratégia, material e pessoal insuficiente e inadequados, fraca capacidade operacional e deficiência do pensamento marítimo na sociedade, governo e documentos de defesa.

Palavras-chaves: Defesa; Segurança; Atlântico Sul; Brasil; Amazônia Azul.

ABSTRACT

Brazil is a country that breathes by the sea, its coast is turned towards the South Atlantic, and this is the last national frontier to be consolidated. The present work focuses on the defence of the Brazilian territorial sea, this territory is about 4.5 million km², full of living and non-living natural resources, for this wealth acquired the name of "Blue Amazon". Using the geopolitical theory of Sea Power, the work aims to analyse the maritime frameworks of Brazil for the defence of the Atlantic coast. The subject in question is of great importance for Brazilian geopolitical scholars, defence studies, security and Brazilian strategy. Even with the largest Atlantic coast in the world, Brazil is a great nation that doesn't have its own Great Strategy, and the books of national defence are a beginning to arrive at what in fact is a Great Strategy. The work uses books and articles aimed at the South Atlantic of military and civilians, Sea Power theory of the study of Geopolitics, documents and national federal and military data to conclude if the Brazilian coast is a vulnerability or potentiality. The work is divided into four chapters, the first one introduces the historical invasions by the coast and a contextualization of the current situation of the Brazilian coast. The second chapter talks about the theory of maritime power by Mahan and Till, characteristics of the Brazilian Navy and a comparison of Brazil with other selected countries. The third part deals with Brazilian maritime thinking, what projects are under way in the Navy for the development of maritime policy, how the defence books are structured and which international organizations are focused on the South Atlantic. Brazil is inserted, five possible threats are presented and how important they should be for the development of a well-structured defence policy. Based on these facts, it is clear that the Brazilian coast it's a vulnerability because of its potential in the absence of a great strategy, material and inadequate and inappropriate equipment, operational capacity and disability maritime policy in society, in government and in documents of defence.

Keywords: Defence; Security; South Atlantic; Brazil; Blue Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Tese da triangulação insular	28
Figura 2 –	Rotas Marítimas no Atlântico Sul	31
Figura 3 –	Fluxograma do pensamento marítimo da Inglaterra	38
Figura 4 –	Organograma da Marinha	40
	Distribuição Geográfica dos Grandes Comando e Principais	
Figura 5 –	Organizações	41
Figura 6 –	Complexo de Infraestrutura Naval	54
Figura 7 –	Características gerais dos submarinos desenvolvidos	55
Figura 8 –	Subsistemas do SisGAAz	59
	Evolução da produção de petróleo em bilhões de barris, por país, entre	
Figura 9 –	1990 e 2014	76
Figura 10 –	Limites Impostos pela CNUDM	77
	Signatários da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, por país e	
Figura 11 –	data de ratificação, entre 1982 e 2016	78
Figura 12 –	Unidades de Comando Unificados Regionais	79
Figura 13 –	Cordão das oito ilhas britânicas no Atlântico Sul	81
Figura 14 –	Distância da Guiana Francesa e Foz do Amazonas	83
Figura 15 –	Presença Comercial na América do Sul	84
Figura 16 –	Presença extrarregional no entorno estratégico brasileiro	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Maiores gastos com defesa no mundo em 2016	43
Gráfico 2 –	Uso do orçamento em 2016	44
Gráfico 3 –	Comparação entre a porcentagem e o valor real do investimento no MD (2007-2016)	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Orçamento do Ministério da Defesa (2007-2017*)	45
Tabela 2 – Quadro de comparação de dados iniciais	46
Tabela 3 – Opções de Estratégia Naval	47
Tabela 4 – Comparação dos Meios Navais	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
BAeN2ªEsq	Base Aérea Naval da 2ª Esquadra
BM	Banco Mundial
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CPLP	Comunidade de Países da Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DivAnf	Divisão Anfíbia
EBN	Estaleiro e Base Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FFE	Força de Fuzileiros da Esquadra
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GF	Guerra Fria
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Plataforma Continental
PDN	Política de Defesa Nacional
PND	Política Nacional de Defesa
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
PROMAR	Programa de Mentalidade Marítima

PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
SisGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
UAnf	Unidade Anfíbia
UFEM	Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1	COSTA BRASILEIRA AO LONGO DA HISTÓRIA	19
1.1	INVASÕES HISTÓRICAS	19
1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL	21
1.3	GEOPOLÍTICOS BRASILEIROS E O ATLÂNTICO SUL	25
2	PODER MARÍTIMO BRASILEIRO	29
2.1	PODER MARÍTIMO	29
2.1.1.	Alfred T. Mahan	30
2.1.2.	Geoffrey Till	33
2.2.	FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS PARA O MAR	39
2.2.1.	Marinha do Brasil	39
2.2.2.	Orçamento do Brasil para as Forças Armadas	43
2.2.3.	Comparação do Poder Naval	46
3.	PENSAMENTO MARÍTIMO BRASILEIRO	50
3.1.	PROJETO NÚCLEO DO PODER NAVAL	50
3.1.1.	Reaparelhamento da Marinha	51
3.1.2.	Programa de Mentalidade Marítima	52
3.1.3.	Programa de Desenvolvimento de Submarino	53
3.1.4.	Complexo Naval da 2ª Esquadra e da 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra	56
3.1.5.	Sistema de Gerenciamento da “Amazônia Azul”	58
3.2.	LIVROS DE DEFESA NACIONAL	59
3.2.1.	Política de Defesa Nacional e Política Nacional de Defesa	60
3.2.2.	Estratégia Nacional de Defesa	63
3.2.3.	Livro Branco de Defesa Nacional	64
3.3.	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O ATLÂNTICO SUL	66
3.3.1.	Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul	67
3.3.2.	Comunidade de Países de Língua Portuguesa	68
3.3.3.	União das Nações Sul-Americanas (Conselho de Defesa Sul-Americano) ...	69
3.4.	UMA GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA	71
4.	O BRASIL E A CONJUNTURA INTERNACIONAL	73
4.1.	O TESOURO NEGRO	75
4.2.	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A IV FROTA	78
4.3.	REINO UNIDO E CORDÃO DE 8 ILHAS	80
4.4.	GUIANA FRANCESA	82
4.5.	AS PRESENÇAS NÃO FÍSICAS DA CHINA E RÚSSIA	83
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	90

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil tem a maior costa atlântica do mundo, se estendendo por cerca de 9,2 mil km¹, sendo sua área marítima de 4,5 milhões de km² (AQUINO, 2008, p. 30-31). Por ter dimensões e riquezas semelhantes à Amazônia, a área marítima do Brasil foi chamada de “Amazônia Azul” em 2004, pelo então Comandante da Marinha Roberto de Guimarães Carvalho, termo que tornou-se popular e depois foi institucionalizado pelo Ministério da Defesa (FOLHA DE S.PAULO, 2004²).

O Atlântico Sul é alvo de vicissitudes na agenda brasileira e internacional. Diante de diferentes conjunturas internas e externas, o primeiro real interesse no Atlântico pelo Estado brasileiro se deu a partir da década de 70, no então governo militar Médici, com o aumento de 12 para 200 milhas náuticas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)³. Desde então, só em 1986, com o fim dos governos militares e atual governo provisório de José Sarney foi institucionalizado a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) que tem o Atlântico Sul como mar territorial, tanto da América do Sul, quanto da África. O Brasil não tinha pretensão de militarizar a região, tendo em vista que acabara de sair de um período de ditadura militar, a solução foi então a criação da ZOPACAS, uma proposta pacífica para defesa da região.

Somente no segundo governo Lula (2006-2010) a ZOPACAS e outras organizações luso-brasileiras foram retomadas⁴, pois no ano de 2007, o Brasil anunciou a descoberta de novas reservas de petróleo na região do Pré-sal⁵ no Atlântico Sul, levando o país a um novo patamar de reservas energéticas. Tal descoberta provocou a curiosidade de vários atores internacionais, o que levou a reativação da 4ª frota dos Estados Unidos da América e a proposta na Comissão do Direito do Mar na ONU, para aumento da Plataforma Continental Brasileira (PC) de 200 para 350 milhas náuticas. Diante de tais acontecimentos os Ministérios de Relações Exteriores

¹ Considerando-se saliências e reentrâncias.

² A “Amazônia Azul”. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1105200509.htm>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

³ Zona Econômica Exclusiva é uma área marítima que a partir das 12 milhas náuticas (1MN=1852m) do ponto mais extremo de terra, até a distância de 200 MN. Nesse espaço o Brasil é o único detentor de soberania a explorar e aproveitar os recursos vivos e não vivos do mar (BRASIL, lei nº8617, 1993, online).

⁴ Após o fim da Guerra Fria e a queda do *apartheid* (regime de segregação racial ocorrida na África do Sul de 1948 a 1994), a ZOPACAS foi se esmorecendo no âmbito da política externa brasileira, retomando seu lugar de importância no âmbito nacional no segundo governo Lula (ABDENUR e NETO, 2004, p. 229).

⁵ Um polígono de aproximadamente 800km de extensão por 200km de largura no litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. Essa área possui até 2 mil metros de espessura, é composta por grande quantidade de óleos de excelente qualidade, a produção diária de petróleo no pré-sal está no patamar de 1 milhão de barris por dia em meados de 2016, essa produção equivale a 58,2% do Produto Interno Bruto (soma de toda a produção de bens e serviços do país) (PETROBRAS, 2017, online).

e Defesa criaram uma co-secretaria dando espaço ao Atlântico Sul em duas vertentes, a segurança e a política externa, fazendo com que se indague qual o verdadeiro espaço do Atlântico para o Brasil.

A Amazônia Azul é possuidora de recursos vivos e não vivos, o Brasil respira pelo mar, já que 95% de seu comércio entra e sai pelos portos. O Brasil com uma grande costa Atlântica possui áreas estratégicas, como a “Garganta Atlântica”, entre a costa nordestina e a África Ocidental, é uma das rotas comerciais de grande importância para o mundo, sem contar outras tantas que servem de alternativas para outras rotas. O Brasil entende que possui áreas estratégicas de grande importância, mas subestima a presença de atores extrarregionais que estão localizados em áreas de grande risco, é o caso das oito ilhas britânicas que cercam todo o litoral brasileiro. Tal grandeza de costa atlântica torna-se uma vulnerabilidade e alvo de cobiça quando o interesse para a defesa não se faz presente no dia a dia do Brasil.

Ameaças diretas não atingem o Brasil e não existem inimigos declarados, mas estando na região menos militarizada do planeta, inserido no Sistema Internacional que presumisse ser anárquico e o fato do Brasil ser cercado por grandes potências, é necessária uma defesa dissuasória que permita dizer não quando precisar, dizia Nelson Jobim, quando Ministro da Defesa (FOLHA, 2010). O Brasil é um país cercado por no mínimo cinco Estados extrarregionais que se fazem presentes na região Sul-Atlântica, esses são: França, Reino Unido, Estados Unidos, Rússia e a China. Sem mencionar as presenças de Estados do Norte global na costa africana, do Marrocos à África do Sul. Desde a década de 1970, Meira Mattos⁶ já tinha vasta noção da importância do interesse em questão da defesa que a África tem para o Brasil. Meira Mattos diz que qualquer potência militar hostil ao Brasil quando ocupar a costa atlântica africana, com apenas uma base de foguetes de médio alcance, ameaçaria facilmente larga faixa do saliente nordestino (MATTOS, 1975, p.75).

O Brasil não especifica em seus documentos de defesa (END, PND, LBD) quais são as estratégias e acordos de cooperação militar em torno da defesa da costa compartilhada. O principal objeto de defesa são as jazidas de petróleo, e a partir dele proteção através de instalações navais de qualquer natureza, e em qualquer território, arquipélagos, ilhas, em resposta a qualquer ameaça, vinda de qualquer ator. Porém não há tecnologia, meios, estratégias

⁶ General reformado do Exército brasileiro, doutor em Ciência Política pela Universidade Mackenzie participou da II Guerra Mundial através da Força Expedicionária Brasileira, como capitão, foi professor do Estado-Maior e Superior de Guerra, atuou como subchefe do gabinete militar da Presidência da República no governo militar Castello Branco. Escreveu diversos livros, um dos mais conhecidos foi *Projeção Mundial do Brasil* (1960), em 1975 foi escolhido como Vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington e faleceu no ano de 2007 (ECEME, 2017, online).

ou qualquer outra coisa que possa nos levar à defesa além do Pré-Sal. O Brasil possui apenas uma esquadra para a patrulha de 9,2 mil km de costa, aportada no Sul brasileiro e com seus esforços voltados para o Pré-Sal, as áreas restantes ficam sem uma defesa adequada à possíveis ameaças.

O tema em questão é de suma importância para estudiosos de geopolítica, estudos de defesa, segurança e estratégia brasileira, é um tema que não deveria ter saído da grande agenda de discussão do Brasil. Fatos históricos de invasões, além de notórias observações de vários geopolíticos brasileiros, como Meira Mattos, nos fazem repensar na importância de uma defesa proporcional ao tamanho da costa brasileira.

O trabalho trata do problema da defesa e segurança da Amazônia Azul, sobre o Poder Marítimo Brasileiro, como a Marinha do Brasil está aparelhada, como andam os projetos tecnológicos e intelectuais, e se a população brasileira compartilha de um pensamento marítimo. Utilizando-se de livros e artigos voltados para o Atlântico Sul de militares e civis, teoria do Poder Marítimo do estudo da Geopolítica, documentos e dados nacionais federais e militares e trabalhando dentro de um escopo nacional e internacional, é promovida uma interação dos fatos com a teoria, até onde a teoria entra e até onde temos o poder de ação. Esse poder de ação é tudo o que compõe o Poder Marítimo, desde o Naval até o Mercante, a real necessidade de defesa do Brasil mudou com a descoberta do Pré-Sal, dado que não há garantia de que o Brasil vive em uma região realmente pacífica – pois viver na região menos militarizada do planeta, não é sinônimo de pacifismo.

Esse trabalho tem como objetivo geral responder à pergunta de pesquisa “A Amazônia Azul é uma potencialidade ou vulnerabilidade?” a partir de dados concretos, opiniões de militares e civis geopolíticos e estudiosos do assunto. Como objetivos secundários, analisa-se se o Brasil sofre ameaça, quais são elas e porque o governo não é atento para esse fato, aparelhando as Forças Armadas e conscientizando a população. Diante de um histórico de invasões pelo mar o Brasil aprendeu com o passado e temos o suficiente para patrulhar e defender os 9,2 mil km de costa? Esmiúçar os livros de defesa nacional apontando falhas que são importantes para uma política de defesa do Estado mais assertiva, entendendo o distanciamento que há entre a agenda política e a de defesa nacionais a partir dos livros de defesa. Nossas organizações de cooperação para o Atlântico Sul estão funcionando e qual a importância dessas organizações para o desenvolvimento e a segurança do Estado Brasileiro, dessa forma identificando as possíveis ameaças que o Brasil sofre, assim podendo elaborar livros de defesa mais concretos e menos genéricos. Trabalhando entre duas hipóteses simples e

determinantes, o trabalho quer saber se a costa marítima é uma vulnerabilidade ou uma potencialidade.

O tema de defesa e segurança da Amazônia Azul mantém-se de grande importância na atualidade, com a descoberta do Pré-Sal, em 2007, o litoral brasileiro tem recebido um novo olhar de atores internacionais, levando até a reativação da IV Frota americana no Atlântico Sul. Outras ameaças ao Brasil devem ser levadas em conta como a presença de um cordão de 8 ilhas britânicas que cercam as 200 milhas das águas jurisdicionais brasileiras, a presença do território ultramarino francês, Guiana Francesa, bem perto da Foz do Amazonas, uma região remotamente não bem protegida e com uma importância estratégica muito alta.

Desde 2007 a costa brasileira voltou a ser tema de artigos e livros diante da descoberta das reservas de combustível fóssil da camada do Pré-Sal, muitos se perguntando se temos uma Marinha preparada para todas as dificuldades e cobiças que o Brasil seria vítima. O Brasil possui apenas uma esquadra que está aportada no Rio de Janeiro, deixando toda a região Norte e Nordeste vulnerável à ataques. Diante desses problemas, e vivendo em um Sistema Internacional que presumisse ser anárquico, o Brasil está sujeito a ameaças de Estados extrarregionais, tornando-se o maior desafio para o Estado brasileiro a conscientização da sociedade sobre a proteção e defesa do mar.

O trabalho usa de livros e artigos voltados para o Atlântico Sul de militares e civis, teoria do Poder Marítimo do estudo da Geopolítica, documentos e dados nacionais federais e militares. A partir dos documentos da Marinha Brasileira, especificamente procura-se obter dados dos trabalhos conjuntos das Forças Armadas para a defesa do mar brasileiro; a questão orçamentária; material da marinha: bases, esquadra – constituição, distribuição –; equipamento bélico; desenvolvimento de tecnologias; projetos tecnológicos em andamento; marinha mercante – número de navios a serviço do Brasil, quantidade de portos – características dos portos, e como estão amparadas sobre o arcabouço da defesa.

O trabalho é dividido em quatro capítulos, o primeiro faz uma introdução sobre as invasões históricas pela costa e uma contextualização da situação atual do litoral brasileiro. O segundo capítulo fala sobre a teoria do poder marítimo pelo Mahan e Till, características da Marinha do Brasil, sobre o orçamento para o Ministério da Defesa e como ele está sendo aplicado e uma comparação do Brasil com cinco países selecionados a partir do tamanho da sua costa e seu poderio econômico parecidos com o Brasil. A terceira parte trata do pensamento marítimo brasileiro, quais os projetos em andamento na Marinha para o desenvolvimento da maritimidade, como os livros de defesa estão estruturados, qual a necessidade da criação de uma Grande Estratégia para o Estado e quais organizações internacionais voltadas para o

Atlântico Sul o Brasil faz parte, bem como qual a importância que essas organizações têm na agenda nacional. E a última parte trata da conjuntura internacional que o Brasil está inserido, cinco possíveis ameaças estatais são apresentadas diante da presença física e não física desses atores e qual a importância que elas devem ter para o desenvolvimento de uma política de defesa bem estruturada.

1. COSTA BRASILEIRA AO LONGO DA HISTÓRIA

Para entendermos o problema da costa brasileira devemos saber tudo o que já aconteceu e acontece no litoral e mar territorial. Aprendemos no passado para que o mesmo erro não seja cometido no futuro. O Brasil tem um passado repleto de ensinamentos, grandes momentos históricos, mesmo que como colônia no hemisfério sul. Localizado em uma região naturalmente rica, explorada em grande escala até hoje por grandes potências econômicas, sofrendo consequências de problemas originados em outros Estados. Inserido em um Sistema Internacional, como Estado soberano em si, o Brasil viu e vê oportunidade de crescimento junto aos seus pares, erros de permanecer apenas junto àquelas grandes potências que não nos davam retorno de nossos esforços são práticas que foram inspiradas desde 1960 e postas em prática a partir de 2004.

1.1. INVASÕES HISTÓRICAS

As invasões ao Brasil, foram orquestradas, principalmente, pela Holanda, França e Inglaterra, os franceses foram os primeiros que invadiram o Brasil. A França era oficialmente católica, e desde 1533, mais intensamente com as ideias calvinistas, o protestantismo foi tomando as graças da burguesia francesa, tendo em vista que o Calvinismo prega que o trabalho edifica o homem, ou seja, o acúmulo de riquezas não é malvisto pelo calvinismo, como pelo catolicismo.

Na década de 1550, o Calvinismo estava em alta no Estado francês, os huguenotes⁷ eram protestantes ligados ao mercado (burguesia), a coroa católica francesa reprimia fortemente aqueles que seguiam o Calvinismo. Diante da grande repressão, alguns franceses expulsos, em 1555, vieram para o Brasil criar uma colônia de povoamento, conhecida por França Antártica, a região que ficava na Guanabara, no Rio de Janeiro. Nesse período os franceses, aliados aos índios tamoios, que eram avessos à ocupação portuguesa permaneceram em solo brasileiro durante 12 anos, foram expulsos apenas no governo Mem de Sá, com a saída dos franceses na região ocupada é fundada São Sebastião do Rio de Janeiro, atual capital do estado (TAVARES, 2009).

As principais invasões ao Brasil se deram por causa do domínio do Império português pelo Filipe II da Espanha, o que configura o período da União Ibérica (1580-1640), portanto os

⁷ Outra designação para quem seguia os ensinamentos calvinistas.

governos espanhol e português estavam sobre um mesmo comando. Até a Guerra da Restauração, o que culminou ao início da dinastia Bragança com D. João IV (BASTEZINI, 2016, p.4-6).

Durante esse período os ingleses que usavam da prática do corso, uma espécie de pirataria que era financiada (não oficialmente) pela Inglaterra. Inclusive, parte do capital acumulado que geraria, a Revolução Industrial advém da pirataria inglesa. O Brasil, como agora fazendo parte da União Ibérica foi alvo da prática corsária, foi um modo de conseguir êxito sobre o comércio português. Em 1583, 1587, 1591 em Santos (SP) houveram tentativas de usar a região portuária como interposto para pilhagem do açúcar, o mesmo foi feito em 1595 em Pernambuco. As invasões inglesas nesse período estão totalmente infiltradas no contrabando, quebrando o esquema de importação/exportação do comércio português através do açúcar. Lembrando que esses dois estados foram escolhidos pelo fato de Pernambuco e o Vale do Paraíba serem as regiões produção açucareira na época (ibid, p. 8-9).

Em função de conflitos com a Espanha, diante da União Ibérica, a França tentou diminuir a força espanhola nas colônias da região atlântica, os franceses tentam interferir na economia espanhola. O Maranhão, portanto, foi usado como uma espécie de base entreposta para a pilhagem aos navios espanhóis que passavam na rota para as colônias espanholas, era então, o aporte perfeito para saquear aos navios espanhóis. No período de 1612 a 1615 a região ocupada pela França, ficou conhecida como França Equinocial e houve a fundação da cidade de São Luís, atual capital do Maranhão (MARQUES, 2002, P. 22-23).

A Holanda pertencia a um conjunto de províncias que formavam os Países Baixos, esses países eram vinculados ao império dos Habsburgo (Espanha) e com a entrada de Filipe II no poder, o fato de ser muito autoritário o levou a tirar a liberdade econômica, religiosa, política, levando a um conflito entre os Países Baixos e a Espanha, culminando em 1581 a Declaração das Províncias Unidas dos Países Baixos, liderados pela Holanda. A Espanha para enfrentar a Holanda, grande comerciante, cria a Companhia das Índias Orientais, em 1602, para atuar em várias regiões coloniais. A Holanda em uma contrapartida tardia cria a Companhia das Índias Ocidentais em 1621, para invadir o Brasil nos anos de 1624 e 1630 (BASTEZINI, 2016, p.10).

Pernambuco e Bahia eram os dois maiores produtores de açúcar, portanto, região em grande ascensão, o alvo perfeito para a Holanda que tanto queria prejudicar a Coroa Espanhola. Entre 1624 e 1625, a Holanda tentou invadir a Bahia, onde se localizava o governo brasileiro, com ajuda da Espanha, Portugal conseguiu expulsar os holandeses. Passados 5 anos desde a tentativa malsucedida de invasão à Bahia, a Holanda guardou recursos, criou um aporte para em 1630 invadir o Brasil através de dois portos pernambucanos. Essa invasão fez com que a

Holanda dominasse todo o ciclo de produção do açúcar, desde o plantio até o refinamento e quase todo o litoral nordestino, desde o Maranhão até o Sergipe. A invasão durou 14 anos, até que os senhores de engenho pernambucanos, insatisfeitos com as exigências holandesas eclodiram em 1645 a Insurreição Pernambucana, uma união de brasileiros e portugueses em um conflito armado para que em 1654 os holandeses deixassem por vez o estado pernambucano (DOCE BRASIL HOLANDÊS, 2012⁸).

Diante de conflitos que estavam ocorrendo na Europa, já com o fim da União Ibérica, a França, a Espanha, Inglaterra e Portugal estavam na disputa por comércio. O Brasil sendo colônia portuguesa sofreu invasões francesas em 1710 e 1711. Motivados não apenas pelo conflito, os franceses queriam se beneficiar do ciclo da mineração que estava acontecendo em larga escala no Brasil.

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL

O Brasil possui a maior costa atlântica do mundo, repleta de recursos vivos e não vivos, suas dimensões e riquezas semelhantes à Amazônia brasileira deu a área marítima brasileira o nome de Amazônia Azul, nome que até hoje é utilizado pelos militares e políticos brasileiros quando se referem ao nosso mar territorial.

Repleto de recursos naturais o Atlântico brasileiro já foi e deverá ser invadido, ser alvo de cobiça. Nossos recursos marinhos compreendem desde seres vivos à minerais de poder estratégico. Devemos lembrar que inserido em um sistema internacional⁹, o Brasil está sujeito a ameaças de Estados extrarregionais, tornando-se o maior desafio para o Estado brasileiro a conscientização da sociedade sobre a proteção e defesa do mar (SOARES DE LIMA *et al*, 2017, p.65).

As invasões ao Brasil não pararam no século XVIII, mas nos acompanharam até 1961, a Guerra da Lagosta. Este evento aconteceu entre a França e o Brasil, um contencioso que poderia ser evitado se o Brasil tivesse uma postura de sempre estar alerta e estar pronto diante de qualquer ameaça. Na década de 1960 o Brasil começava a se interessar pela pesca do

⁸ DOCE BRASIL HOLANDÊS, 2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=0GIPiFf33SI>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

⁹ Aqui utiliza-se a teoria Neorrealista, preconizada por Kenneth N. Waltz, que diz que a segurança de um país depende da quantidade e qualidade de sus armamentos em relação a outros países, a conveniência de sua estratégia, a resiliência de sua sociedade e economia e a habilidade de seus líderes. A característica essencial do Sistema Internacional Neorrealista é a anarquia e o propósito dos Estados, por serem atores unitários, é a sobrevivência. Competição e conflito entre os países decorrem diretamente da condição da anarquia. Os Estados devem prover sua própria segurança, sempre reagirem antes da ação da ameaça, ou seja, uma ação preventiva sempre é preferível (Waltz, 2000).

crustáceo, mas de forma muito rudimentar, penas com alguns jangadeiros, no litoral pernambucano. Em 1961, os armadores e pescadores franceses pediram autorização do governo brasileiro para realizar pesquisas sobre viveiros de lagosta, permitindo apenas três embarcações, em março de 1961, as embarcações chegaram ao litoral de Pernambuco (MARIN, 2009¹⁰).

Preocupados com o que realmente as embarcações estavam fazendo, a Marinha do Brasil (MB) resolveu enviar representantes para fiscalizar as pesquisas e as ações dos navios. Nessas visitas foi constatado que os navios estavam realizando pesca predatória em larga escala com rede de arrasto, e um navio a mais da autorização estava presente no litoral. Diante dessas constatações a autorização foi cancelada e no fim de abril o último pesqueiro francês voltou ao seu Estado de origem. Em novembro do mesmo ano, uma nova licença foi solicitada, argumentando dessa vez que novas pesquisas seriam realizadas, mas desta vez na Plataforma Continental, fora das águas territoriais brasileiras, autorização concedida e nova leva de embarcações chegou ao litoral pernambucano no fim de 1961 (POGGIO, 2016¹¹).

Naquela época a Zona Econômica Exclusiva tinha o tamanho de 12 milhas náuticas (CAMPOS CARVALHO, 1999, p. 111), em janeiro de 1962 um pesqueiro francês foi encontrado a cerca de 10 milhas da costa, capturando lagosta sem autorização do Governo. Foi então que uma questão que envolvia apenas os pescadores franceses passou a envolver ambos os governos brasileiro e francês. Durante a negociação de se estabelecer uma forma de convivência diplomática, a França argumentou que a lagosta se deslocava de um lado para o outro dando saltos e, portanto, deveria ser considerado como peixe e não como recurso da Plataforma Continental, o Comandante Castro Moreira da Silva da MB, na época, disse “por analogia, se lagosta é peixe porque se desloca dando saltos, então canguru é uma ave” (POGGIO, 2016).

Mesmo diante de uma negociação diplomática os navios pesqueiros franceses não pararam de atuar no litoral, vários navios foram apresados no litoral do Rio Grande do Norte durante todo o ano de 1962. Até que em 1963 uma missão francesa chegou ao Brasil querendo negociar um acordo comercial binacional acerca da lagosta, informou ainda que dois barcos de pesca já estavam a caminho do Brasil. O Brasil, através do Ministério de Relações Exteriores (MRE) respondeu que a permissão de entrada dos navios não seria autorizada, em contrapartida

¹⁰ **Com a França, foi “guerra da lagosta”**. São Paulo: O Estadão de S.Paulo, 2009. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,com-a-franca-foi-guerra-da-lagosta,314045>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

¹¹ **A Guerra da Lagosta e suas lições**. Poder Naval. 2016. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2016/01/28/a-guerra-da-lagosta-e-suas-licoes/>>. Acesso: 07 de dezembro de 2017.

o governo francês confirmou e anunciou a partida de mais outros navios, independente da ameaça de serem apresados. Em fevereiro de 1963, iniciou a mobilização francesa e brasileira rumo a costa nordestina, muitos envios, trocas de embarcações, pedido de auxílio aos EUA de acordo com a Doutrina Monroe, a França decidiu recuar suas tropas e dar um fim ao contencioso de 3 anos.

Após esse período do contencioso com a França, o Brasil já em período de governo militar, na década de 1970, no governo Médici, solicitou o aumento da Zona Econômica Exclusiva de 12 para 200 milhas náuticas, tendo em vista um estudo da Petrobrás que descobriu uma jazida de petróleo à 150 milhas da costa brasileira. No período entre 1972 e 1974 estava em vigor o I Plano nacional de Desenvolvimento (PND) que contava com a Diplomacia nacional-Autoritária, que objetivava neutralizar todos os fatores externos que pudessem influenciar no poder do Estado Nacional. O Itamaraty teve maior autonomia, lançando a “Diplomacia da Prosperidade”, que via no Atlântico Sul e nos vizinhos de costa uma oportunidade de desenvolvimento além das grandes potências.

Com o fim dos governos militares, em Guerra Fria, e governo provisório, em 1986 foi institucionalizado a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) que é composto por 24 Estados-membros que tem o Atlântico Sul como mar territorial, tanto da América do Sul, quanto da África. A ZOPACAS foi uma contraproposta brasileira ao que a África do Sul propunha anteriormente – uma aliança militar chamada OPAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul) que tinha a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) como exemplo. O Brasil pretendia a criação de uma organização pacífica, que não tivesse caráter militar, mas uma organização de auxílio e discussão de problemas que envolvesse o espaço comum, Atlântico Sul. Além desse fim, alguns autores, como Penna Filho dizem que a ZOPACAS foi uma crítica diplomática aos EUA que protegem o *apartheid* na África do Sul, quando vários países recém independentes faziam parte da organização (PENNA FILHO, 2013, p.119-122).

O Presidente Lula, no seu segundo governo (2006-2010) retomou as atividades da ZOPACAS e outras organizações luso-brasileiras na Política Externa Brasileira, pois no ano de 2007, o Brasil divulgou a descoberta de novas reservas de petróleo na região do pré-sal no Atlântico Sul, diante disso, ter nações amigas no outro lado do Atlântico era de vital necessidade. Essas novas jazidas de petróleo foram o estopim para que grandes nações como os EUA, reativassem a 4ª Frota, que se localiza no mar aberto do Atlântico Sul, temendo uma ação ofensiva, de modo preventivo, tendo em vista que os Estados Unidos não fazem parte da Comissão do Direito do Mar, o Brasil propôs o aumento da Plataforma Continental (PC) de 200 para 350 milhas náuticas e seguindo os preceitos das “*Scientific and Technical Guidelines*” –

SGT, documento da ONU que regulamenta o artigo 76 usado em tal situação. A proposta de aumento ainda tramita na Comissão, a primeira e preliminar resposta da ONU foi a aprovação de 81% da área pleiteada de 150 Milhas Náuticas (MN) e sugeriu recomendações de adequação dos limites dos 19% restantes, o que totalizam 190.000 km² (MARTINS E NETTO, 2012¹²) e Brasil, 2017, p. 39). Diante de tais acontecimentos os Ministérios de Relações Exteriores e Defesa criaram uma co-secretaria dando espaço ao Atlântico Sul em duas vertentes, a segurança e a política externa, fazendo com que se indague qual o verdadeiro espaço do Atlântico para o Brasil (FLORENCIO *et al*, 2017, p.4).

Desde 2008 o Brasil vem lançando livros de defesa nacional, em todos esses documentos nacionais, as prioridades do Estado brasileiro são as Amazônias Verde e Azul, a Verde com mais ênfase. O grande esforço de defesa no Atlântico Sul aparece apenas quando se trata de uma pequena faixa litorânea que corresponde à 10,81% de toda a extensão da costa brasileira, essa faixa condiz à área do Pré-Sal, em especial, entre Santos-SP e Vitória-ES (MINUTA END, 2017, p.26).

O Brasil possui apenas uma esquadra para a patrulha de 7,4 mil km de costa e com seus esforços voltados para o Pré-Sal, os outros 6,6 mil km ficam sem uma defesa adequada à possíveis ameaças. O Brasil não sofre ameaças diretas e não tem inimigos declarados, mas estando na região menos militarizada do planeta, inserido no Sistema Internacional que presumisse ser anárquico, o Brasil é cercado por grandes potencias e é necessária uma defesa dissuasória para que quando houver a necessidade de dizer não, o Brasil possa fazê-lo sem medo, já dizia Nelson Jobim quando Ministro da Defesa.

No mínimo cinco Estados extrarregionais se fazem presentes na região Sul-Atlântica, esses são: França, através da Guiana Francesa, com a base de Caiena e o Centro Espacial de Kourou; Reino Unido, presentes na região com 8 ilhas, tendo bases navais em duas delas, Ilha de Ascensão e nas *Falklands*; Estados Unidos, base militar em Mariscal, no Paraguai, bases no território colombiano, além da reativação da 4ª Frota em 2008, e três importantes áreas de interesse na região, Tríplice Fronteira, Alcântara (que houve acordo no ano de 2017) e estar próximo à Antártida, é também o principal investidor na região e grande vendedor de armas; Rússia pela presença no comércio de armas e a China como segundo maior investidor na região e exportador de insumos (VIEIRA DE SOUZA, *et al*, 2015).

¹² **Soberania e Jurisdição Marítima Brasileira na zona pré-sal.** Online: Portogente: Portopédia. Disponível em: < <https://portogente.com.br/portopedia/soberania-e-jurisducao-maritima-brasileira-na-zona-pre-sal-79531> >. Acesso em: 03 de julho de 2015.

Sem mencionar as presenças de Estados do Norte global na costa africana, se estendendo do Marrocos à África do Sul, presença de contingente dos capacetes azuis à serviço da ONU, ações de cooperação com países costeiros, exemplo da França na Namíbia, Angola, Moçambique, Cabo Verde entre outros. Diante desse cenário de incertezas, possíveis ameaças, maior desenvolvimento tecnológico, instabilidade política nos países do entorno estratégico do Brasil, o trabalho visa responder se a costa é uma potencialidade ou vulnerabilidade do Brasil (idem).

1.3. GEOPOLÍTICOS BRASILEIROS E O ATLÂNTICO SUL

O Atlântico Sul é um objeto de desenvolvimento de pesquisa de militares e civis, pois nunca se duvidou da grandeza da costa, seus recursos e sua importância para a projeção de poder do Brasil. Mário Travassos, Golbery Costa e Silva, Meira Mattos e Therezinha de Castro partem da observação concreta do que é o Estado brasileiro.

Mário Travassos usa os conceitos geopolíticos de Mackinder e Ratzel para analisar a América do Sul, para o autor a dinâmica Atlântico *versus* Pacífico é um dos antagonismos para se considerar nas análises do subcontinente. Nessa dinâmica, o Brasil sairia em vantagem por ter a costa voltada para o Atlântico que é o oceano mais visitado de todo globo e de geografia favorável (TRAVASSOS, 1947, p. 41, 43-46). Travassos em “Projeção Continental do Brasil” trabalha para uma valorização das águas fluviais e territórios interiores. Atenta à Bacia do Amazonas quando em 1930 o Brasil se interessava pela influência Argentina na Bacia do Prata. Usando-se da Teoria do *Heartland*¹³, Travassos aplica na situação política Brasil-Argentina, sendo o *heartland* Sul-americano a Bolívia, região mais sensível da região. A instabilidade boliviana seria o ponto crucial para o domínio da América do Sul (HAGE, 2016, p.3).

Mário Travassos reconhece que o Brasil deve aproveitar as vantagens ofertadas pelo território, pelas vias fluviais e o mar para atrair maior influência política para o Brasil na região de maior instabilidade do país. Seria necessário, portanto, [...] presença brasileira na região central e amazônica brasileira para mitigar o problema de má distribuição do desenvolvimento do país e neutralizar a influência argentina no continente [...] (ASSIS e FRAGMENTO, 2016, p. 209).

Golbery do Couto e Silva, general do Exército, escreveu vários livros sobre geopolítica, sua obra mais influente é “Geopolítica do Brasil” de 1967, e ao analisar as características da

¹³ “[...] Heartland que pode ser entendida como área-pivô, região-eixo, terra central ou coração continental – é o conceito-chave que constitui a pedra de toque da teoria do poder terrestre [...]. Mais que um conceito geográfico, com limites físicos claramente demarcados no mapa da Eurásia, o Heartland é uma ideia estratégica [...]. Tal conceito foi cunhado por Mackinder para designar o núcleo basilar da grande massa eurasiática que coincidia geopoliticamente com as fronteiras russas do início do século (ITAUSSU, 1999, p. 45)”.

geografia brasileira, Golbery ressalta as riquezas de recursos que o território possui, e sua extensa costa litorânea. Para Golbery os recursos naturais que o Brasil possui são uma grande oportunidade de desenvolvimento econômico, tendo em vista que o autor é um grande entusiasta do planejamento estatal ante as ações a serem tomadas. Golbery acredita que todo o litoral brasileiro é de grande importância, mas o Nordeste Brasileiro é um ponto prioritário para a defesa nacional, é nessa região em que se encontra o “enforcamento” do Atlântico Sul, ou seja, é a menor distância do território brasileiro até a África (ASSIS e FRAGMENTO, 2016, p.209-210). Golbery, inserido num período de Guerra Fria não acreditava que o Brasil era ameaçado por ambições exploratórias, busca por recursos, para o autor, a real ameaça era aos EUA, portanto era necessário manter a defesa dos mares, pois a extensa fronteira marítima era vulnerável às investidas comunistas vindas da África. Para Golbery, os EUA deveriam fazer um acordo com o Brasil para que mantivesse defesa da costa nordestina e sua segurança garantida (CARVALHO, 2010, p. 101-102):

Quando entre nossos vizinhos hispano-americanos recrudescer indisfarçável uma oposição aos Estados Unidos, que se mascara de Terceira Posição ou que outro rótulo tenha, aproveitando-se exatamente daquela enfocação para além-Atlântico e além-Pacífico dos interesses primaciais dos norte-americanos, o Brasil parece estar em condições superiores, pela sua economia não competitiva, pela sua larga e comprovada tradição de amizade, e sobretudo, pelos trunfos de que dispõe para uma barganha leal – o manganês, as areias monazíticas, a posição estratégica do Nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão da Marajó – de negociar uma aliança bilateral mais expressiva, que não só nos assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul e defendermos, se for o caso, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ameaças extracontinentais, contra um ataque envolvente ao território norte-americano via Dakar-Brasil-Antilhas, mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estatura do Brasil nesta parte do Oceano Atlântico, posto um termo final a qualquer política bifronte e acomodatória em relação a nosso país e à Argentina, ambas nações, por exemplo, igualmente aquinhoadas, contra todas as razões e todas as evidências, em armas de guerra naval (COUTO E SILVA, 1952, p.41).

Diferente de Golbery, o General Meira Mattos tinha vasta noção da importância do interesse na questão da defesa que a África tem para o Brasil. Em 1975, o General Mattos diz:

No momento em que uma potência militar hostil ao Brasil ocupar a costa atlântica da África, em qualquer ponto – desde Marrocos até a África do Sul – começaremos a sentir no nosso país um clima de inquietação e de pressão bélica sem precedentes na nossa história. Isto porque, hoje, até mesmo uma base de foguetes médios instalada no saliente oeste africano poderá facilmente ameaçar larga faixa do saliente nordestino (MATTOS, 1975, p.75).

O ponto de convergência entre Mattos e Golbery é a importância que ambos dão a costa nordestina. Meira Mattos entende que a estratégia brasileira deveria ser vinculada a duas grandes áreas, América e Atlântico Sul, “Ambos dizem respeito à estratégia de segurança global do Ocidente (MEIRA MATTOS, 1975, p. 74). O Brasil envolvido no Sistema Internacional necessita entender que houve uma rápida evolução dos meios de agressão bélica devido à

Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, período em que as obras de Meira Mattos foram escritas. O General Mattos entende que na América a estratégia brasileira deveria ter um caráter defensivo, enquanto no Atlântico Sul um comportamento ofensivo seria necessário, o autor tinha uma preocupação além daqueles com que compartilhava fronteiras. É na África que os esforços brasileiros devem ser voltados, é por lá que as principais linhas de tráfego marítimo brasileiros passam, essas são linhas essenciais para a segurança do Brasil. “Será ali que teremos que proteger o nosso próprio território (ibid, p. 75).

Meira Mattos baseia todos seus argumentos a partir de dois pontos ligados ao território: a forma e a posição. Ele conclui que o Brasil é um território de forma compacta¹⁴ e a posição brasileira é vista como favorável, o Brasil possui altitudes favoráveis, é um país misto¹⁵ o que é um fator positivo de intercâmbio e comércio fortalecendo sua soberania e dando maior liberdade de movimentos, e seus vizinhos são diversos, já que faz fronteira com 10 países que compõe a América do Sul, portanto são vizinhos instáveis o que pode comprometer o grau de soberania do Brasil (MEIRA MATTOS, 1975, p.13-22).

Therezinha de Castro compartilha do mesmo pensamento de Golbery e Meira Mattos quando se trata da necessidade de um poderoso e grande desenvolvimento marítimo para a costa brasileira por se encontrar na zona de estrangulamento do Atlântico, assim o país poderá garantir seu desenvolvimento e sua liberdade comercial. O Brasil, de acordo com Therezinha, possui uma posição estratégica favorável à construção de portos, bases e navegação de grandes embarcações em regiões interiores (navegação fluvial). Therezinha defende que o Poder Naval brasileiro deve ser pensado além da garantia de segurança da costa, mas também a garantia de acesso aos recursos nacionais (ASSIS e FRAGMENTO, 2016, p.212-213).

Therezinha de Castro desenvolveu também uma tese chamada de “Triangulação Insular no Atlântico Sul”. Essa tese identifica três triângulos geoestratégicos na região Sul-Atlântica. O primeiro é formado pelas ilhas de Ascensão, Santa Helena, e Tristão da Cunha; o segundo pelo Arquipélago de Fernando de Noronha, Ilha Trindade e Arquipélago das Malvinas; o último formado pelos arquipélagos subantárticos, Shetlands do Sul, Orcadas do Sul e Gough, uma reta atinge as Geórgias do Sul e Sanduíches do Sul. Segue um mapa que ilustra com clareza os triângulos (NEVES, 2015, p. 251-253):

¹⁴ Formas compactas são aquelas que pertencem a um mesmo perímetro e que abrangem maior área, o que oferece vantagem do ponto de vista estratégico, possuir maior território dentro de menor fronteira é uma vantagem política importante. Além disso, exista uma distância próxima entre os extremos para o centro do Estado, o que desenvolve de maneira uniforme as diversas regiões, favorece então a integração nacional (Meira Mattos, 1975, p.14-15).

¹⁵ É quando um Estado possui uma massa continental que se alia à costa litorânea (ibid, p.20).

Figura 1 - Tese da triangulação insular



Fonte: Castro 1999, p. 310 *apud* Neves, 2015, p. 252

Esses três triângulos são importantes para entendermos a necessidade de uma grande defesa para o litoral brasileiro, de todas as ilhas mencionadas, apenas duas são brasileiras, todas as outras são territórios ultramarinos da Inglaterra. O segundo triângulo é o que mais deve ser notado, pois é ele quem seria primordial para a manutenção da integridade do Brasil, Uruguai e Argentina. Uma Grande Defesa não é construída sem Forças Armadas bem estruturadas e que supram a necessidade de seu Estado.

2. PODER MARÍTIMO BRASILEIRO

O Brasil é um país que respira pelo mar, sua costa é voltada para o Atlântico Sul, e essa é a última fronteira nacional a ser consolidada, como porta de entrada, saída e um novo limite a ser expandido. Não é apenas a porosidade da Amazônia que se constitui como uma questão da defesa nacional, o fato de possuir 9,2 mil km²¹⁶ de fronteira marítima é um convite permanente para a reflexão do real significado de nossas águas jurisdicionais.

O poder de um Estado sobre o seu território marinho não se faz apenas diante de sua Marinha, mas de todo um arcabouço de determinação sobre os mares, é o que a geopolítica chama de Poder Marítimo. Essa teoria, criada pelo Alfred T. Mahan, oficial da marinha estadunidense, geoestrategista e, educador diz que a chave da hegemonia está no controle das rotas marítimas, chama-as de “as veias por onde circula os fluxos do comércio internacional”. Tendo em vista que 95% do fluxo comercial do Brasil é feito pelo mar, esse controle das rotas marinhas deve fazer parte da estratégia marítima do Brasil. Pois aquele que comanda o mar, comanda todas as coisas, em período de paz o comando do mar conduz à riqueza e em tempo de guerra à vitória (MARINHA DO BRASIL, 2017, p.18 e BONFIM, 2005, p.56).

2.1 PODER MARÍTIMO

Na teoria do Poder Marítimo de Mahan a chave da hegemonia está no controle das rotas marítimas, o controle dos mares para fins comerciais e militares fora sempre o trunfo decisivo em todas as guerras desde o século XVII. A posse do Poder Marítimo é indispensável para um Estado que almeje se tornar potência mundial, o mar, portanto, é fonte de poder nacional. Martin Wight (2002) diz que:

A superfície do globo é constituída de 71% de água, e somente 29% de terra, de maneira que uma potência com acesso ao mar é capaz de manter-se em contato com a maior parte do globo, ao passo que uma potência terrestre, com uma costa pequena ou não aproveitável, depende da travessia de territórios controlados por outras potências (idem, p. 54).

Na atualidade sobre o Poder Marítimo podemos destacar o Geoffrey Till, estrategista naval britânico que escreveu “Poder Marítimo: Um guia para o século XXI”. Till tece críticas ao Mahan, e faz atualizações em sua teoria, como nos elementos que compõem o Poder Marítimo. O autor ressalta em seu livro o maior sucesso alcançado pelos Estados que perceberam a vantagem existente na associação entre os componentes militares e mercantis do

¹⁶ Considerando-se saliências e reentrâncias.

Poder Marítimo e diz que o que os Estados realmente devem buscar é a capacidade de usar o mar com liberdade, sem pressão de atores externos para promover o desenvolvimento, garantir a segurança e exercer influência sobre outros Estados (TILL, 2007).

2.1.1. Alfred T. Mahan

Para entendermos o que é de fato o Poder Marítimo, devemos entender o que o compõe. Em 1890, Mahan definiu que os fatores do Poder Marítimo são seis: posição geográfica adequada, configuração física, extensão territorial, população, caráter do povo e caráter dos governantes (idem, p.28-9).

Meira Mattos quando escreveu “Brasil: Geopolítica e Destino” em 1975, analisou a posição geográfica do Brasil, e ele utilizou a seguinte definição por posição: “lugar que o território do Estado ocupa no planeta e também certas características de sua situação geográfica”. Classificou o Brasil como um Estado misto, ou seja, quando uma massa continental se alia a uma apreciável costa do mar, pois o Brasil possui extensa fronteira terrestre, maior ainda que sua fronteira marítima (idem, p.18-21). Diante de tal classificação o Brasil, na concepção de Mahan não seria um país marítimo, o que o autor não considerou é que mesmo com a fronteira terrestre maior que a marítima um Estado como o Brasil possui certas características que ele mesmo admite ter uma importância estratégica muito maior:

Se a natureza colocou um país em circunstâncias tais que, além de ter acesso fácil ao alto-mar, fez com que ao mesmo tempo domine uma das grandes passagens do tráfego mundial, é evidente que a importância estratégica de sua posição seja muito maior (MAHAN, 1890, p.31-32).

O Brasil se localiza no chamado “Garganta Atlântica”, entre o Saliente Nordeste e a África Ocidental. É no litoral brasileiro que se encontram as passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, sendo uma via alternativa ao canal do Panamá, rota do cabo da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao oceano Índico, uma alternativa ao canal de Suez e também o melhor acesso marítimo à Antártica (BRASIL/LBDN, 2012, p. 35).

Figura 2 – Rotas Marítimas no Atlântico Sul



Fonte: MARINHA DO BRASIL, 2017, p.18.

Configuração física diz respeito à extensão do litoral, quantidade e tipos dos portos, como dito anteriormente, Mahan foi o primeiro estudioso a considerar o litoral como fronteira do Estado. Para ele, quanto mais fácil o acesso às linhas de comércio marítimo, mais propenso seria um povo manter comunicação com o mundo (MAHAN, 1890, p.35). O Brasil possui 235 instalações portuárias, desses, 36 são portos públicos marítimos e 103 são terminais de uso privado marítimos (BRASIL/ANTAQ, 2013). A grande quantidade de portos no Brasil é uma vantagem comercial, mas esses portos precisam estar adequadamente protegidos, principalmente aqueles que são alocados em fozes de rios, pois os rios brasileiros comportam navios de grande porte, e não estar preparado para o tempo de guerra torna nossa vantagem em tempo paz uma vulnerabilidade.

Numerosos e profundos portos são uma fonte de força e riqueza, e duplamente, se forem os estabelecidos na foz de rios navegáveis, que facilitam a concentração no comércio interno de um país; mas, por sua própria acessibilidade, eles se tornam uma fonte de fraqueza na guerra, se não for devidamente defendida (MAHAN, 1890, p. 35).

A grande quantidade de portos marítimos no Brasil se dá a partir da extensão territorial das costas que é o terceiro elemento que afeta o Poder Marítimo de acordo com o Mahan. Para o autor nesse quesito, a extensão do território não deve ser analisada apenas pelo total de quilômetros da costa, mas o conjunto do tamanho em quilômetro e o caráter dos seus portos devem ser considerados, Mahan aponta também que o tamanho da costa pode ser uma força ou uma fraqueza, tudo depende do tamanho da população em região litorânea. O Brasil desde o seu descobrimento desenvolveu elementos de maritimidade, o principal elemento é a maior

concentração demográfica no litoral, além das capitais dos estados, em sua maioria serem em cidades litorâneas. Na década de 1950, a construção de Brasília, como capital do Brasil foi o principal marco de desconcentração política do Brasil, passando do eixo marítimo para o continental (idem, p.42-3).

No que diz respeito ao desenvolvimento do poder marítimo, não é o número total de milhas quadradas que um país contém, mas o comprimento de sua costa e o caráter de seus portos que devem ser considerados. Quanto a isso, deve-se dizer que, as condições geográficas e físicas que são iguais, a extensão da costa do mar é uma fonte de força ou fraqueza de acordo com a população se é grande ou pequena (idem, p. 43).

Quando Mahan fala sobre a população de um país, ele quer analisar as características da população, como afetam o desenvolvimento do Poder Marítimo, assim como o autor não analisa apenas o tamanho da costa, ele faz o mesmo com a população, para ele interessa a população que esteja disponível para ser empregada a bordo de um navio, bem como a criação de material naval (idem, p.44-9). Aplicando esse ponto ao Brasil, podemos ver que essa é a maior fragilidade do Poder Marítimo do Brasil, a falta do pensamento marítimo, aquilo que Vidigal (1985) chama de “maritimidade”¹⁷. O Brasil possui muita deficiência no que tange a maritimidade, mesmo que um Estado possua todas as características físicas de projeção marítima, não quer dizer que ele seja uma potência marítima, existe a necessidade que a nação tenha consciência da potencialidade dos recursos que o mar pode proporcionar (RIBEIRO LUIS, 2015, p. 124-5).

[...]no ponto da população, não é apenas o grande total, mas o número que segue o mar, ou pelo menos prontamente disponível para o emprego no navio e para a criação de material naval, que deve ser contado (MAHAN, 1890, p.45).

Chega-se então a discussão aos dois últimos pontos que Mahan determina para o desenvolvimento do Poder Marítimo de um país, o caráter do povo e do governo, particularmente, é difícil falar de um sem adentrar no outro. Pois como o próprio autor fala “o caráter do povo rompe ou molda o caráter de seu governo”. Ao ler a obra do Mahan pode-se notar que ao falar do caráter do povo, ele foca em exemplos relacionados à economia e comércio, cita dois Estados que fracassaram – Espanha e Portugal – e dois que obtiveram muito sucesso na empreitada do desenvolvimento da economia marítima – Holanda e Inglaterra. O autor coloca que a mentalidade marítima é intrínseca à consciência social, ou seja, é a

¹⁷ “Consciência da influência do mar sobre as relações sociais internas: comércio, desenvolvimento econômico, formação de centros populacionais, navegação; e externas: comércio exterior, projeção de poder e defesa (VIDIGAL, 1985, p.121).

mentalidade da população e das instituições estatais em relação à importância do mar que determinam a prosperidade do Estado, desse modo o governo corresponderá ao exercício do poder da vontade consciente (MAHAN, 1890 p.51-8 e RIBEIRO LUIS, 2015, p. 124).

De acordo com a Ciência Política Estado e governo são coisas distintas, assim como suas políticas públicas também o são. Política de governo está relacionado àquele governante que ganhou as eleições e vai pôr em prática certas ações no seu período de governo; política de Estado são as diretrizes que o Estado sempre terá, são determinações que independem de quem está no governo. Portanto, quando Mahan fala de caráter de governo, deve-se entender como caráter de Estado, assim a compreensão das especificações postas pelo autor fica mais clara (ALMEIDA, 2016).

É baseado nesse princípio de caráter de Estado que relembramos a necessidade da criação da Grande Estratégia Nacional para o Brasil, podendo definir a centralidade do interesse nacional. Pois para Mahan,

Os vários traços de um país e suas pessoas até agora consideradas constituem as características naturais com as quais uma nação, como um homem, começa sua carreira; a conduta do governo, por sua vez, corresponde ao exercício da vontade inteligente, que, de acordo com a sua sabedoria, enérgica e perseverante, ou o contrário, causa sucesso ou fracasso na vida de um homem ou na história de uma nação (MAHAN, 1890, p.58).

O Poder Marítimo de um país não pode ser medido apenas diante da grandeza de sua Marinha de Guerra, pois o domínio dos mares não se dá apenas no período de guerra, mas no de paz também e para Mahan, no período de paz o domínio dos mares se dá a partir do comércio desenvolvido e suas rotas comerciais. Como mencionado anteriormente, o Brasil se situa em um ambiente marinho muito propício para o comércio marítimo, com portos situados em fozes de rios profundos, dando total acesso ao interior do território nacional e que em período de conflitos, caso esses portos não estejam devidamente protegidos serão pontos de vulnerabilidade.

[...]o domínio dos mares – a capacidade de levar seu comércio e suas tropas sobre as águas e de evitar que seus inimigos assim o façam – permitia a uma potência exercer pressão sobre qualquer país que possuísse costa, tanto em tempos de paz quanto de guerra (WIGHT, 2002, p.54).

2.1.2. Geoffrey Till

Quando vamos analisar os elementos do Poder Marítimo que o Till (2007) traz, diferenças dos elementos postas pelo Mahan são observadas. Till entende que o Poder Marítimo está contido em 6 elementos, são eles: população, sociedade e governo; geografia marítima;

recursos; economia marítima; outros meios; e doutrina. Dentro desse escopo algumas similaridades de composição do Poder Marítimo são vistas, a maior diferença entre Till e Mahan é o fato de Till incluir a economia e a tecnologia dos elementos, reduzindo em importância os elementos geográficos: configuração física, extensão do território e o caráter da população (VIOLANTE, 2015, p.246).

O primeiro elemento do Poder Marítimo para o Till é a população, sociedade e governo, são os dois últimos elementos descritos por Mahan. Para Till o desenvolvimento do Poder Marítimo na sociedade e na política é necessário exaltar a importância do comércio marítimo, assim facilitando o desenvolvimento do poder naval e provendo o principal apoio que a marinha necessita, que é o pessoal. O governo tem que ajudar as forças armadas e as forças armadas tem que persuadir a população da qual advém de que o que se faz é valioso, necessário e possível, no que tange ao pessoal essa é a tarefa mais importante das forças armadas (TILL, 2007, p.113-19).

Assim como para o Mahan, para o Till a geografia de um Estado também é importante, mesmo que no mundo globalizado cadeias de montanha e oceanos não tenham a mesma importância que antes (quando Mahan escreveu sua teoria), mas na prática, as considerações de geografia marítima de um território são tão importantes como sempre foram. Essas considerações configuram a relação de um país com o mar, determinando sua agenda estratégica. Till define que as estratégias relativas à geopolítica marítima são a preservação da unidade nacional, o equilíbrio com as fronteiras terrestres, e a prevenção de hostilidades (idem, 2007, p.119-23).

Estas estratégias relacionadas ao Brasil, são apresentadas nos seguintes pontos, sobre a preservação da unidade nacional pode-se lembrar das ações da Marinha do Brasil na preservação das bacias do Amazonas, bem como Paraguai-Paraná. Quanto ao equilíbrio com as fronteiras terrestres, o litoral brasileiro possui uma extensão aproximada de 9,2 mil km¹⁸ e as fronteiras terrestres cerca de 15 mil km, a fronteira marítima equivale em mais 50% da fronteira terrestre. E por último, a prevenção de hostilidades, como exposto anteriormente 95% da entrada e saída do comércio brasileiro internacional é feito pelo mar, nossa maior parte das reservas petrolíferas está no mar, além de importantes rotas comerciais que passam no Atlântico Sul, deve ser lembrado a presença do cordão das 8 ilhas presentes na fronteira das Águas Jurisdicionais Brasileiras. As particularidades da geografia marítima de cada Estado devem ser

¹⁸ Considerando-se saliências e reentrâncias.

bem estudadas e a marinha adaptada à essas particularidades para atender a essas três necessidades estratégicas (CABRAL e BAHIA, 2017, p.9).

Diante dessas estratégias para a geografia marítima é necessário ter recursos para a construção e manutenção de uma marinha é um grande desafio, para todos os tamanhos de Estados. É necessária a maritimidade como supracitado por Vizentini, da população e dos governantes, para que assim as tecnologias da marinha sejam sempre renovadas e não cheguem a ficar sucateadas. Será abordado mais adiante, sobre a necessidade do desenvolvimento e renovação das tecnologias para a Marinha do Brasil, bem como o bom treinamento do pessoal para que a capacidade operacional melhore.

Till fala que o orçamento que é decidido de quanto será gasto na marinha é outro fator muito importante, o autor menciona também sobre o trabalho do governo, pois “Se um governo realmente o quer, com frequência pode resolver um problema arranjando dinheiro (TILL, 2007, p.131)”. Till também elenca estratégias que devem ser de uso permanente se uma marinha quer sempre ter êxito sobre a obtenção de recursos para sua manutenção: *Marketing* efetivo, ou seja, persuadir sua população para que entendam que o seu dinheiro deve ser gasto na marinha, tudo para assegurar sua prosperidade e segurança. Por segundo, a manipulação efetiva dos recursos, o que ele traduz como a contribuição de todas as etapas dos recursos, desde a sua produção até o seu destino final para a marinha. Isso impulsiona a economia, emprega e profissionaliza a população nacional, sendo esse segundo ponto parte do *Marketing* efetivo (idem, 2007, p. 131-2).

Till menciona também o cultivo de amizades eficazes, ou seja, cooperação entre países que têm o mesmo pensamento de desenvolvimento de suas marinhas e unidas podem amenizar problemas que enfrentam em seus âmbitos nacionais. Essa medida ajuda no desenvolvimento das indústrias de defesa marítimas, pois o compartilhamento de tecnologia é feito entre os países, diante de organizações ou acordos multi/bilaterais. E por último é a vinculação entre os recursos necessários e a estratégia necessária. A vinculação é o meio da administração de recursos ficar satisfeita sobre as solicitações de tais recursos, pois a busca de recursos pode fixar os objetivos e definir a estratégia do poder marítimo. Essas estratégias para os recursos são apenas uma forma de conseguir por vários meios, seja de convencimentos, prestação de contas ou cooperação internacional aquilo que não é de fácil aquisição, lembrando-se que a maritimidade é o que faz com que a aquisição de recursos seja exitosa. (idem, 2007, p. 132-134).

Falando sobre os recursos pensa-se em uma economia marítima para que o país seja capaz de desenvolver e produzir sua própria tecnologia. Till relembra em seu livro que o mar é

e tem sempre sido um meio de transporte o que conseqüentemente leva aos países marítimos a ter uma relação mais estreita com o poder naval e marinha mercante. A marinha mercante é a última função da marinha que o Mahan trata como importante, mas deveria ter sido a primeira, pois a primeira função que o mar teve na história foi a do transporte, o que faz com que os navios mercantes sejam uma fonte de poder marítimo, e é algo que as marinhas devem defender. “A necessidade de uma marinha resulta da existência de um transporte marítimo pacífico e desaparece com ela, exceto no caso de uma nação que tenha tendências agressivas e mantenha uma marinha apenas como um ramo de seu aparelho militar (N. DEL T. *apud* TILL, 2007, p. 134)”.

Como falado anteriormente, 95% do comércio brasileiro é através dos seus portos, alguns portos fundos e em fozes de rios, o que é uma grande vantagem para o comércio interior, e aporte de grandes embarcações, mas também um ambiente de fácil invasão o que pode ser o grande estopim para um conflito. Um país como o Brasil que depende quase que exclusivamente de seus portos para desenvolver sua economia e receber insumos deve ter a proteção da marinha mercante como a principal medida da marinha de guerra. É necessário entender a importância do mar para o Brasil, pois com a quantidade de costa marítima que possui, portos, recursos naturais e a economia são vitais para a segurança, defesa e desenvolvimento do país. Essa defesa da marinha mercante, em seus portos, e seu tráfego nas águas jurisdicionais não podem ser feitos apenas pela Marinha do Brasil, o Exército, bem como a Aeronáutica devem trabalhar de forma conjunta, pela terra, mar e ar, só assim o Brasil deverá ser um país com uma defesa aceitável para sua grandeza.

Mahan não fala em suas obras da importância de trabalhos conjuntos entre as Forças Armadas de um país (Marinha, Exército e Aeronáutica). Mackinder defende a ideia de que “é mais fácil ao poder terrestre lançar-se ao mar do que o poder marítimo lançar-se à terra (WIGHT, 2002, p.58)”, Wight (2002) diz que o poder marítimo sempre que tinha suas bases conquistadas pelo poder terrestre acabavam sucumbindo. O autor defende ainda que “O poder humano no mar precisa ser sustentado pela fertilidade terrestre em algum lugar, e, se os demais fatores permanecerem inalterados [...] aquela potência que estiver apoiada em maiores recursos, controlará os mares (idem)”. Para Wight o mar necessita da terra. E de fato, ele não está errado, a marinha necessita do exército bem como da aeronáutica, pois com o desenvolvimento da globalização, um mundo em que não há fronteiras de comunicação tornou obsoleto a discussão entre a força militar mais importante, as três armas têm se tornado cada vez mais interdependentes. Para Till essa interdependência entre as forças armadas é imprescindível para um poder marítimo eficaz e eficiente. Diferente de Mahan, Till trabalha a ideia da necessidade

de intercâmbio da marinha com o exército, pois vários casos de batalhas em que um país necessitava de um poder naval superior ao do seu inimigo, o venceu por destruir em terra suas bases navais, como Alexandre Magno contra os Persas, ou o Japão contra a Rússia na Guerra Russo-Japonesa de 1904 (TILL, 2007, p.138). Esses casos mostram que a ideia de Mahan que “o poder no mar é o meio pelo qual uma influência decisiva pode ser exercida sobre eventos em terra, às vezes funciona na direção oposta (idem)”.

Assim como há a necessidade de maior intercâmbio entre a marinha e o exército, existe o mesmo com a aeronáutica, quando se fala das contribuições da aeronáutica à marinha, não está sendo incluído aqui as frotas de aviões que já fazem parte da marinha, pois estão totalmente dedicadas a tarefas marítimas. Till ao falar da marinha e da aeronáutica atenta para o fato das duas forças verem-se mais como rivais do que aliadas pelo fato de que certas funções que eram de responsabilidade da marinha terem sido passadas para a força aérea. Mas como aliado, a aeronáutica pode ajudar a marinha a combater sua guerra ao mar, Till cita o exemplo do Comando de Bombardeio da Força Aérea Real que atacaram submarinos de guerra durante a Segunda Guerra Mundial sendo de grande valia sua contribuição (idem, 2007, p. 144-5).

Como falado, as forças estão cada vez mais interligadas e isso é um pretexto para que atividade conjuntas sejam realizadas e planejadas. Desse modo, o novo conceito de “abordagem de forças militares combinadas” desempenharia um nível além do que já se existe. Compartilhamento de informações, operações feitas em conjunto, confiança e respeito entre as forças, levando-os a reduzir, senão, acabar com a disputa de quem defende qual área. Pokrant diz que se chega às operações conjuntas através de uma hierarquia que ele identificou como sendo:

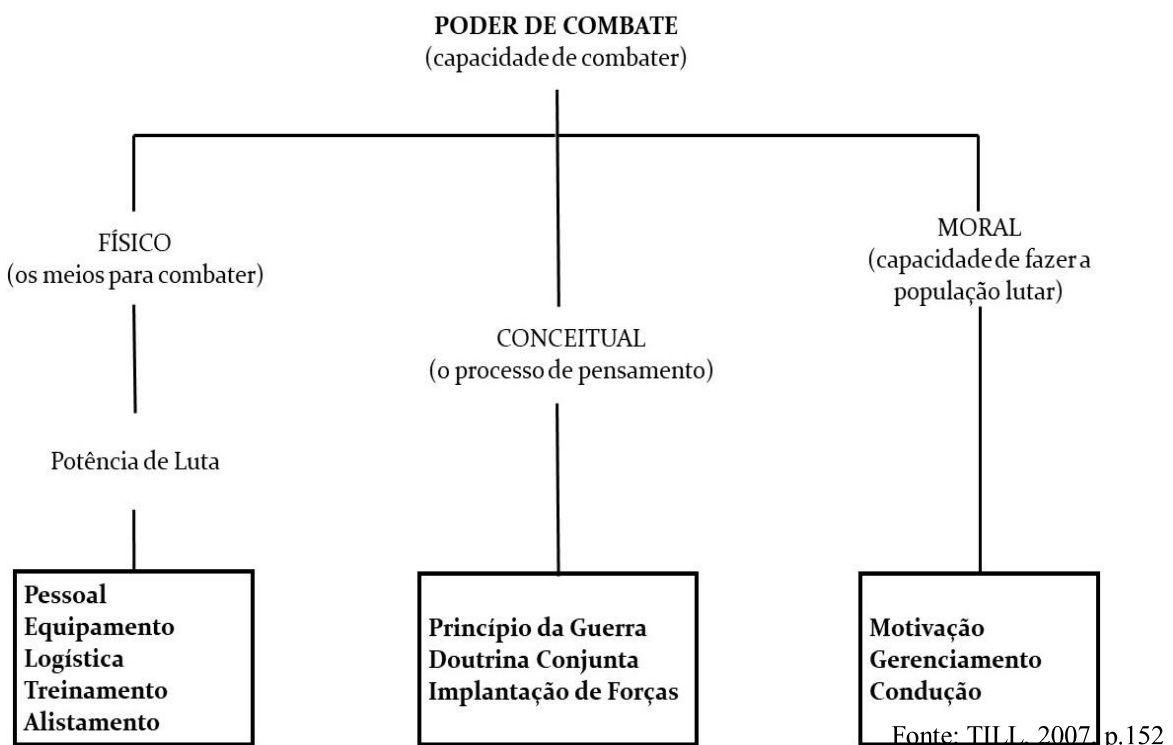
Solução de conflitos: quando o objetivo é simplesmente evitar as interferências mútuas. Isto pode mudar com relativa facilidade, por exemplo mediante o traçado de linhas geográficas. Harmonia na ação: quando a coordenação efetiva assegura que todos os alvos são alcançados e todos os contingentes são cobertos. Forças combinadas: onde há uma inspirada integração de esforços. “Na guerra moderna é fácil superar qualquer sistema individual; a combinação de sistemas, onde cada um protege os pontos débeis um dos outros, e expõe os do inimigo para ser explorado por outros sistemas próprios, se traduz em uma força de combate efetivo. (idem, 2007, p.149).

Till usa do que foi expressado para tratar de atividades conjuntas para falar de operações de coalizões – operações feitas entre marinhas de outros países aliados, e não só marinhas. O objetivo das coalizões também é incrementar a efetividade individual de cada marinha para o alcance de seus objetivos. Utiliza-se também os níveis de operações conjuntas para as coalizões, só que nesse caso até o nível mais baixo (solução de conflitos) é muito complicado de se realizar, pois em cada marinha seus comandantes exercem sua autoridade comandando em áreas

separadas e específicas atuando em paralelo com outras operações aliadas e onde não há um comandante superior de forças marítimas. Por outro lado, a cooperação e o compartilhamento de informações, táticas e tecnologia é feita e pode ser posta em prática, mesmo que de modo lento ou até mesmo não chegue a acontecer (idem, 2007, p.149-51).

Junto há tudo o que foi falado Till determina seu último elemento de Poder Marítimo, a doutrina. E ele usa a doutrina do pensamento marítimo da Inglaterra como ideal para todas as marinhas que existem.

Figura 3 – Fluxograma do pensamento marítimo da Inglaterra



Till defende que a doutrina é uma parte muito importante de qualquer força armada, na marinha fará com que até os exercícios conjuntos com o exército e aeronáutica, bem como as coalizões sejam efetivas. A doutrina gera congruência, uniformidade, confiabilidade e previsibilidade das forças, faz com que a discussão sobre objetivos e procedimento diante de um conflito não seja apenas discutido com militares de alta patente e quando não têm nada para se fazer, mas sim transformar isso em uma tarefa de primeiro nível, isso faz com que as forças marítimas ajam de forma mais profissional não ficando atrás quando se trata de estratégia de atuação rápida (idem, 2007, p.151-2).

2.2. FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS PARA O MAR

O Brasil é uma nação marcada por muitos eventos históricos relacionados ao mar, a maritimidade que se espera ver da população brasileira não é vista no dia a dia da nação. A cada momento as Forças Armadas estão trabalhando mais e mais para conseguir pessoal para trabalhar, bem como conseguir um aumento de orçamento para cada uma das armas. O que é interessante notar é o não trabalho em conjunto que acontece no Brasil, lembrando que Till, trabalha bastante a necessidade do trabalho conjunto entre as forças, seja na atuação em campo quanto na atuação fora dele. Para se entender mais sobre as diversas faces dos trabalhos desenvolvidos pela Marinha do Brasil, esse subcapítulo tratará das características, missão e especificidades da Marinha, e Orçamento das Forças Armadas, com enfoque na Marinha (MB), esse ponto será dividido em outra parte a de comparativo de marinhas de outros países com a Marinha Brasileira.

2.2.1. Marinha do Brasil

No Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) estão elencados a missão, organização, meios operativos, capacidades e visão estratégica e articulação, além de suas instituições de educação, científicas e tecnológicas e seu intercâmbio e cooperação com outros países.

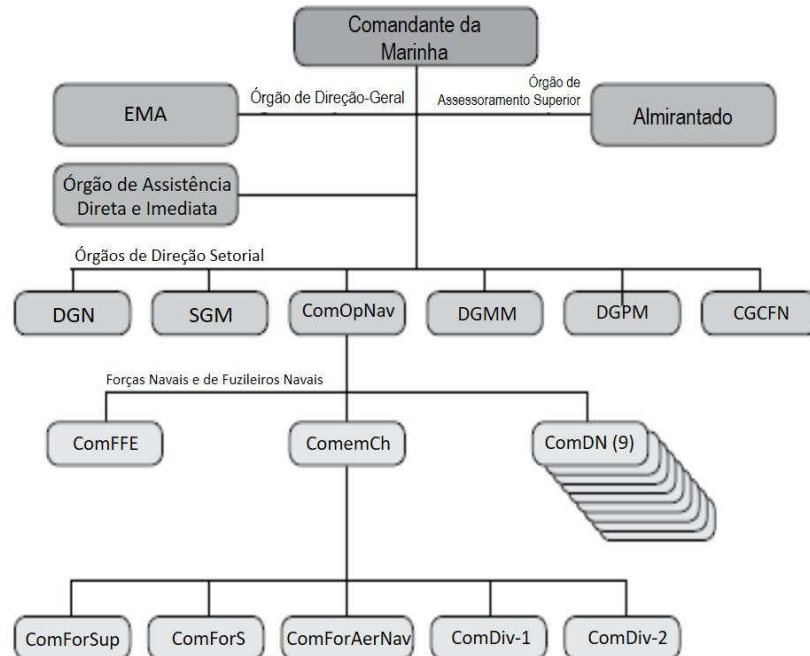
A missão da Marinha é preparar e empregar o Poder Naval assim como determina a Constituição Federal de 1988 e as leis, garantindo os poderes constitucionais e garantia da lei e da ordem. Atua também representando o Brasil em organizações internacionais e cumpre quaisquer outras atuações previstas em lei, com ênfase à “Autoridade Marítima¹⁹” para a salvaguarda dos interesses nacionais. São nesses interesses subsidiários que entra a orientação e controle da Marinha Mercante e outras atividades ligadas ao mercantilismo (LBDN, 2012, p. 80);

[...]prover a segurança da navegação aquaviária; contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual; e cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, das águas interiores e das áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução (idem).

¹⁹ Comandante da Marinha é investido por lei e os assuntos relacionados ao Poder Marítimo são de sua responsabilidade.

Sua organização e meios operativos são determinados a partir do Comando da Marinha, seguindo a seguinte estrutura:

Figura 4 – Organograma da Marinha

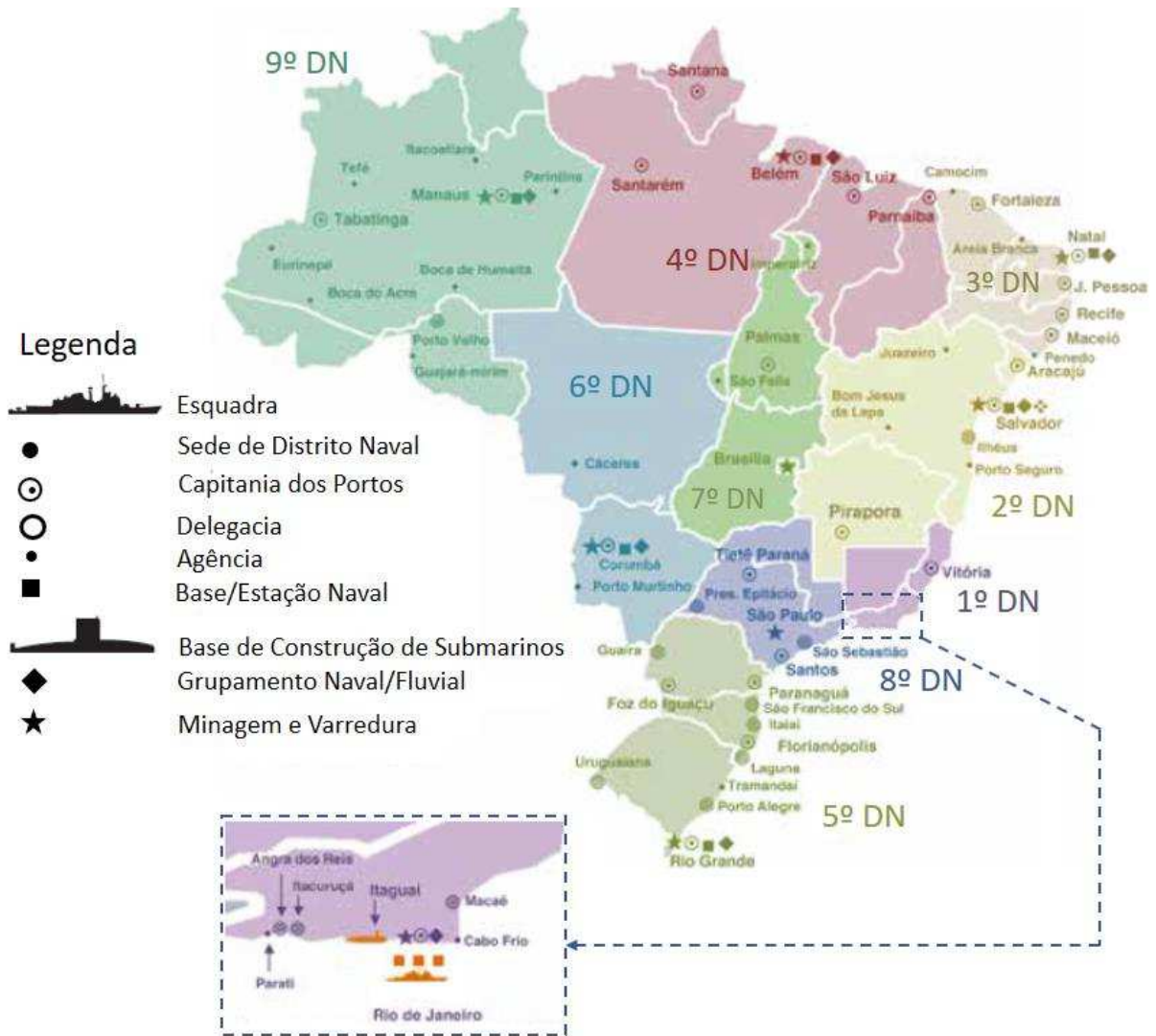


Fonte: idem, 2012, p. 81

- a) Um órgão de direção geral, o Estado-Maior da Armada (EMA).
- b) Um órgão de assessoramento superior, o Almirantado.
- c) Seis órgãos de assistência direta ao Comandante da Marinha:
 - Gabinete do Comandante da Marinha (GCM);
 - Centro de Inteligência da Marinha (CIM);
 - Secretaria de Controle Interno da Marinha (SecCIM);
 - Procuradoria Especial da Marinha (PEM);
 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM); e
 - Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM) (idem, p. 80-1).
- d) Seis órgãos de direção setorial:
 - Comando de Operações Navais (ComOpNav): responsável pela prontidão, treinamento e emprego das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais em operações militares (idem, p. 82);
 - Comando em Chefe da Esquadra (ComemCh) – mantém os comandos subordinados, planeja atividades, supervisiona a Esquadra, atividades administrativas (idem);

- Comandos dos Distritos Navais (ComDN) – contribuem para o cumprimento de tarefas da Marinha em suas áreas de atuação, ao todo são nove (idem, p. 87);

Figura 5 – Distribuição Geográfica dos Grandes Comandos e Principais Organizações



Fonte: idem, 2012, p. 87

- Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE) – Uma força para executar operações anfíbias e terrestres de limitada amplitude. Dividida em: divisão anfíbia, tropa de reforço, tropa de desembarque, batalhão de operações especiais de fuzileiros navais e base de fuzileiros navais do Rio Meriti (idem, p. 93-4);
- Comando do Controle do Tráfego Marítimo; e
- Centro de Guerra Eletrônica da Marinha.
- Diretoria-Geral de Navegação (DGN) – prepara e aplica o Poder Marítimo, no qual inclui o Poder Naval em atividades relacionadas a assuntos marítimos de segurança da navegação,

hidrografia, oceanografia e meteorologia. É composta pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) e Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) (idem, p.96).

- Secretaria-Geral da Marinha (SGM);
- Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM);
- Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM); e
- Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN).

A Marinha atualmente conta com 60 mil militares e pretende aumentar seu efetivo até 2030 para se adequar aos desdobramentos da Estratégia Nacional de Defesa, focando nos programas Nuclear da Marinha (PNM), Desenvolvimento de Submarinhos (PROSUB) e Reparcelhamento da Marinha (PRM). Existem quatro tarefas básicas do Poder Naval que a Marinha Brasileira diz que deve ser capaz de cumprir: negar o uso do mar ao inimigo, controlar áreas marítimas, projetar poder sobre terra e contribuir para dissuasão (idem, p.98).

Para assegurar a prontidão e salvaguardar a soberania e os interesses brasileiros. Tanto no país quanto no exterior, a marinha manterá forças em condições de emprego imediato em operações e ações de guerra naval, tanto no período de paz, quanto no de crise e conflito (idem, p.99).

A Marinha do Brasil procura ser uma Força moderna, equilibrada e balanceada, para o Ministério da Defesa brasileiro é entendido como moderno os meios com até 20 anos em atividade, privilegiando-se a qualidade ante a quantidade. Dispõe de meios aeronavais, navais e de fuzileiros navais e tem atualmente sete projetos estratégicos: Projeto Nuclear da Mainha; obtenção da capacidade operacional plena; construção do núcleo de Poder Naval; pessoal; segurança da navegação; implantação da 2ª esquadra e da 2ª força de fuzileiro navais da esquadra na região Norte/Nordeste; e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz) (PADILHA, 2014²⁰).

Há também o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER) que objetiva aquisição de cinco navios de escolta, cinco navios de patrulha oceânica e um navio de apoio logístico; Programa de Obtenção de Navios-Aeródromos (PRONAe), que prevê a construção de dois Navios-Aeródromos (NAe); Programa de Obtenção de Navios-Patrulha de 500 Toneladas que consiste na construção de 46 Navios-Patrulha (NPa) de 500 toneladas de deslocamento. Programa de Construção de Corvetas Classe “Tamandaré”, prevê a construção de quatro corvetas “Tamandaré”. Programa de Obtenção de Navios-Anfibios (PRONAnf) tem como objetivo a construção no Brasil de duas unidades de Navios-Anfibios (OLIVEIRA, 2016).

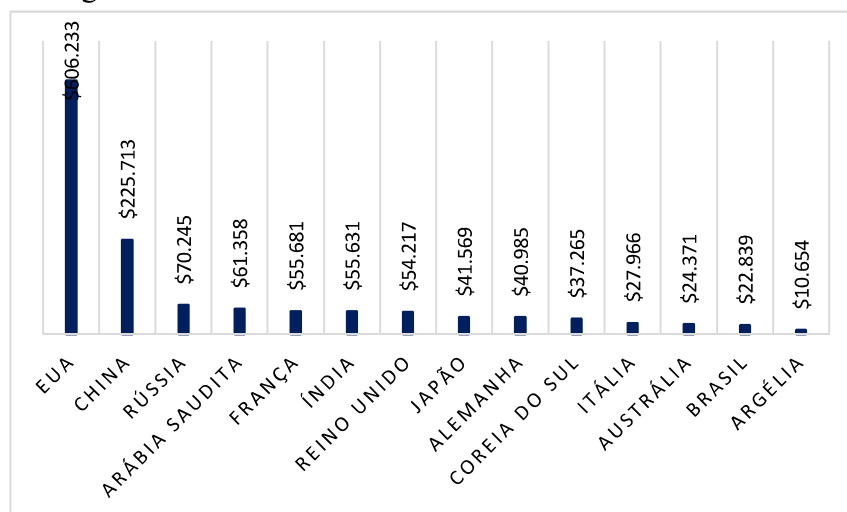
²⁰ **Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil.** Defesa Aérea & Naval: 2014. Disponível em: <<http://www.defesaareanaval.com.br/projetos-estrategicos-da-marinha-do-brasil/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

No que tange aos projetos aeronavais existe o Projeto H-XBR, projeto surgido a partir do acordo selado com a França sobre a produção, industrialização, desenvolvimento e fornecimento de 50 helicópteros, sendo desses 16 para a Marinha do Brasil. Programa de Consolidação da Brigada Anfíbia no Rio de Janeiro (PROBANF) que visa assegurar a capacidade de projeção de poder da Marinha do Brasil e a consolidação do Corpo de Fuzileiros Navais como uma força expedicionária. Recuperação da Capacidade Operacional (RCO) visa reabilitar dos meios, estruturas e sistemas já existentes. E o Veículo Aéreo Não Tripulado Embarcado (VANT-E), esse programa prevê a obtenção de 10 VANT-E entre 2015 e 2030, ele será empregado na MB para combate à ilícitos, busca e salvamento no mar (PODER NAVAL, 2015).

2.2.2. Orçamento do Brasil para as Forças Armadas

O Brasil é uma das 10 maiores economias do mundo, em 10 anos sua economia teve altos e baixos e diante da crise financeira mundial manteve-se entre os 10 grandes. Mesmo com uma grande economia, a Marinha do Brasil é fica no 23º lugar no ranking mundial, atrás até mesmo do Marrocos e Filipinas. A explicação para tal pode se dar pelo orçamento de menos de 2% do PIB e que quase 80% desses, são para pagamento de pessoal (WORLD BANK, 2017; GLOBAL FIREPOWER, 2017 e MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017). Em 2017, de acordo com o SIPRI, o Brasil foi o 13º país que mais investiu em defesa no mundo, caindo 3 posições desde 2011.

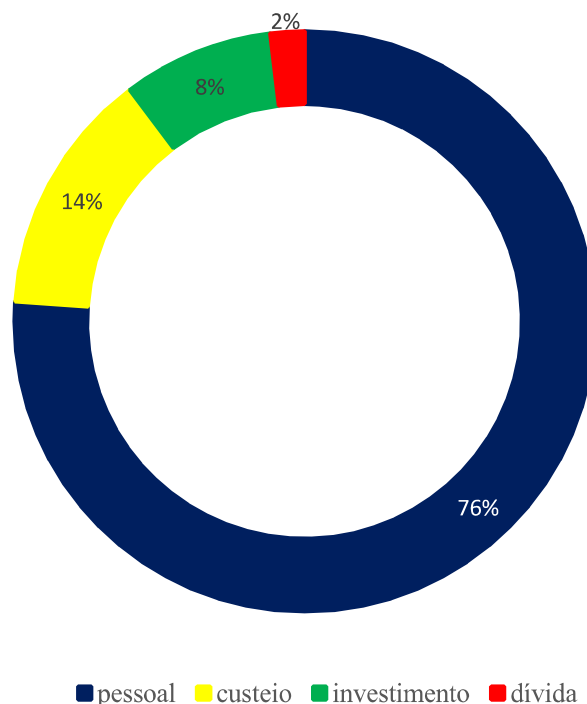
Gráfico 1: Maiores gastos com defesa no mundo em 2016



Fonte: Gráfico da autora com fonte no SIPRI, 2017.

O Brasil, mesmo sendo a 9ª maior economia no mundo não está entre os 10 maiores investidores em defesa do mundo. Em um ambiente internacional realista, visto até pelos livros de defesa como tal, é de espanto que o Brasil não aja como reconhece o Sistema no qual está inserido. Segue abaixo um gráfico que indica como foi feito o gasto do orçamento brasileiro em defesa no ano de 2016.

Gráfico 2: Uso do orçamento em 2016



Fonte: Gráfico da autora com fonte no Ministério da Defesa, 2017.

Alguns autores como Alsina Jr. (2008) dizem que o orçamento para defesa no Brasil não é baixo, realmente, se comparado com outros países o valor real do orçamento brasileiro não é de todo mal. O gasto do governo com a defesa é deveras interessante, o que faz com que o Brasil fique na 23ª posição no ranking é a mal distribuição desse dinheiro. Como visto no gráfico 1, em 2016, 76% de todo dinheiro do Ministério da Defesa foi para pagamento de pessoal, apenas 8% do valor total foi realmente posto para investimento e reaparelhamento das Forças Armadas. Mesmo o orçamento para defesa tendo crescido nos últimos anos, o poder dissuasório das FA não teve tanta mudança (idem, p.73).

Tabela 1: Orçamento do Ministério da Defesa (2007-2017*)

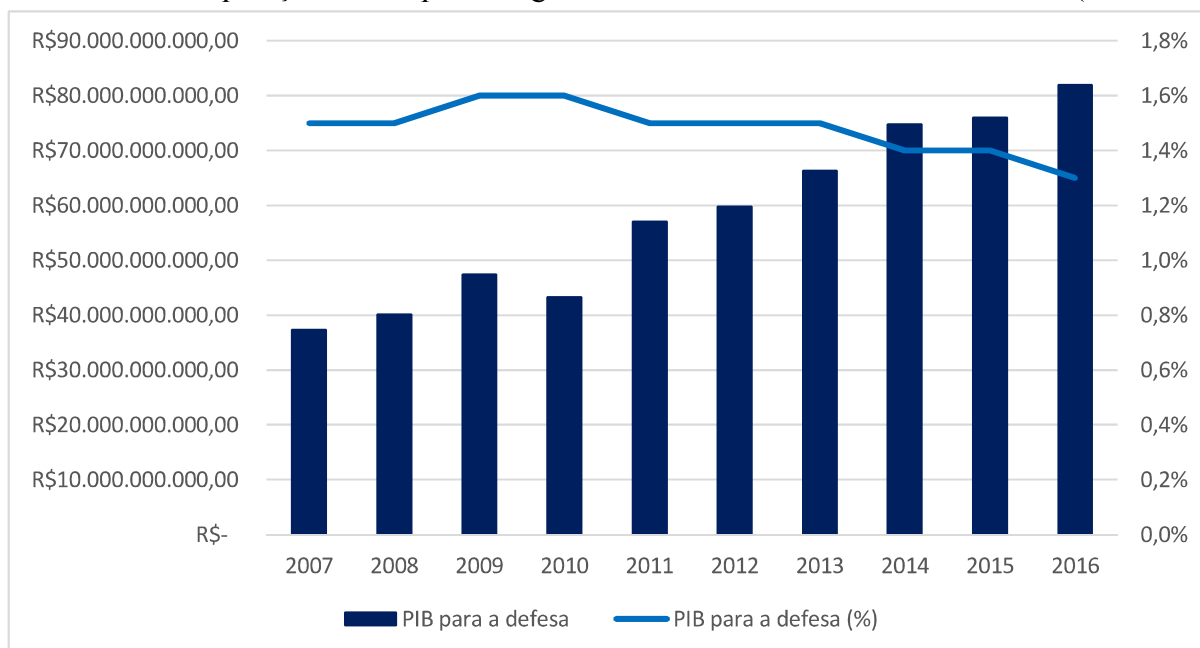
Ano	Orçamento total	Comando da Marinha	Fundo Naval
2007	R\$37.369.223.631,58	R\$8.215.454.218,26	R\$281.413.713,16
2008	R\$40.134.170.700,99	R\$9.553.035.971,48	R\$224.440.490,95
2009	R\$47.485.271.785,70	R\$11.113.283.259,70	R\$289.839.238,28
2010	R\$43.312.528.779,07	R\$9.672.761.291,14	R\$324.404.407,04
2011	R\$57.082.348.431,96	R\$13.264.882.281,30	R\$258.920.939,46
2012	R\$59.815.983.314,64	R\$15.569.627.990,62	R\$345.721.372,55
2013	R\$66.294.870.898,10	R\$17.185.654.500,68	R\$486.828.395,14
2014	R\$74.717.968.820,09	R\$19.438.212.302,89	R\$499.114.890,37
2015	R\$76.009.450.988,25	R\$19.298.297.502,10	R\$494.582.811,92
2016	R\$81.942.680.973,72	R\$21.387.264.893,15	R\$649.116.824,53
2017*	R\$60.535.667.340,96	R\$15.123.091.239,87	R\$464.625.480,16

*Dados do ano de 2017 são até o mês de setembro

Fonte: Tabela da autora com fonte em BRASIL, 2017

Esse montante selecionado para o Ministério da Defesa de gato direto do Governo Federal é fruto do PIB anual do Brasil. É notado ao analisar a porcentagem para a Defesa que, não é a porcentagem que interessa ao país, e sim quando valor financeiro será investido. Se o Brasil aumentou o valor de seu PIB, a porcentagem para a defesa não se mantém, ou ela decai, ou aumenta, de acordo com o valor que esse venha representar.

Gráfico 3: Comparação entre a porcentagem e o valor real do investimento no MD (2007-2016)



Fonte: Gráfico da autora com fonte em BRASIL, 2017 e SIPRI, 2017.

Baseado nesses fatores podemos entender que o maior problema financeiro, do Brasil é a má distribuição do orçamento, seja diretamente do governo federal ou do Ministério da Defesa. Esse problema mostra a falta do pensamento voltado para a defesa, e conseqüentemente a falta de um pensamento marítimo. Mesmo com todos os programas voltados para o desenvolvimento da maritimidade na população civil, os próprios militares precisam reavaliar sua maneira de encarar o desafio da segurança e defesa.

2.2.3. Comparação do Poder Naval

Esse trecho pretende comparar o poder naval brasileiro com de outros países. Foram escolhidos países que tem poder econômico semelhante ao do Brasil, que atualmente ocupa a 9ª posição, e também países que tem uma fronteira marítima de tamanho próximo a do Brasil. Os países escolhidos foram o Reino Unido, Itália, Rússia, Índia e Coreia do Sul. Segue uma tabela inicial de dados desses países em comparação ao Brasil.

Tabela 2: Quadro de comparação de dados iniciais

Países	Brasil	Reino Unido	Índia	Coreia do Sul	Itália	Rússia
Fronteira Marítima	9.557km	18.372,2km	5.435,80 km	1.283,7km	1.452km	21.857,1km
PIB – 2016 (milhões de US\$)	1,796,187	2,618,886	2,263,523	1,411,246	1,849,970	1,283,162
Gasto do PIB em defesa – 2016 (%)	1,3	1,9	2,5	2,7	1,5	5,3

Fonte: Tabela da autora com fonte em MOURA 2014, p. 162; SIPRI, 2017 e BANCO MUNDIAL, 2017

Países como a Índia e a Rússia que fazem parte de uma mesma organização internacional, junto ao Brasil (BRICS²¹), investem mais de 2% de suas economias para a defesa de seus países, que é mínimo que o Brasil deveria investir também. Além disso observa-se que dentre os países selecionados o Brasil possui a 3ª maior fronteira marítima, porém é o que

²¹ Composta pelo Brasil, Rússia Índia, China e África do Sul, essa organização internacional objetiva a cooperação para o melhor desenvolvimento econômico de cada país membro, tendo em vista que todos são uma economia emergente. O BRICS, visando uma economia igualitária no mundo, para que todos as assimetrias entre os países reduzam, o modo de cooperação entre esses é feita para que ambos os contratantes sejam beneficiados (ITAMARATY, 2017).

menos investe em defesa, não apenas falando em porcentagem relacionada ao PIB, mas de valor real, já que a Índia ocupa o 7º lugar de maiores PIB do ano de 2016.

Cada país tem sua estratégia naval, e para isso, o Abreu de Moura (2014) elencou duas variáveis de análise, as quais seguiremos para entender melhor a necessidade de uma melhoria não apenas no reaparelhamento da Marinha do Brasil (MB), mas do pensamento marítimo brasileiro.

A Guerra no mar, no pós-GF, ganhou um paradigma chamado de Guerra de Litoral, o que resulta em dois tipos de estratégia naval. Essas estratégias classificam o Estado nos grupos dos “atacantes” e “atacados”. Os “atacantes” projetam suas políticas e estratégias de defesa para a projeção de poder no litoral do inimigo, ou seja, uma postura ofensiva, nunca esperando ser atacado para atacar, é o que Mahan chama de defesa ativa. E o grupo dos “atacados”, que são Estados que agem de forma defensiva, suas políticas e estratégias de defesa estão voltadas ao arcabouço dissuasivo, sua projeção de poder é sobre seus litorais e territórios a partir do mar, sua prioridade estratégica é a negação do uso do mar pelos inimigos, o que Mahan identifica como defesa passiva (MAHAN, 1890, p. 87 e MOURA, 2014, p.54-7)

Tabela 3: Opções de Estratégia Naval

Sigla	Definição	Tarefa Estratégica	Operações
ATDO	Preparação do Poder Naval predominantemente para estratégias navais do “atacado” no paradigma da Guerra de Litoral	Negação do uso do mar ao inimigo	- Controle de áreas marítimas; - Negação do uso do mar
AOTR	Preparação do Poder Naval para estratégias navais do “atacado” no paradigma da Guerra de Litoral, em conjunto com a preparação para estratégias navais tradicionais	Tarefa estratégica 1: Negação do uso do mar ao inimigo	-Controle de áreas marítimas -Negação do uso do mar
		Tarefa estratégica 2: Controle de áreas marítimas	-Controle de áreas marítimas -Negação do uso do mar -Projeção de poder sobre a terra
TRAD	Preparação do Poder Naval para as estratégias da Guerra Naval tradicional	Controle de áreas marítimas	-Controle de áreas marítimas -Negação do uso do mar -Projeção de poder sobre a terra
ATTE	Preparação do Poder Naval predominante para	Projeção de Poder sobre a terra	-Controle de áreas marítimas

	estratégias navais do “atacante” no paradigma da Guerra de Litoral		-Projeção de poder sobre a terra
AETR	Preparação do Poder Naval para estratégias navais do “atacante” no paradigma da Guerra de Litoral, em conjunto com a preparação para estratégias navais tradicionais	Tarefa estratégica 1: Projeção de Poder Sobre Terra	-Controle de áreas marítimas -Projeção de poder sobre a terra
		Tarefa estratégica 2: Controle de áreas marítimas	-Controle de áreas marítimas -Negação do uso do mar -Projeção de poder sobre a terra

Fonte: Tabela da autora com fonte em MOURA, 2014, p.215-6

Os países escolhidos foram cinco, a Rússia e o Brasil fazem parte do grupo dos “atacados”; o Reino Unido e a Itália são os “atacantes”; e a Coreia do Sul e Índia são os que optaram pela vertente tradicional. O Reino Unido (AETR) e a Itália (ATTE) fazem parte da OTAN e são aliados dos EUA, ambos muito dependentes do petróleo que importam, o primeiro, portanto é uma potência nuclear, possui uma fronteira marítima grande e águas jurisdicionais importantes. A Coreia do Sul e a Índia possuem uma política e estratégia de defesa tradicional, ambas com inimigos em potencial muito poderosos e muito dependentes do petróleo importado; a Índia é uma potência nuclear que possui uma grande fronteira marítima, enquanto a Coreia do Sul é aliada dos EUA, o que implica que a sua segurança é posta dentro da estratégia estadunidense. A Rússia (ATDO) é o Estado que tem uma política e estratégia de defesa que mais se assemelha com a do Brasil (AOTR). Ambos fazem parte do grupo dos “atacados”, possuem grande fronteira marítima e águas jurisdicionais de grande importância. O Abreu de Moura (2014) não reconhece que o Brasil possui inimigos potenciais poderosos, mas essa é uma característica a ser adicionada como ponto em comum entre Rússia e Brasil. A diferença entre esses, é o fato da Rússia ser uma potência nuclear, o Brasil, portanto, não possui tecnologia nuclear desenvolvida e muito menos tem parceria com países que são potências nucleares.

Diante desse quadro, indaga-se qual a quantidade de embarcações que cada um desses possui, detalhando os tradicionais meios navais que compõem as esquadras, segue uma tabela comparativa:

Tabela 4: Comparação dos Meios Navais

Países	Brasil	Rússia	Índia	Coreia do Sul	Reino Unido	Itália
Porta-Aviões	1	1	2	1	2	1
Fragatas	8	10	13	14	13	10
Contratorpedeiros	0	18	13	6	6	8
Corvetas	4	46	24	36	0	5
Submarinos	5	63	14	23	10	6
Navio de Patrulha	32	89	109	116	22	19
Navio de Guerra	6	45	6	10	16	10
Total*	106	352	295	299	99	143

*O número total de embarcações não é a soma dos meios detalhados, mas sim, de todos os meios, independentemente se fazem parte das esquadras.

Fonte: Tabela da autora com fonte em BRASIL, 2017 e MILITARY BALANCE, 2016.

O Brasil, dentre os países selecionados, possui a terceira maior fronteira marítima, apenas 5 submarinos para patrulha que são do fim da Segunda Guerra Mundial, em 2016 ocupou o 9º lugar de maior economia e investe apenas 1,3% do seu PIB na defesa do país. A Índia, país subdesenvolvido, assim como o Brasil, que faz parte também do BRICS, possui a quarta maior fronteira, 15 submarinos para patrulha, tendo seu primeiro submarino nuclear lançado ao mar em 2009, o INS Arihand, feito inteiramente em território indiano, em cooperação com a Rússia; é possuidora da 7ª maior economia e investe 2,5% de seu PIB em defesa. A Coreia do Sul, por outro lado, possui a menor costa marítima dos países selecionados, a 11ª economia maior economia, investe 2,7% de seu PIB em defesa, possui acordo militar com os EUA, apesar de não ser uma potência nuclear e tem 15 submarinos para a patrulha de apenas 1.283,7km de costa.

Observando os 5 países, conclui-se o seguinte: os países ou são potências nucleares, ou tem aliança militar com os EUA, o que também inclui fazer parte da OTAN. O Brasil, portanto, não é potência nuclear e também não faz parte de uma aliança de defesa com os EUA, bem como não pertence a uma organização militar. Abreu de Moura (2014), em seu livro “A Estratégia Naval Brasileira no Pós-Guerra Fria” não identifica o Brasil como possuidor de inimigos potenciais poderosos, o autor que também é militar compartilha de um pensamento comum pela maioria daqueles que fazem parte das FA. Enxergam apenas que seus inimigos advêm da fronteira continental, ignorando a presença dos EUA, Reino Unido, França, China e Rússia no entorno estratégico do Brasil, todos grandes potências militares e que devem ser de preocupação brasileira.

3. PENSAMENTO MARÍTIMO BRASILEIRO

No capítulo anterior viu-se o que é um Pensamento Marítimo e como ele está relacionado com os elementos que compõem o Poder Marítimo. Iremos analisar o Pensamento Marítimo no Brasil, através de projetos desenvolvidos, os livros de defesa do Brasil e quais as organizações internacionais para a defesa do Atlântico Sul que o Brasil faz parte.

O país que possui a maior costa atlântica do mundo não possui uma Grande Estratégia, possui apenas uma esquadra, navios com mais de 80 anos de uso. Um projeto de desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear nascido no regime militar, e que até o presente momento não tem nenhuma unidade ativa. Por estar entre maiores economias do mundo, o Brasil é um dos países que menos investe do seu PIB para a defesa e é um dos que mais usa o orçamento para pagamento de pessoal²² (BRASIL, 2016; BANCO MUNDIAL, 2017 e SIPRI, 2017²³).

O Brasil é um país que faz parte de 3 organizações voltadas para a defesa do Atlântico Sul, fundadora de duas delas e grande entusiasta na criação de outra, mas abandonou os projetos por longos anos, voltando à sua agenda de política de defesa apenas a partir de 2007, com a descoberta das novas jazidas de petróleo no litoral. É a partir dessas premissas que a análise será direcionada.

3.1 PROJETO NÚCLEO DO PODER NAVAL

Criado em 2008, o Projeto do Núcleo do Poder Naval pretende modernizar e ampliar a capacidade operacional da Marinha. Dentre várias iniciativas integradas, foram selecionados os que para esse trabalho tem mais relevâncias. Sendo o primeiro o, Programa de Reparelhamento da Marinha (PRM) Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR), Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PRO-SUB, Projeto da 2ª Esquadra e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) (SOARES DE LIMA, *et al*, 2017, p.64-5).

Esses projetos são de extrema importância para o desenvolvimento do pensamento marítimo da Marinha Brasileira, Forças Armadas, Ministério da Defesa, Governo Federal e

²² Em 2016 o Brasil ocupou o 9º lugar do ranking de maior economia mundial, mas investiu 1,3% do PIB em defesa.

²³ **Military expenditure by country, in constant (2015) US\$ m., 1988-1996.** 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/Milex-constant-2015-USD.pdf>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

população. Devemos entender que as estruturas das Forças Armadas devem estar adequadas as necessidades das características físicas do Estado.

3.1.1. Reaparelhamento da Marinha

O Programa de Reaparelhamento da Marinha, inclui todos os programas do Projeto Núcleo Naval, que trata da obtenção de meios físicos para aparelhar a MB, o que vai além do PRO-SUB, com investimento superior a US\$30 bilhões. O reaparelhamento contará também com a construção de 20 navios patrulha de 500 toneladas, os NPa-500, que em 2014 receberam um aporte de R\$ 73 milhões. Em 2006 o estaleiro Industrial Naval do Ceará foi contratado para a construção dos dois primeiros navios, entregues a Marinha em 2012 e 2013 (SILVEIRA, 2014²⁴).

O Prosuper (Programa de Obtenção de Meios de Superfície) projeta fornecer 11 navios de superfície²⁵, podendo gerar 13 mil empregos no Brasil, mesmo que a sua produção seja feita em parceria com estaleiros estrangeiros. A crise econômica que o Brasil está sofrendo desde 2013 resultou no não desenvolvimento do Prosuper. No ano de 2014 houveram rumores que a Alemanha estava concordando em transferir até quatro escoltas para o Brasil, navios fabricados nos anos de 1980 (fragatas do tipo 122), ou as fragatas Brandenburg que são consideradas de maior utilidade para a MB, principalmente pelo fato de quase todas terem menos de 20 anos de uso. O que seria bem melhor do que as embarcações que possuímos com cerca de 80 anos e ainda em operação²⁶. Ainda existe a previsão que o projeto seja implementado ao longo de 12 anos (LOPES, 2015²⁷).

O Programa de Construção das Corvetas Classe Tamandaré é totalmente projetado e construído por engenheiros da Marinha do Brasil, esse programa objetiva construir mais quatro unidades da Classe Tamandaré que possui 103,4m de comprimento e conta com o Sistema de Controle Tático. Também é objetivo do Reaparelhamento a obtenção de aviões e helicópteros

²⁴ **Plano de reaparelhamento vai durar até 12 anos.** Poder Naval: 2014. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2014/01/14/plano-de-reaparelhamento-vai-durar-ate-12-anos/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

²⁵ 5 fragatas de 6.000 toneladas, 5 navios-patrulha oceânicos e um navio de apoio logístico

²⁶ U-17, Monitor Parnaíba, é um navio de bordo baixo, sem propulsão a vapor e fortemente blindado, construído pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, marcou a volta da construção marinha no território nacional. Foi incorporado à Marinha do Brasil em 1938, participou da Segunda Guerra Mundial, foi modernizado em 1998 e segue sendo o navio de guerra mais antigo do mundo em operação (PODER NAVAL, 2017).

²⁷ **Ministério da Defesa menos otimista com as chances do Prosuper em 2015.** Poder Naval: 2015. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2015/03/24/ministerio-da-defesa-menos-otimista-com-as-chances-do-prosuper-em-2015/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

bem como a aquisição do Veículo Aéreo Não Tripulado Embarcado e a substituição do Navio Aeródromo (Porta Aviões) A12-São Paulo.

3.1.2. Programa de Mentalidade Marítima

O PROMAR foi criado entendendo o relacionamento histórico do Brasil com o mar, por ter sido colonizado por uma nação marítima e suas primeiras invasões terem sido por via marítima. O Programa também entende a grande importância do mar para o desenvolvimento nacional e afirma que este continuará a prover o desenvolvimento do Brasil. Não é para menos essa afirmação, quando 95% do comércio internacional do Brasil se dá pelo mar. A interioridade que aconteceu no país fez com que a importância do mar que havia na população fosse reduzida, o que hoje em dia se reflete no modo lúdico que o mar é visto pelos brasileiros. Com o intuito de resgatar a mentalidade marítima da nação, o PROMAR, estimula através de ações voltadas para maior conhecimento do mar, seus recursos e sua importância para o Brasil, além de conscientizar sobre a exploração racional e sustentável e sua necessidade de preservação (MARINHA DO BRASIL²⁸).

O PROMAR tem como base cinco metas:

1. Propor a inclusão de temas ligados ao mar nas grades curriculares dos ensinos fundamental e médio; 2. Incrementar a realização de exposições itinerantes e palestras sobre assuntos do mar; 3. Ampliar a distribuição de material de divulgação das atividades da CIRM; 4. Fortalecer os laços entre a coletividade e o mar, por meio da dinamização dos museus oceanográficos; e 5. Ampliar para 2,4 milhões o número estimado de pessoas alcançadas anualmente por ações relacionadas ao desenvolvimento de mentalidade marítima (idem).

Essas metas foram desenvolvidas para seis tipos de público: membros dos poderes constituídos; estudantes, professores, pesquisadores, turismólogos; jornalistas, pessoal engajado na vida marítima e a população como um todo. Uma das ações do PROMAR e a mais bem-sucedida é a Exposição Itinerante, ela objetiva divulgar as atividades que acontecem dentro da Amazônia Azul e Antártica. Ensina o porquê de o mar jurisdicional brasileiro ser chamado de Amazônia Azul, os processos que levaram até a atual extensão da Plataforma Continental (PC), qual o tamanho da Amazul. Já sobre a Antártica, é mostrada a importância do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e as atividades dos pesquisadores no sexto continente do mundo. Além desses dois, é exposto sobre a presença no Arquipélago de São

²⁸

Pedro e São Paulo, Ilha da Trindade e Arquipélago de Martin Vaz, e o porquê da necessidade da presença de uma população nesses territórios para que eles permaneçam a ser parte do Brasil (idem).

A Exposição é composta de maquetes, roupas, equipamentos, moto de neve, pinguins de fibra e todo material lúdico que possa interagir e ensinar ao mesmo tempo. O PROMAR conta com um site bem estruturado nos domínios federais, que possui uma estrutura simples e fácil de acessar, com informações das mais diversas relacionadas a maritimidade. A aferição do PROMAR é feita anualmente, o número de pessoas atingidas através das ações relacionadas ao programa, o dado mais recente disponível é de 2010 que indica que 800.000 pessoas puderam ter contato com atividades do PROMAR (idem).

3.1.3. Programa de Desenvolvimento de Submarino

O PRO-SUB remonta dos anos 1970, ainda período de regime militar no Brasil, a partir de um acordo com a Alemanha que proporcionou a aquisição de 5 submarinos U-209 e tecnologia de energia nuclear. Foi então que, em 2008, uma parceria de transferência de tecnologia entre França e Brasil aconteceu. Esse projeto, bem como os outros desenvolvidos a partir do Núcleo do Poder Naval, vão responder o que a Estratégia Nacional de Defesa (2008) determina como uma “força naval de envergadura”. O acordo entre Brasil e França tem três premissas básicas: transferência de tecnologia, nacionalização de equipamentos e sistemas, e a capacitação de pessoal (MARINHA DO BRASIL, 2013, p.6).

O PRO-SUB produzirá quatro submarinos convencionais para se unirem aos outros cinco submarinos da década de 1980-90, e também o primeiro submarino de propulsão nuclear. Para a fabricação dos cinco submarinos, a construção de um complexo com Estaleiro e Base Naval (EBN), Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), no Rio de Janeiro, o projeto aumentará a capacidade tecnológica da Marinha, bem como a indústria de defesa e desenvolvimento econômico através de emprego (MARINHA DO BRASIL²⁹).

As obras do complexo iniciaram-se em 2010, em 2013 foi entregue a UFEM, onde se produz, instalam e montam as estruturas internas, tubulações, dutos, suportes, sistemas e equipamentos dos submarinos. A construção da UFEM envolveu mais de 600 empresas brasileiras, garantindo a nacionalização de 95% dos componentes e sistemas. A UFEM possui

²⁹ **PROSUB**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/node/813>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

45 edificações, ocupando um total de 97 mil m². A Unidade se localiza a 3,5 km da área norte da base naval do complexo (idem).

O Estaleiro e Base Naval do complexo é composto pela área norte, área sul e estaleiros. A área norte possui 103 mil m² que abriga terminal rodoviário, área administrativa, batalhão de defesa nuclear, biológica, química e radiológica, junto aos controles de acesso ao complexo. O estaleiro e área sul da base correspondem a 487 mil m², essa área é composta por quatro grandes áreas: dois estaleiros, um de construção e outro de manutenção; a base naval; e o complexo radiológico, que são responsáveis pela montagem, lançamento, operação e manutenção dos submarinos. Está no projeto a construção de dois píeres e duas docas de 140m cada, oficinas, áreas administrativas, treze cais e um *shiplift* (elevador de navios) com capacidade de até oito mil toneladas (idem).

Figura 6 – Complexo de Infraestrutura Naval



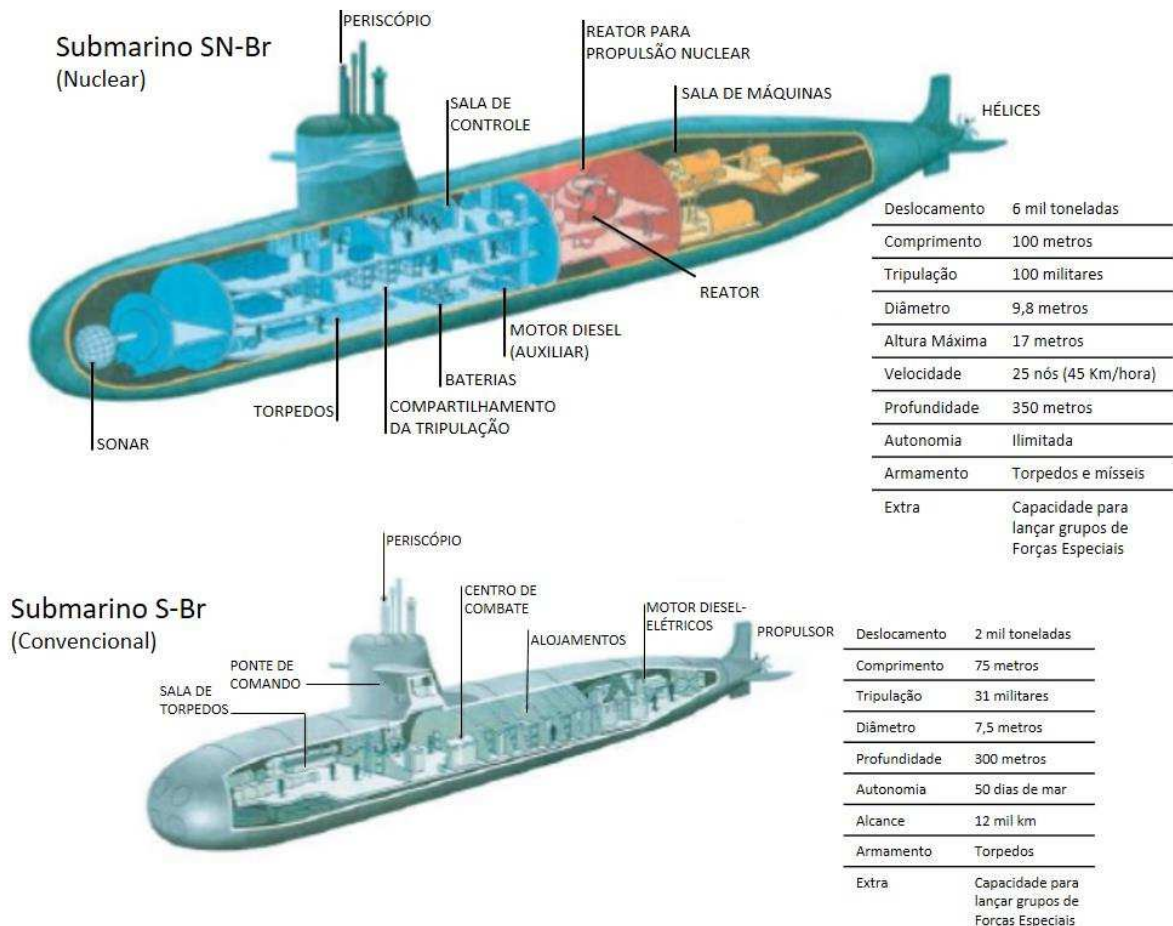
Fonte: MARINHA DO BRASIL.

Os quatro submarinos convencionais que estão sendo construídos são uma variação do submarino francês Scorpène, de propulsão eletro-diesel. O S-BR possui 75m³⁰ (nota das discordâncias de tamanho) de comprimento, capacidade para 31 homens, alcance de até 300

³⁰ Quando pesquisado o tamanho do Submarino Brasileiro (S-BR), houve discordância do dado, em duas fontes advindas da Marinha do Brasil, uma afirmava o tamanho de 71m e outra de 75m.

metros de profundidade, autonomia de 50 dias em mar, alcance de 12 mil km, armado com torpedos e capacidade para lançar grupos de Forças Especiais (FE). A embarcação SN-BR gera a vantagem de maior autonomia quando a propulsão nuclear e não é forçada a emergir periodicamente, a propulsão nuclear também dá mais velocidade ao submarino. O combustível bem como o sistema de propulsão nuclear fora totalmente desenvolvido pela Marinha do Brasil (MB). O Submarino Nuclear Brasileiro possui 100m de comprimento, capacidade para 100 homens, chega a 350 metros de profundidade, autonomia ilimitada, velocidade de 25 nós (45 km/hr), armado com torpedos e capacidade para lançar Forças Especiais (FE) (MARINHA DO BRASIL, 2013, p.6).

Figura 7 – Características gerais dos submarinos desenvolvidos



Fonte: MARINHA DO BRASIL.

Após a entrega da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas em 2013, o Brasil estipulou a seguinte meta: 2015 para que todas as obras civis tenham terminado, 2016 o primeiro submarino convencional seria entregue e em 2023 a entrega do submarino nuclear. Porém diante de atrasos e problemas institucionais a entrega do submarino convencional foi passada para o terceiro trimestre de 2018, o programa que foi orçado em R\$30 bilhões, tem

muitas chances de não alcançar a segunda meta, a crise fiscal no Brasil atingiu gravemente os programas militares, o que inclui o PRO-SUB. Cortes no orçamento da Marinha do Brasil reduziram o ritmo de obras no estaleiro, base naval e complexo radiológico. No último ano houve 32% de contingenciamento do valor orçado em 2 bilhões, o que faz com que o cronograma para lançamento ao mar da primeira embarcação seja posto em risco. (O GLOBO, 2017³¹). O atual Comandante da Marinha, o almirante de esquadra Eduardo Bacellar Leal fez a seguinte declaração:

Assim como o sucesso vai representar uma nova perspectiva para o Brasil no cenário internacional em termos de respeito e credibilidade, o fracasso pode representar exatamente o oposto. Ou seja, o Brasil não conseguiu. Seja por qual for o motivo, e o mais claro são as dificuldades orçamentárias. Mas isso vai sempre ficar marcado como um fracasso (O GLOBO, 2017).

3.1.4. Complexo Naval da 2ª Esquadra e da 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra

Na Estratégia Nacional de Defesa são definidas duas áreas estratégicas no mar: Foz do Amazonas e a Faixa de Santos à Vitória, área correspondente ao Pré-Sal. Para defender essas duas áreas, se faz necessária a reorganização das Forças Armadas, a melhoria o monitoramento e controle, mobilidade e a presença das FA. Diante do desafio de proteger as duas áreas estratégicas e respondendo à recomendação da END de estabelecimento de uma esquadra na região Norte/Nordeste (N/NE) do Brasil, a Marinha do Brasil planeja o estabelecimento de uma 2ª Esquadra o mais próximo da foz do Rio Amazonas. As regiões de foz de rio são de acordo com Mahan uma área com dupla importância, em tempo de paz o desenvolvimento do comércio e em guerra é uma área que dá acesso ao interior do território, sendo alvo de grande hostilidade.

A criação do Complexo Naval da 2ª Esquadra no norte/nordeste do País é o retrato de uma mudança necessária na estrutura de defesa do Brasil. O Complexo permitirá que os meios navais e o pessoal militar lá instalados sejam preparados, adestrados e apoiados logisticamente para o cumprimento das tarefas básicas do Poder Naval, contribuindo, assim, para a defesa dos interesses nacionais nas de paz e assistência humanitária, em situações de calamidade, aos de operações de projeção de poder, em ambientes operacionais diversos, como o ribeirinho ou o urbano (MARINHA EM REVISTA, 2014, p.33-4).

A construção do Complexo Naval da 2ª Esquadra e da 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra prevê a construção de uma Base Naval, Base Aérea Naval, Base de Fuzileiros Navais e Base de Abastecimento. A 2ª Esquadra está subordinada ao Comando de Operações Navais e deverá “realizar operações e ações de guerra naval no Atlântico, com prioridade para o litoral

³¹ **Programa da Marinha para construir submarinos sofre com crise fiscal.** São Paulo: O Globo: 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/programa-da-marinha-para-construir-submarinos-sofre-com-crise-fiscal-21725347>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

N/NE, visando a garantir a defesa em profundidade da foz do rio Amazonas (MB, p.1)”. O Complexo da 2ª Esquadra foi projetado baseando-se no já existente Complexo do Rio de Janeiro, serão criados novos comandos e centros de formação e instrução: Comando-Chefe da 2ª Esquadra; Comando da 2ª FFE; Comando da 2ª Força de Superfície; Comando da Força Aeronaval; Comando da 1ª e 2ª Divisão da Esquadra; Comando da 2ª Divisão Anfíbia; Centro de Apoio aos Sistemas Operativos de treinamento, controle de avarias, entre outros; Centro de Manutenção de Sistemas; Centro de Mísseis e Armas Submarinas; Centro de Formação de Oficiais e Centro de Instrução de Praças (MARINHA DO BRASIL, p.1).

Nas dependências da 2ª Esquadra, a END determina que a segurança da projeção de poder deverá acontecer por meio da presença de Fuzileiros Navais também, tendo em vista que são essenciais para a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras. A 2ª Esquadra deverá permitir a constituição de Unidade Anfíbia (UANf) para “assegurar uma pronta resposta regional, [...] para a defesa em profundidade da foz do rio Amazonas (idem, p.2)”. No projeto, a 2ª Divisão Anfíbia deve ser composta pelas seguintes Organizações Militares: Comando da 2ª Divisão Anfíbia (DivAnf); 2ª Tropa de Desembarque; 5º e 6º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais; Base de Fuzileiros Navais; 2º Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais; 2º Batalhão de Artilharia de Fuzileiros Navais; Companhia de Comando e Controle; Companhia de Blindados de Fuzileiros navais; Companhia de Viaturas Anfíbias; Companhia de Engenharia de Fuzileiros Navais e Companhia de Combate Aéreo (idem, p. 4).

Assim como a presença dos Fuzileiros Navais é importante para reafirmar a projeção de poder brasileiro sobre as Águas Jurisdicionais (AJB), uma Base Aérea Naval da 2ª Esquadra (BAeN2ªEsq) será criada. As aeronaves da Base Aérea Naval atuarão junto aos meios de superfície e fuzileiros navais, contando com 67 aeronaves, e sendo capaz de fazer a manutenção das aeronaves que estão distribuídas nos 3º, 4º e 9º Distritos Navais (idem, p.8).

Todo esse aparato da 2ª Esquadra se localizará na Ponta da Espera, na Baía de São Marcos, em São Luís do Maranhão. Em 2011 foram finalizados estudos técnicos para decidir qual seria o melhor local para a 2ª Esquadra, os aspectos decisivos para essa localização foram o fato de ser o local mais próximo da Foz do Amazonas disponível, além de ficar próximo do Complexo Portuário do Itaqui e possuir um porto natural com 27m de profundidade e uma largura de 1,8km. Em 2013 o primeiro documento oficial sobre a localização da 2ª Esquadra foi divulgado pela Marinha e em 2015 entrou em discussão na Câmara de Deputados do Brasil (BRASIL, 2015, p.2-4).

A construção desse grande empreendimento necessita que o compromisso orçamentário seja um aporte contínuo, para não acontecerem os problemas de atrasos que ocorrem com o PRO-SUB. Esse compromisso financeiro tem que ser proporcional ao compromisso de exercer a soberania e proteger o patrimônio brasileiro no mar (MARINHA EM REVISTA, 2014, p.32).

3.1.5. Sistema de Gerenciamento da “Amazônia Azul”

O Sistema de Gerenciamento da “Amazônia Azul” (SisGAAz) ampliará a segurança da navegação comercial e das atividades dos navios pesqueiros e será uma ferramenta para melhorar o desempenho do pessoal que trabalha com salvamento no mar. O SisGAAz é uma das ferramentas para a modernização da estrutura de Comando e Controle e de Inteligência Operacional do Poder Marítimo (MARINHA EM REVISTA, 2014, p.27). Nos textos da END existem três diretrizes que evidenciam os aspectos de monitoramento e controle:

2. Organizar as Forças Armadas sob égide do trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e presença. [...] 3. Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras. [...] a partir da utilização de tecnologias de monitoramento terrestre, marítimo, aéreo e espacial que estejam sob inteiro e incondicional domínio nacional. 4. Desenvolver, lastreado na capacidade de monitorar/controlar, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica (BRASIL, 2008, p.11).

Afim de cumprir com as diretrizes da END, a MB desenvolveu o SisGAAz, que é um conjunto de subsistemas integrados, mecanismos de apoio à decisão que coletam, armazenam, processam dados e compartilham informações de interesses diversos, seja no âmbito civil ou militar. Os subsistemas são compostos de navios, aeronaves, redes de dados, satélites e veículos submarinos e aéreos não tripulados. É objetivo das FA integrar todos os sistemas de monitoramento do Brasil, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), do Exército e o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) da Força Aérea (MARINHA EM REVISTA, 2014, p. 27). Esse objetivo é pautado no primeiro eixo estruturante da END que diz “[...] Descreve-se como as três Forças devem operar em rede – entre si e em ligação com o monitoramento do território, do espaço aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras (BRASIL, 2008, p.10)”.

O SisGAAz é o primeiro projeto da Marinha do Brasil que unifica os meios de vigilância, a marinha de guerra e marinha mercante, voltados para a proteção militar, civil e ambiental. Projetado para ser o maior sistema de vigilância das (uniformizar como escreve) Águas Jurisdicionais Brasileiras, o SisGAAz exercerá atividades relacionadas à vigilância e segurança marítima, como segurança da navegação aquaviária, prevenção e combate à poluição

ambiental e salvaguarda da vida humana no mar. Essas potencialidades permitirão a vigilância do mar brasileiro, principalmente das bacias petrolíferas (MARINHA EM REVISTA, 2014, p.27). A maior vantagem do SisGAAz é a dualidade de seu emprego (civil e militar), desenvolvendo o Poder Marítimo, gerando empregos voltados para o mar e o desenvolvimento da maritimidade. A teoria do Poder Marítimo apresentada por Mahan ou por Till foca no desenvolvimento de meios de proteção para as águas, criar um meio de cooperação entre as Forças Armadas e não focar apenas nas dependências militares.

Figura 8 - Subsistemas do SisGAAz



Fonte: MARINHA EM REVISTA, 2014, p.28.

3.2 LIVROS DE DEFESA NACIONAL

Os livros de defesa nacional foram feitos para guiar os desenvolvimentos e aquisições para as Forças Armadas do Brasil, desenvolvendo poder dissuasório. O Brasil, nos últimos anos, desenvolveu uma grande importância no Sistema Internacional, o que exige uma nova postura no campo da defesa, e deve ser consolidada junto ao povo brasileiro. Desenvolver um pensamento de defesa e segurança junto à população é chave para que os representantes do

executivo possam trabalhar em prol da determinação de Forças Armadas proporcionais à grandeza do Brasil.

O pensamento de desenvolver políticas de defesa junto à população, economia e políticos é o início para que uma Grande Estratégia de Defesa tome forma. Definir quais os pontos vitais para a segurança do Brasil, estar atento à instabilidade dos relacionamentos entre países e a emergência de novas ameaças no cenário internacional.

O Brasil dedica seu pensamento marítimo às fronteiras além da Amazônia Azul e tem uma ótica de defesa territorial, através do aparato e da presença nos mares. Existe a necessidade da proteção das rotas comerciais, comunicação e o combate às ameaças. Vários aspectos se destacam quanto à deficiência que o Brasil possui ao pensar sobre defesa, é necessário defender-se para poder construir. A maior dificuldade que o Brasil enfrenta é a necessidade de transformação de consciências, não apenas da população, mas de seus militares e políticos que governam e determinam o que deve ser feito dentro de um Estado. É necessário ter impulso para o combate, estar preparado, ter meios dissuasórios que permitam o Brasil ter a capacidade de transformação de abordagem quando frente à uma situação de conflito. Defender-se das agressões é algo imediato, ou seja, há necessidade de defender-se das ameaças para que o imediato seja alcançado de forma exitosa.

Os livros de defesa brasileiros propõem aquisições apenas dissuasórias, não há interesse de uma Marinha de defesa ativa como Mahan propõe. O Brasil usa da defesa passiva, é uma defesa pura e simples que se fortalece e aguarda ataque, a defesa ativa, é a segurança para si mesmo, é ter a capacidade de atacar antes de ser atacado, ou seja, ter a capacidade de agir preventivamente. Diante da grande costa brasileira, um bloqueio naval completo não pode ser mantido efetivamente. Mas os nossos inimigos não devem apenas ser mantidos fora dos nossos portos, e sim distantes de nossa costa (MAHAN, 1890, p.87).

Uma análise dos livros de defesa, de ordem cronológica será feita, contextualizando com o momento do Sistema Internacional e Nacional, finalizando com pontualidades que devem ser levadas em conta quando na elaboração de um livro de defesa, enfatizando a carência de uma Grande Estratégia do Brasil.

3.2.1. Política de Defesa Nacional e Política Nacional de Defesa

Em 1996, no então governo Fernando Henrique Cardoso, foi escrita a primeira Política de Defesa Nacional (PDN), que diante do fim da Guerra Fria³², é considerado o marco referencial para as estratégias recorrentes. Desde 1996 o Brasil pensa no envolvimento civil-militar para políticas voltadas para ameaças externas, buscando soluções pacíficas de controvérsias, usando sempre primeiro da diplomacia, e ter Forças Armadas de defesa como último recurso. Fala-se também na primeira edição do PDN que a Política de Defesa deve ser sustentável, trabalhar com excelência com os meios disponíveis, mas sem deixar de modernizar a capacidade de autoproteção. Reconhecendo assim a importância do trabalho em conjunto à sociedade acadêmica, científico-tecnológico e industrial.

Trata com preocupação o fim da Guerra Fria, pois sem o sistema bipolarizado a imprevisibilidade das ações dos atores internacionais é algo negativo, havendo necessidade de reafirmar a soberania, autodeterminação e identidade nacional. Entende que o militarismo é o modo de sobrevivência do Estado, mas ao mesmo tempo trabalha com o militarismo diplomático. O PDN-96 considera a ZOPACAS³³ como um meio de concretização da paz no Atlântico Sul, mas essa organização não se caracteriza como militar, mais uma vez a diplomacia prevalece sobre assuntos que concernem à defesa.

Essa grande influência do Itamaraty sobre as decisões de defesa é muito notada no PDN-96, esse documento segue a tendência kantiana do Itamaraty, existem mais tópicos e objetivos diplomáticos que militares de fato. Essa Política é um documento genérico, não determina mudanças e aplicações, não contribui para a preparação de meios de força e não contempla projeção de poder. Tanto que no ano seguinte da publicação da PDN, a Marinha publicou sua Política de Defesa Nacional confirmando que já praticava o que estava na PDN. Os objetivos da PDN eram apenas a preservação dos elementos do Estado Nacional – soberania, integridade territorial, patrimônio, interesses nacionais, estado de Direito, instituições democráticas, coesão e unidade nacional.

O poder militar é visto como acessório dissuasório da diplomacia, o uso das Forças Armadas em todo seu poderio, se dava apenas em último caso, quando houvesse agressão armada, e ainda assim não eram empregadas exclusivamente operações defensivas. Mesmo falando sobre dissuasão, o documento não especifica nada sobre como adquirir forças

³² Conflito não armado de cunho estratégico-militar, econômico e político-ideológico entre o bloco capitalista liderado pelos EUA e o bloco socialista liderado pela ex-União Soviética. Foi de 1947 até 1991 com a queda do muro de Berlim (Mello e Silva).

³³ Organização que contém 24 países-membros que fazem fronteira com o Atlântico Sul, países sul-americanos e africanos. Não é uma organização militar, que busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por meio do fortalecimento da coordenação e cooperação entre seus Estados-membros (MRE/BRASIL).

dissuasórias. As FA no documento são colocadas para atuar nas operações de paz, uma manutenção da diplomacia, normalmente desviadas de suas atividades tradicionais, as FA têm operações militares além da guerra, que pressupõem ações em território nacional e atuações sobre a bandeira da ONU³⁴. O que muda com a publicação do PDN-2005, tendo em vista a criação do Ministério de Defesa em 1999 e que no ano de 2004 o Brasil era membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU e que tinha sido determinado como país comandante das forças de missão de paz no Haiti.

Pela primeira vez o Brasil estava diante de uma realidade de conflito armado. A PDN-2005 não é tão pacífica quanto a de 1996, mas se diz voltada às ameaças externas, há um maior equilíbrio da diplomacia e militarismo no documento. Composta por sete itens, os quatro primeiros tratam de conceituação, incluindo a definição de Segurança e Defesa a partir dos conceitos desenvolvidos pela Escola Superior de Guerra.

1.4 Para efeito da Política de Defesa Nacional, são adotados os seguintes conceitos: I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais; II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (PDN/BRASIL, 2005, p.2).

Mais focada nas ameaças, a PDN-2005 especifica com mais afincado e tem mais noção das ameaças que as potências representam ao Brasil. É nesse documento que a Amazônia e o Atlântico Sul passam a ser as áreas prioritárias de defesa, a partir de meios para vigiar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e manter a segurança das Linhas de Comunicação Marítimas. Forças de pronto emprego são postas como meios de segurança, aumentando assim a presença militar nas áreas prioritárias, e expandir a presença brasileira no Atlântico Sul e África, sendo essa uma capacidade de projeção de poder.

No PDN de 2010 não houve muita mudança em relação da de 2005, mas tornou-se em certos momentos mais precisa, mais diplomática e mais assertiva. É também mais compatível com a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008 fortalecendo os três setores de importância estratégica: espacial (Aeronáutica), cibernético (Exército), e nuclear (Marinha); além da indústria, aprestamento das FA e a estrutura das Forças em torno das capacidades. A menor influência do Itamaraty é muito percebida, e como forma de levar mais transparência das Forças para a população nacional e países vizinhos o Brasil determinou nessa PDN a criação do Livro

³⁴ “A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais (ONU BRASIL, online)”.

Branco de Defesa Nacional (LBDN), que é uma ação deliberada pelo Conselho de Defesa Sul-Americano³⁵.

3.2.2. Estratégia Nacional de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa (END) tem duas versões oficiais e mais uma em andamento para aprovação e assinatura do Presidente da República. A primeira é do ano de 2008, foi através de um decreto presidencial, em 2007, que a elaboração da END e a atualização da PDN de 2005 foi requisitada. Elaborada por um Comitê Ministerial de Formulação da END. Em 2008 já foi enviada ao Presidente e ao Conselho de Defesa Nacional (CDN), para apreciação e para que o documento fosse legítimo. Em dezembro de 2008 o documento foi assinado e divulgado. Assim como na PDN-2005, a END-2008/2013 reforça a subordinação do sistema militar ao poder político, pelo fato dos Comandantes das Forças serem indicados ao Presidente da República pelo Ministro da Defesa. A END, diferente da PDN é um livro feito para premissas internas do Estado, ou seja, designa quais são os objetivos e as ações a serem tomadas para que os objetivos sejam alcançados (MOURA, 2014, p.125 e FLORES, 2001³⁶).

Dividida em duas grandes partes, a END reconhece a maior inserção do Brasil no Sistema Internacional e a necessidade de estar pronto para defender-se de agressões e ameaças, pois “vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé (BRASIL/END, 2008, p.8)”, essa é uma permanência de uma realista do Sistema Internacional que advém da PDN. A primeira parte da END é a Formulação Sistemática, são dez tópicos que tratam das medidas estratégicas; e as Medidas de Implementação são considerações pertinentes à obtenção das estruturas necessárias (idem). A END defende que a defesa é igual ao desenvolvimento, um só acontece se o outro também acontecer, tanto que elenca três setores estratégicos e de desenvolvimento para as FA, o setor espacial, cibernético e nuclear, entregue respectivamente à aeronáutica, exército e marinha. A END de 2008 e a de 2013 não têm muita diferença entre si, mas alguns pontos devem ser mencionados quando falar sobre esse documento.

Referente a primeira diretriz, pode-se atentar para o fato de que manter as forças inimigas no limiar das águas jurisdicionais brasileiras não é de grande segurança, pois mesmo no limite das 350MN já existem armamentos que atingiriam muito bem o território nacional,

³⁵ Conselho não militar, de consulta que objetiva fomentar a cooperação regional acerca da defesa para consolidar a América do Sul como uma zona de paz (UNASUL, online).

³⁶ **Estratégia Nacional de Defesa – uma breve análise.** Maceió: Revista On-Line Liberdade e Cidadania, 2011, Ano III – n.12, abril/junho. Disponível em: <http://www.flc.org.br/revista/materias_view84af.html?id=%7BE4A78181-DDA8-4D9A-84EE-4C15AE1B9288%7D>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

como o míssil de cruzeiro. É curioso ver a END criticar a concentração do contingente das três forças na região sudeste, mas não especifica a necessidade de reposicionamento das FA, “As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul (BRASIL/END, 2008, p.13)”, quais são essas preocupações? Esse é um ponto que torna a END menos objetiva, a não especificação de ameaças. Além da falta de integração de prioridades de defesa, a décima diretriz prioriza a Amazônia como região de maior interesse para a defesa, mas o Atlântico Sul não é mencionado como uma diretriz. A prioridade da Marinha é a negação do uso do mar pelo inimigo, a prioridade do Exército é a defesa da fronteira amazônica, bem como a da aeronáutica é o auxílio às duas forças, porém, o auxílio à Marinha é dado nas águas internas nacionais, vagamente mencionado sobre o auxílio no mar. Denota-se prioridades difusas, pois a prioridade política estratégica nacional é a defesa da fronteira terrestre, e mobiliza as três forças para tal, já a prioridade da Marinha do Brasil é a defesa das Águas Jurisdicionais, o que não tem a mesma energia para mobilizar as três forças em uma atividade conjunta permanente. Essa falta de integração de prioridades reflete no processo de integração das FA, que é a sétima diretriz da END. A integração das três forças é algo difícil a ser realizado no Brasil, Mário Cesar Flores (2011) diz que:

[...]no Brasil a integração não tem concretização fácil e tranquila, em razão da nossa cultura de autonomia das Forças. Ao longo da história brasileira cada uma delas cultivou preocupações e prioridades que lhes são peculiares e respondem às suas perspectivas corporativas, à margem de uma escala nacional integrada de preocupações e prioridades - anomalia para a qual concorre há muitos decênios a apatia do poder político pela defesa nacional. A tradição de autonomia corporativa das Forças, além de discutível sob a perspectiva objetiva da defesa nacional, em que a tecnologia vem evidenciando a integração, está em choque com as restrições financeiras. Realmente: quando a relação integrada de prioridades é a soma das relações corporativas de prioridades e tudo é igualmente prioritário, o atendimento racional, com recursos curtos, torna-se impraticável (FLORES, 2011).

Ainda sobre as ameaças quando a END fala da negação do uso do mar, foca apenas na defesa das plataformas petrolíferas, quando deveria se referir a defesa de todos os elementos exploratórios no mar jurisdicional brasileiro. A não identificação das ameaças gera esse tipo de problema, a não identificação e clareza quando da defesa de recursos. O potencial estratégico do Brasil é organizado em torno das capacidades e não em torno de inimigos específicos, mais uma vez, os documentos de defesa do Brasil não reconhecem a presença de Estados extrarregionais no entorno estratégico como uma ameaça. A dissuasão é o ponto principal da política estratégica brasileira “O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra (BRASIL/END, 2008, p. 16)”.

3.2.3. Livro Branco de Defesa Nacional

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), tem apenas uma versão oficial, foi uma determinação em conjunto, pela UNASUL, e que o Brasil por fazer parte e ser o criador dessa organização regional escreveu seu primeiro Livro em 2012. Determinado em âmbito nacional pela PDN 2010, o LBDN é um documento de consulta, primeiramente para seus cidadãos e em segunda instância para os países vizinhos, um mecanismo para o desenvolvimento de uma confiança entre as nações sul-americanas. O Livro Branco tem como função apresentar ao público seu posicionamento e sua linha de ação sobre a defesa do Estado e suas Forças Armadas.

Dividido em seis capítulos, os dois primeiros apresentam a estrutura do Estado e analisa a posição brasileira no ambiente estratégico no pós-guerra fria, insere o Brasil no Sistema Internacional e o posiciona dentro de um ambiente pouco conhecido pelos brasileiros. Diferentemente das PDN, PND e END, no LBDN as ameaças são definidas, porém a área estratégica de maior importância para o Brasil continua sendo a Amazônia. O terceiro capítulo apresenta as FA, Ministério da Defesa e as organizações educacionais militares para a população. Bem como os princípios do emprego das Forças Armadas, dando exemplos das atuações do Brasil nas Grandes Guerras, missões de paz e ações dentro do Estado. O quarto capítulo trata da interação que há entre a sociedade civil e militar, apresenta projetos que já existem, e as relações com os poderes constituídos – executivo, legislativo e judiciário -, também são apresentadas. O capítulo cinco apresenta as transformações que o setor da defesa passará, determinações que vêm desde a END-2005, incluindo o desenvolvimento industrial nessa transformação. O último capítulo é sobre o orçamento que é entregue ao Ministério da Defesa, como ele é dividido, os gastos de cada Força, os programas orçamentários e a inserção dos gastos da defesa no âmbito nacional e internacional.

O Livro Branco de Defesa Nacional junto à PND e END é um documento que esclarece as atividades de defesa do Brasil e que reforça uma capacidade militar dissuasória. É um documento de transparência, prestando contas à população brasileira de como está sendo gasto seu dinheiro e a importância desse gasto. Diferente do que muitos pensam, o LBDN não é uma Grande Estratégia, pois ele não insere quais as medidas (ações) que o Brasil deve tomar frente aos seus inimigos, mesmo tendo reconhecido alguns deles em seu texto. Ainda há a deficiência do reconhecimento dos seus inimigos além mar, do outro lado da costa do Atlântico Sul, não referindo-se aos Estados Africanos, esses devem ser tidos como aliados na defesa do território brasileiro, mas dos que estão presentes por territórios no meio do Atlântico, bem como base militar no mesmo ambiente, e suas presenças como forças estabilizadores em países africanos,

vale lembrar que inimigos não devem ser reconhecidos apenas por sua presença física, mas também em seu poder de influência naqueles países que estão em seu entorno.

3.3. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA ATLÂNTICO SUL

No mundo Pós-Guerra Fria, a Anarquia foi instaurada, a multipolaridade, diversos tipos de ameaças surgem e os Estados iniciam sua jornada para a defesa de seu território. Vários tipos de defesa podem surgir, seja o dilema de segurança que desperta uma corrida armamentista gerando uma instabilidade e desconfiança entre os Estados vizinhos. Ou a cooperação de defesa por meio de acordos bilaterais ou até por intermédio de uma instituição, como é o caso do Brasil e seu entorno estratégico para a defesa do Atlântico Sul.

No contexto da Guerra Fria, o Atlântico Sul era marginalizado, sua principal importância era como uma rota marítima no transporte de petróleo, e essas rotas não eram reguladas pelo Estado brasileiro (PENHA *apud* COSTA, 2013, p. 3). Por influência dos EUA, a África do Sul que é banhada pelo Atlântico Sul sugeriu, a constituição da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). A OTAS funcionaria aos moldes da aliança militar liderada pelos Estados Unidos da América e Europa Ocidental no Atlântico Norte (OTAN³⁷). A proposta da OTAS foi pautada na “ameaça” comunista, já que a URSS cada vez mais aumentava seu poder de influência na região do Atlântico Sul (JOSÉ *apud* COSTA, 2013, p. 3). Rejeitando a proposta Sul-Africana de militarizar a região, o Brasil objetivou, mesmo que não declaradamente, a minimização da interferência de Estados extrarregionais (DODDS *apud* COSTA, 2013, p. 3).

Foi então que em 1986, o governo brasileiro, através do Itamaraty propôs a criação da primeira organização voltada para a cooperação de defesa na região Sul-Atlântica. Posteriormente outras organizações foram criadas visando a defesa e segurança do Atlântico Sul, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e União das Nações Sul-Americanas através do Conselho de Defesa Sul-Americano. Esse subcapítulo detalhará cada uma dessas organizações, qual a sua importância para o governo e para os militares brasileiros.

³⁷ Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN é uma organização de cunho militar que foi criada no período de Guerra Fria, com o intuito de acabar com a presença do inimigo comum, o comunismo, traduzido na União Soviética. Composta por 29 membros, dois da América do Norte (EUA e Canadá) e os outros 27 por Estados europeus, é uma organização bastante ativa e que se propõe atualmente a proteger todos os Estados-membros de qualquer ameaça que possa surgir (NATO. **What is NATO?** Disponível em: < <https://www.nato.int/nato-welcome/index.html#members>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017).

3.3.1. Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul

A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, mais conhecida como ZOPACAS é tida pelo Itamaraty como a principal organização para assuntos relacionados à defesa do Atlântico Sul. É inserido no fortalecimento da coordenação e cooperação entre seus Estados-membros, procurando articular ações em busca da paz, estabilidade e desenvolvimento sustentável na região sul-atlântica. O objetivo da ZOPACAS é manter o Atlântico Sul livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Esse compromisso foi firmado por todos os Estados-membros através do Tratado de Tlatelolco (América Latina e Caribe), Pelindaba (África) e Antártida (continente antártico), todos declarando serem zonas livres de armas nucleares (BRASIL/MRE³⁸).

Desde sua criação, em 1986, houveram apenas 7 reuniões ministeriais, sendo a última em 2013, na capital do Uruguai (Montevidéu) que propunha a revitalização da ZOPACAS, fazendo com que houvesse alguma ação da organização todos os anos. A última ação da organização foi em junho de 2016, no Rio de Janeiro, com a realização do Seminário sobre Segurança Marítima no Atlântico Sul (BARBOSA, 2015).

Ainda em 2007, com a descoberta das jazidas de petróleo na camada do pré-sal, o governo brasileiro junto à Angola tentou revitalizar o fórum a partir de seus esforços, compartilhando na reunião ministerial desse ano, em Luanda o Pré-Sal brasileiro. O Brasil nesse período viu a necessidade de trazer à tona todos os princípios da criação da ZOPACAS para que pudesse ter do outro lado da costa atlântica uma boa influência. Desde então, o Brasil somou esforços para cooperar com os Estados, criando a Marinha namibiana e em 2015 tinham 82 militares das Marinhas africanas nas escolas militares do Brasil, sendo 56 deles só da Namíbia. Até 2015 não foi registrado nenhum exercício militar do Brasil com países africanos. De todas as organizações para o Atlântico Sul, a ZOPACAS é a que menos tem atividades e sofre com a sua não presença na agenda política do Brasil (BRASIL/MRE, online e BRASIL/MINUTA LBDN, 2016, p.82).

³⁸ **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

3.3.2. Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa ou simplesmente CPLP foi criada em 1996 na cidade de Lisboa, Portugal, é composta por 9 Estados-membros, apenas países falantes da língua portuguesa e vê nesse laço a oportunidade de aprofundamento das relações e cooperação entre seus integrantes. Ela segue 3 objetivos gerais: Concertação político-diplomática; cooperação econômica, social, cultural, jurídica, técnico-científica e de defesa; e a promoção e difusão da língua portuguesa (ESTATUTO CPLP, 2007, p1).

Em 2015, em virtude do artigo terceiro do estatuto da CPLP, que incorpora a cooperação na defesa, foi promulgado o decreto 8.488/15, que objetiva promover e facilitar a cooperação entre as nações integrantes da organização, a partir de plataforma comum de conhecimentos em defesa militar, parceria conjunta para o setor de desenvolvimento de capacidades internas para fortalecer as FA do grupo. Para a cooperação na defesa e no militarismo viu-se necessário a criação do Centro de Análise Estratégica da CPLP e do Secretariado Permanente para os assuntos de Defesa da CPLP. Eles possuem um Colégio de Defesa que oferece os mais diversos cursos em todos os Estados que fazem parte da CPLP. Em outubro de 2017, o Centro de Análise Estratégica desenvolveu os objetivos e a nova visão estratégica para os anos de 2016-2026, um seminário para a discussão desse documento foi feito no Instituto Universitário Militar, com sede em Portugal (BRASIL/MD, 2015³⁹; CPLP, 2017⁴⁰).

Em 2015 ocorreu a última Conferência das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, essa conferência é temática e são voltados para a importância do mar e o desenvolvimento dos Estados através dele. Cada um dos Estados presentes, apresentam um relatório sobre um tema específico de sua nação e em discussão determinam as ações a serem tomadas no âmbito da cooperação para que as marinhas possam reduzir suas assimetrias e manter um nível de cooperação e compartilhamento de dados. A CPLP por não ser uma organização, em sua origem, voltada à defesa, como a ZOPACAS, é mais ativa na defesa, desde a revisão do estatuto da Comunidade em 2001, que adicionou o artigo terceiro que regulamenta o decreto de 2015 (CPLP, 2015).

³⁹ **Comunidade de Países de Língua Portuguesa institui protocolo de cooperação na área de defesa.** Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/16252-comunidade-de-paises-de-lingua-portuguesa-institui-protocolo-de-cooperacao-na-area-de-defesa>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2017.

⁴⁰ **Secretaria Executiva encerra seminário CAE/CPLP sobre Nova Visão Estratégica e Cooperação na Defesa.** Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-4271.aspx?PID=10776&M=NewsV2&Action=1&NewsId=5403>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2017.

3.3.3. União das Nações Sul-Americanas (Conselho de Defesa Sul-Americano)

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi fundada em 2008, em Brasília, durante a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo. O Tratado Constitutivo da UNASUL contou com o número mínimo de ratificações de 10 países, hoje conta com 12 Estados-membros – Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela – e 2 Estados-observadores – Panamá e México (BRASIL/MRE, 2008⁴¹). A UNASUL foi criada com o propósito de impulsionar a integração e diminuir as assimetrias dos países membros em matérias de energia, educação, saúde, meio-ambiente, infraestrutura, tecnologia, democracia, segurança e defesa (UNASUL, 2008).

A partir da proposta brasileira, foi instituído também em 2008, em Santiago, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), com o objetivo de fomentar a cooperação regional acerca da defesa para consolidar a América do Sul como uma zona de paz. O ministro da Defesa no Brasil, Nelson Jobim, na época de institucionalização do CDS declarou “(...) o Conselho será montado sobre uma base com quatro pilares que enfatizam o respeito mútuo e os interesses de cada nação, soberania, autodeterminação, não intervenção em assuntos internos e não violação territorial” (PASSOS, 2008).

De modo a obter uma zona de paz e cooperação por meio da construção de uma identidade aos Estados-membros da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), o CDS foi instituído para ser um âmbito de consulta, cooperação e coordenação no que cabe à segurança e defesa da América do Sul, gerando consensos para fortalecer a cooperação baseada em valores e princípios comuns.

Para ter êxito em suas ambições, o CDS, a partir do Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos para a Defesa (CEED), criou medidas de confiabilidade, como prestação de contas do que foi gasto com Defesa e a criação de Livros Brancos de Defesa, para que haja transparência e segurança entre os Estados-membros do Conselho. Configurado como uma Comunidade de Segurança o CDS, ainda novo, tem êxito em seus acordos quando consegue manter a estabilidade entre os países e inicia a criação de uma identidade Sul-Americana no que cabe à Defesa da região com o desenvolvimento dos Livros Brancos de Defesa. Assim, cada Estado sabe que está inserido em um ambiente propício à paz e segurança regional, desse modo cabe a cada um cooperar a partir de suas limitações domésticas de modo a ter um ambiente sem a presença de atores extrarregionais.

⁴¹ **União de Nações Sul-Americanas.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-americanas>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2017.

Diferentemente de regiões como a Europa, a América do Sul não tem uma política externa comum a todos os Estados, esse é um dos objetivos da UNASUL, a criação de uma identidade comum a todos os Estados, elevando a UNASUL a um *status* de organização integracionista supranacional.

Na reunião de ministros do ano de 2014, o ministro de defesa Celso Amorim, descreveu o CDS como uma iniciativa inovadora de criação de paz e de segurança na América do Sul pelo caminho da cooperação, confiança e concertação permanente, o que ele chama de política dos “3 Cs”. Os “3 Cs” são ferramentas para afastar o risco de instabilidade interestatal entre os países do CDS e gerar capacidade de dissuadir as ameaças externas.

Ainda no discurso de Amorim em 2014, ele critica a política da não distribuição de poder, o que viola objetivo primeiro da Carta da ONU:

A ausência de uma conformação multipolar da distribuição de poder mundial, que gere um necessário sistema de pesos e contrapesos, dificulta a implementação do objetivo primeiro da Carta da ONU, traçado em 1945, que é livrar a humanidade do flagelo da guerra, inclusive por meio da proibição do uso da força. Poucas normas internacionais são tão violadas quanto essa (BRASIL/MD, 2014⁴²).

No início da década de 1990 foi assinado o tratado de Cooperação com a Argentina, a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Em seguida foi firmado o Tratado de Tlatelolco que consagrou a América Latina como zona livre de armas nucleares. Essas relações bilaterais foram essenciais para o fim da disputa militarizada dos Estados e para estabelecer um dos regimes de segurança mais duráveis do mundo (RESENDE-SANTOS, 2002 *apud* LUCENA SILVA E ANDRADE FLÔR, 2011, p.53).

No âmbito do CDS são elaboradas políticas de defesa conjunta, promoção do intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz das Nações Unidas, promover a troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e a integração de bases industriais de material bélico⁴³. A integração de bases industriais de defesa que pode servir como instrumento para alavancar o poder político, econômico e militar da região e os exercícios conjuntos contribuem como uma medida de confiança, porque mostram como a dinâmica de contenção evoluiu para uma cooperação (LUCENA SILVA E ANDRADE FLÔR, 2011, p.53-4). O ex-ministro da Defesa,

⁴² **Discurso do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na Reunião de Ministros do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS/UNASUL).** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/agosto/reuniao_ministros_do_conselho_defesa_sul_americano.pdf>. Acesso em: 08 de dezembro de 2017.

⁴³ **Atribuições do CDS.** Disponível em: <<http://www.unasursg.org/es/node/21>>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

Nelson Jobim diz que “(...) a América do Sul deve ‘construir um aparato dissuasório voltado para ameaças extra regionais’ que lhe permitam ‘dizer não quando tiver que dizer não’” (FOLHA S.PAULO, 2010).

3.4. UMA GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA

De todos os livros de defesa, o que apresenta um marco relevante para a defesa nacional é a Estratégia Nacional de Defesa de 2008, é nele onde as diretrizes de desenvolvimento das Forças Armadas são apontadas. Mesmo não definindo bem seus potenciais inimigos, a END-2008 é o livro em que todos os outros se basearam para serem elaborados. A constância nos últimos anos de política no Brasil é a principal razão pela qual houve essa integração e interação entre os livros.

Foi também a partir da END-2008 que os projetos apresentados tomaram forma e foram legitimados, a END-2008, portanto é o livro pelo qual o Brasil deve ter maior zelo e a partir dele, adicionando mais elementos econômicos e sociais, aprendendo a desenvolver e usar de seu orçamento da melhor forma para o investimento na indústria de defesa é que podemos por fim conseguir desenvolver uma Grande Estratégia Brasileira.

Observando a tese da Triangulação Insular de Therezinha de Castro percebe-se que o Brasil, diferente de outras grandes nações não possui uma Grande Estratégia Nacional. Uma Grande Estratégia não é como os documentos de defesa que já existem no âmbito nacional – Livro Branco Nacional, Política de Defesa Nacional e Estratégia Nacional de Defesa. Grande Estratégia definida pelo Capitão Liddel Hart é a “arte de coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações para a consecução do objetivo político visado com a guerra, e que é definido pela política (HART *apud* MARTINS, 1983, p.106)”.

É uma estratégia voltada não apenas para meios militares, mas todos os recursos e meios. A Grande estratégia a ser adotada pelo Brasil deve conjugar a política externa e a política de defesa, deve resultar de um grande diálogo entre quais são os nossos desafios e nossas prioridades. Os meios políticos diplomático e militar, junto à academia, mídia, setor produtivo e sociedade em geral deve fazer parte dessa elaboração, eles devem estar envolvidos, mas para fazer isso é necessário desenvolver uma mentalidade de que a Grande Estratégia é algo que a sociedade brasileira precisa, esses determinantes devem ser fundidos e espalhados Brasil adentro.

Essa Grande Estratégia não deve apenas incluir o Brasil como pacífico, mas um país provedor de paz, o que não implica dizer que os arcabouços militares e bélicos não façam parte

dos meios. Esse é um dos pilares para o Brasil, a combinação de poder brando e poder robusto, é dever do Estado estar aparelhado para garantir a defesa e segurança do seu território, população e interesses.

Para defender o Brasil não basta dissuadir, a cooperação também é necessária, Meira Mattos e Therezinha de Castro compartilham o pensamento de que nenhuma marinha sozinha teria o poder suficiente para conter investidas. A defesa brasileira só será garantida quando arranjos com a natureza de cooperação militar forem levadas à sério e garantidos seus deveres e direitos de ação, criando assim, o que Celso Amorim chama de “cinturão de boa vontade”.

4. O BRASIL E A CONJUNTURA INTERNACIONAL

O Brasil é um país de economia emergente que está entre as 10 maiores economias do mundo⁴⁴, é um dos 20 países que mais investe em defesa⁴⁵ e é um dos países que se destaca em fóruns e discussões internacionais. Esse destaque mundial que o Brasil alcançou foi fruto de alguns anos de política externa afim de projetar o interesse nacional. Analisaremos a partir de agora a postura e ações do Brasil no Sistema Internacional, tendo em vista que a partir de 2003 a política externa brasileira se tornou mais ativa.

Não é possível falar da política externa do governo Lula da Silva sem mencionar a importância do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O governo Lula tinha como estratégia duas diretrizes: reverter a postura defensiva que o governo FHC tinha; e resgatar dimensões e valores que o Brasil possuía em outros momentos e que foram deixados de lado ao longo da década de 1990. Os objetivos mais assertivos do governo são os seguintes:

(i) subordinação direta da política externa aos ditames do desenvolvimento, este orientado por uma perspectiva humanista; (ii) na reafirmação da soberania e dos interesses nacionais no plano internacional; (iii) na centralidade e apoio ao comércio exterior como ferramenta essencial ao desenvolvimento econômico e para a redução das vulnerabilidades externas do País; (iv) no engajamento na construção de alianças e parcerias nos planos regional e global simultaneamente, em prol de objetivos e causas identificadas com as necessidades do desenvolvimento econômico e social; e, por fim, como traço efetivamente distintivo, (v) com a atuação decidida em prol da promoção de uma ordem política e econômica mais democrática, justa e equitativa entre as nações (COSTA VAZ, 2003, p.8).

Lula em seu discurso de posse falou que a grande prioridade da política externa de seu governo seria “a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social (BRASIL, 2003, p.9)”, essa é uma ideia continuada, originalmente do governo de FHC quando em seu houve o primeiro encontro dos presidentes sul-americanos e posteriormente a criação do Mercado Comum do Sul (organização regional de cunho econômico-social). A qual foi a primeira instituição que o ex-presidente Lula uniu esforços para revitalizar e reorientar, desse modo o Costa Vaz (2003) entende que o Brasil se dispôs a exercer a liderança da América do Sul.

No governo Dilma Rousseff, desde o primeiro mandato (2011-2013) as relações com países foram diminuindo, a região que mais teve visitas presidenciais no seu governo foi a América do Sul, o entusiasmo desenvolvido pelo governo Lula reduziu drasticamente ao longo

⁴⁴ De acordo com o Banco Mundial, baseado em dados do PIB do ano de 2016, o Brasil é a 9ª maior economia.

⁴⁵ De acordo com o SIPRI, baseado em dados de investimento financeiro de 2016, o Brasil ocupa a 13ª posição.

dos anos. Mesmo que com muito esforço a política externa de Dilma tenha mantido algumas assertivas sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) (CORNETET, 2014).

Ainda sobre o período Lula, encontra-se a criação do Banco do Sul, instituição financeira voltada ao desenvolvimento, que prevê a redução da dependência de recursos externos e instituições financeiras internacionais (FMI e BM), esse banco prioriza o investimento em infraestrutura, integração regional e redução de assimetrias entre os países membros. O Banco do Sul é subordinado à UNASUL, e sua criação foi uma iniciativa da Venezuela, em 2007, sendo concretizada por fim, em 2009 (CARVALHO, *et al*, 2009, p.117-8).

Como visto anteriormente, a UNASUL foi uma iniciativa do governo brasileiro e foi institucionalizada em 2008, bem como o BRICS⁴⁶ que foi fundado em 2006 e tem como membros o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, cada um desses Estados são países com economia emergente e que possuem grande importância no cenário mundial, juntos esses podem e alcançam grandes objetivos que sozinhos não seriam capazes. Um bom exemplo de objetivo é a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, mais conhecido como Banco do BRICS, esse banco foi criado em 2014 (no segundo mandato do governo Dilma) e é o primeiro banco de desenvolvimento de alcance mundial criado sem a participação de países desenvolvidos, ele é um banco que trabalha em conjunto com instituições financeiras globais e é aberto para todos os países membros da ONU (BATISTA JR., 2016, p.179).

O papel do NBD é complementar os esforços das instituições existentes no financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. [...] como diz o nome do nosso banco, a ideia é estabelecer uma entidade nova, levando em conta os erros e acertos dos bancos existentes. É fundamental para nós aprender com a experiência dos bancos mais antigos (BATISTA JR. 2016, p.180).

O Brasil entre os anos de 2004-2005 e 2010-2011 fez parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no período entre uma gestão e outra, no ano de 2006, o Brasil criou com outros 3 países (Alemanha, Índia e Japão) o G4, um grupo de Estados que pleiteiam sua entrada no CSNU como membros permanentes através de uma reforma de toda a ONU. Ainda na gestão de 2004-2005 como esforço para conseguir o assento permanente no Conselho de Segurança o Brasil foi determinado como país comandante da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), missão que durou 13 anos. Desde que o Brasil assumiu o comando da MINUSTAH, o Estado internamente passou por reformas nas suas políticas de defesa, com a criação da nova PDN, END e LBDN. Junto às ações do Brasil na

⁴⁶ Lula em seu discurso de posse já almejava a criação de alguma organização que unisse as 5 nações: “Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul[...]” (BRASIL, 2003, p.10)”.

ONU, o comportamento proativo do Estado nas conferências ministeriais da OMC, inicialmente em 2001 em Doha e em Cancun, são formas de projetar os interesses nacionais além do âmbito regional (BRASIL/MRE, online; COSTA VAZ, 2003, p.10).

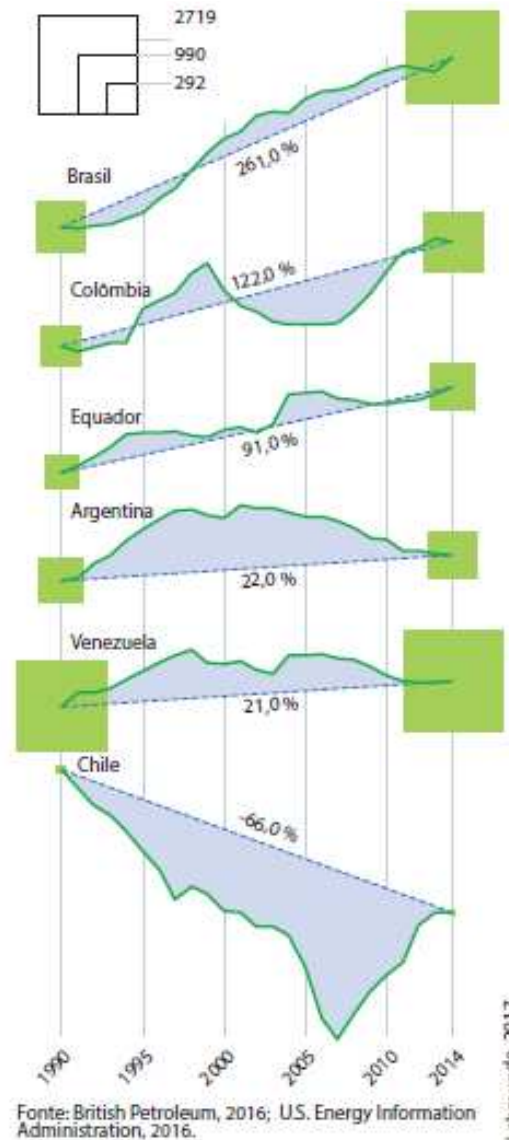
Entendendo que a importância do Brasil aumentou durante os anos e a descoberta de novas jazidas de petróleo na costa brasileira, a defesa deveria ser algo imprescindível na agenda política nacional. Pois alguns atores extrarregionais que estão presentes no entorno estratégico do Brasil, deveriam tomar novos níveis de importância de ameaças. Diante desse cenário de multipolaridade e anarquia no Sistema Internacional que apresentaremos as principais ameaças ao Brasil e o porquê deveriam ser mais consideradas como inimigos potenciais poderosos.

4.1 O TESOIRO NEGRO

Anunciadas no ano de 2007, na reunião ministerial da ZOPACAS em Luanda, as jazidas de petróleo localizadas na camada de Pré-Sal, na costa atlântica brasileira. Compreendida de 800 km de extensão por 200 km de largura (149 mil km²), no litoral entre Santa Catarina e Espírito Santo, o polígono do Pré-Sal fica a 300 km da região Sudeste e concentra 58,2% do PIB brasileiro.

Em 2016 o Brasil passou a produzir 1 milhão de barris de petróleo por dia, isso em menos de 10 anos e apenas com 52 poços furados, se levado em conta que em 1998, depois de 45 anos da criação da Petrobrás, foi quando o Brasil alcançou a marca dos 1 milhão e com mais de 4 mil poços furados, esse é um recorde nacional. Ao longo dos anos, desde 2007 o custo de produção do barril do petróleo reduziu de US\$9,1 para US\$8 no primeiro trimestre de 2016. O desenvolvimento tecnológico pioneiro que o Brasil precisou para operar em águas profundas rendeu em 2015 pela terceira vez o prêmio de maior reconhecimento tecnológico entre empresas petrolíferas.

Figura 9 - Evolução da produção de petróleo em bilhões de barris, por país, entre 1990 e 2014



Fonte: SOARES DE LIMA *et al*, 2017, p.65

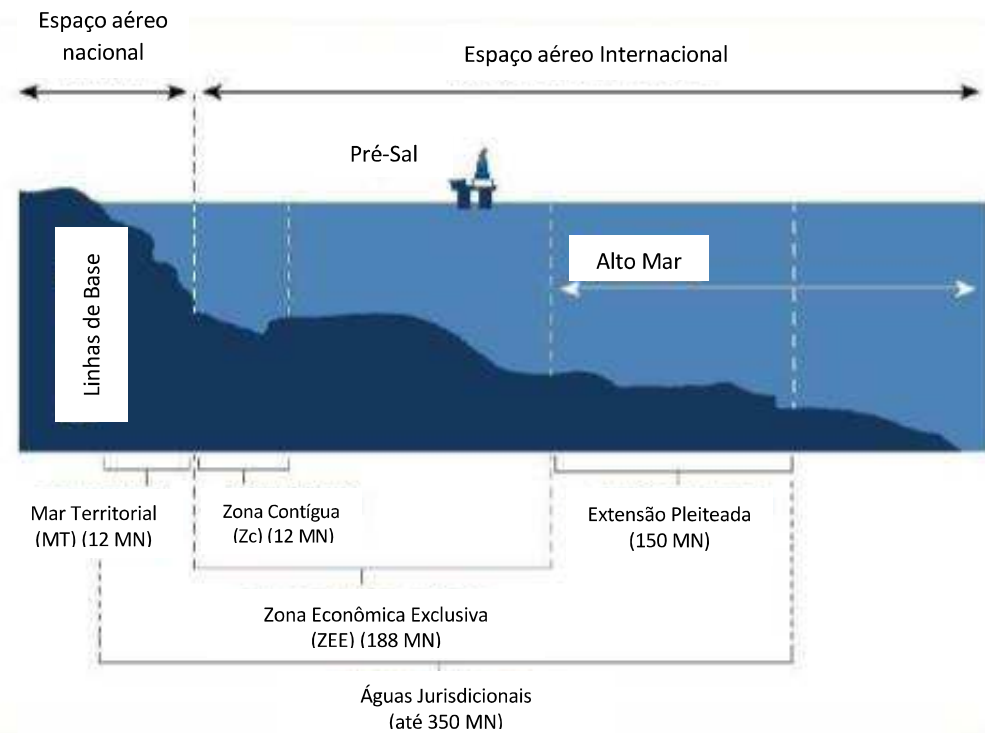
O Pré-Sal se explorado de maneira correta poderá levar ao Brasil a reduzir mais ainda sua pouca dependência do petróleo exportado, podendo chegar a ser autossuficiente. Alguns estudos indicam que o Pré-Sal poderá produzir excedentes e permitir que o Brasil se torne um importante exportador de energia petrolífera (SOARES DE LIMA *et al*, 2017, p.64).

Possuir reservas dessa magnitude exige que o Brasil considere cenários em que o país seja ameaçado direta e indiretamente por uma potência. Atualmente a probabilidade de um conflito pelo apoderamento do Pré-Sal é baixa, mas em até 30 anos esse cenário tende a mudar. Para efetivar a proteção da área do Pré-Sal o Brasil investe desde 2008 no projeto do Núcleo do Poder Naval que planeja modernizar e ampliar a capacidade operacional da Marinha do Brasil. Porém diante das crises econômicas que os subprojetos do Núcleo enfrentam, os 30 anos

estipulados para a mudança de cenário se torna de curto prazo (OLIVEIRA, CEPIK e BRITES, 2014, p.141).

Desde 2004 o Brasil pleiteia o aumento da Plataforma Continental, de acordo com o art. 76 da CNUDM III e seguindo os preceitos das “*Scientific and Technical Guidelines*” – SGT, documento da ONU que regulamenta o artigo em questão. Em 2007 saiu a resposta preliminar da ONU que aprovou 81% da área pleiteada de 150 MN e os outros 19% deveriam ser revistos, totalizando 190 mil km² (MARTINS E NETTO, 2012⁴⁷ e BRASIL/LBDN, 2017 (Minuta), p. 39).

Figura 10 – Limites Impostos pela CNUDM



Limites da Plataforma Continental
(1 MN = 1.85km)

Fonte: BRASIL/LBDN, 2017 (Minuta), p. 39

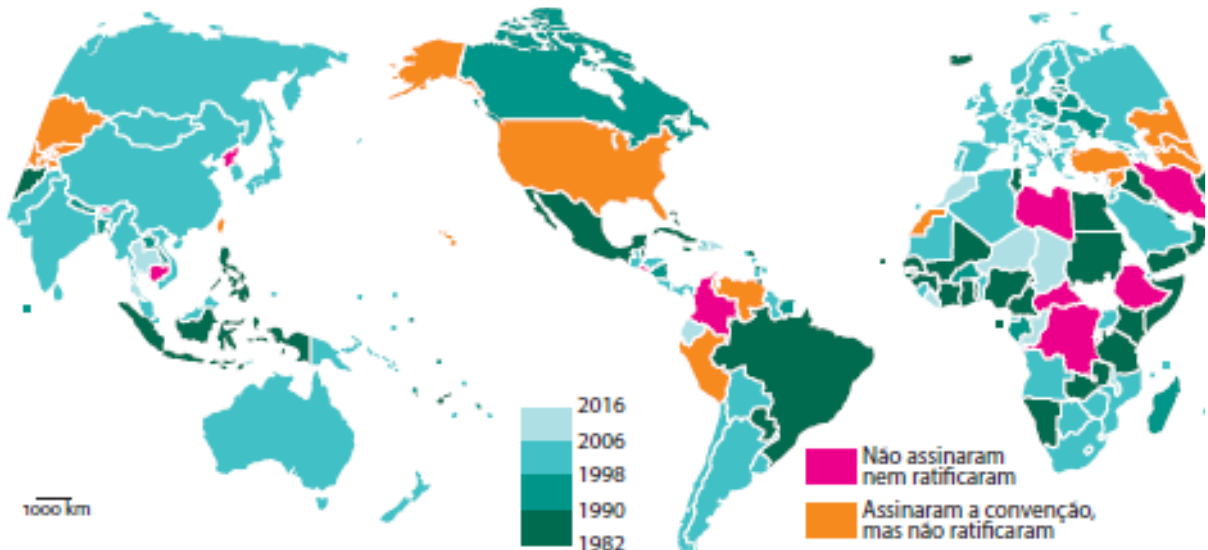
A aprovação da proposta de aumento da Plataforma Continental não é nenhuma garantia de segurança. Muitos Estados nacionais não reconhecem a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, uma vez não assinado e não reconhecido o direito de soberania dos Estados sobre as áreas pleiteadas, os países não assinantes podem tomar certas atitudes que ferem esses direitos, podem ser julgadas, condenadas, mas não são obrigadas a cumprir a pena. O Sistema

⁴⁷ **Soberania e Jurisdição Marítima Brasileira na zona pré-sal.** Online: Portogente: Portopédia. Disponível em: < <https://portogente.com.br/portopedia/soberania-e-jurisducao-maritima-brasileira-na-zona-pre-sal-79531> >. Acesso em: 03 de julho de 2015.

Internacional é anárquico, e, portanto, todo Estado é soberano em si e não há nenhuma entidade regulamentadora.

Figura 11 - Signatários da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, por país e data de ratificação, entre 1982 e 2016

Fonte: United Nations Treaty Collection, 2016



4.2. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A IV FROTA

Os Estados Unidos desde o fim da Primeira Guerra Mundial ascenderam como potência hegemônica. Em 1963 os EUA viram necessidade de criar na região do Atlântico Sul uma Unidade de Comando Unificado Regional, o Comando Sul dos EUA ou USSOUTHCOM. As Unidades de Comando Unificado Regional são seis e estão espalhadas por todo o planeta e são responsáveis por fornecer planejamento de contingência, operações e cooperação de segurança em sua área de responsabilidade designada.

Figura 12 – Unidades de Comando Unificados Regionais



USAFRICOM – United States Africa Command (Stuttgart/Alemanha). É o mais novo dos UCC regionais. Foi criado em 2007 a partir de um desmembramento do USEUCOM. Estará plenamente operacional em setembro de 2008. Engloba todo o continente africano, excluindo-se o Egito, e as águas próximas.



USCENTCOM – United States Central Command (MacDill AFB, Tampa/Flórida). Suas origens remontam da antiga Força de Deslocamento Rápido. A região de atuação engloba todo o Oriente Médio (menos Israel), parte da Ásia Central e Egito. Este UCC, responsável por conduzir as forças norte-americanas nos conflitos do Iraque e Afeganistão, é o mais prestigiado deles desde a metade da década de 1980.



USNORTHCOM – United States Northern Command (Peterson AFB, in Colorado Springs/Colorado). Possui, como área de atuação, toda a América do Norte, incluindo as águas distantes daquele continente até 500 milhas náuticas. Foi criado em 2002, como resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001. Basicamente herdou a estrutura do antigo NORAD.



USPACOM – United States Pacific Command (Camp H. M. Smith, Honolulu/Havai). É um dos mais antigos UCC e sua origem está na criação do Teatro Operacional do Pacífico, durante a II Guerra Mundial. A área operacional do USPACOM é a mais extensa de todas, incluindo grande parte do Oceano Pacífico e Índico, toda a Oceania e Sudeste Asiático, bem como boa parte da Ásia continental.



USEUCOM – United States European Command (Stuttgart/Alemanha). Geograficamente inclui todo continente europeu, a Rússia e Estados do Cáucaso. Além disso, também é responsável pelo Mar Mediterrâneo e Parte do Atlântico Norte. Atua de forma bastante estreita com as forças da OTAN.



USSOUTHCOM – United States Southern Command (Miami/Flórida). Geograficamente, este UCC abrange o Caribe, a América do Sul e a América Central, bem como as águas próximas a estes. O USSOUTHCOM será tratado mais detalhadamente ao longo do texto.

Fonte: Poder Naval, 2010⁴⁸

Subordinada à USSOUTHCOM existe a IV Frota que se localiza no Atlântico Sul, essa Frota foi criada no ano de 1943 e ficou ativa até 1950, só voltou a ser ativada no ano de 2008. No ano de 2017 foi lançada a Estratégia Regional da SOUTHCOM, em português e em

⁴⁸ A Quarta Frota e a Estrutura Militar Unificada dos EUA. 2010. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2010/08/16/a-quarta-frota-e-a-estrutura-militar-unificada-dos-eua/>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2017.

espanhol. Esse documento lista problemas regionais e que os EUA está para compartilhar informações para pôr fim de, por exemplo, o tráfico de mulheres e drogas na região (EUA/ESTRATÉGIA REGIONAL, 2017).

Subordinada a um Contra-Almirante, a SOUTHCOM divide bases em Mayport, onde abriga a terceira maior concentração de unidades militares dos EUA. Reúne três esquadrões de contratorpedeiros, 22 navios e 6 esquadrões de helicópteros antissubmarino. Entre 2005 e 2008 cerca de 80% dos navios que ficam em Mayport serviram em algum momento ao USSOUTHCOM (PODER NAVAL, 2010, online). É curioso notar que a Frota só foi reativada, em 2008, após a divulgação da descoberta de novas jazidas de petróleo na costa brasileira e africana. Visto por muitos militares como uma coincidência, devemos lembrar que no Sistema Internacional nada acontece por coincidência, principalmente se tratando do país mais poderoso do mundo.

4.3. REINO UNIDO

O Reino Unido possui um cordão de 8 ilhas no Atlântico Sul, com bases navais em duas delas, Ilha de Ascensão e nas *Falklands* (Malvinas). Essas ilhas ficam na margem do limite de 350MN das Águas Jurisdicionais Brasileiras. Vale lembrar que o Till, quando fala de geografia de um Estado, ele menciona a proximidade de bases ao teatro de operações, esse teatro de operações é o mar jurisdicional, essas oito ilhas britânicas constroem a projeção brasileira sobre o Atlântico Sul (TILL, 2007, p. 28).

Figura 13 – Cordão das oito ilhas britânicas no Atlântico Sul



Fonte: PODER NAVAL⁴⁹

Vale lembrar que a Inglaterra assim como a França e os EUA fazem parte da OTAN, o que automaticamente essas áreas nacionais podem ser franqueadas à utilização de ofensivas. Outro ponto a ser lembrado é o confronto entre o Reino Unido e a Argentina pelas Ilhas Malvinas em 1982. Na Guerra das Malvinas, ainda sob o regime ditatorial de Pinochet, o Chile apoiou a Inglaterra na reivindicação pelas ilhas, em 2015, fazendo 33 anos da disputa, os argentinos entraram com uma denúncia na justiça inglesa que cinco petroleiras, três delas britânicas, estão tentando extrair petróleo a cerca de 200 quilômetros das ilhas o que provocaria danos irreparáveis ao meio ambiente daquela região. Além de tudo a marinha britânica decidiu que dentro de 10 anos aumentará os gastos militares nas ilhas em 180 milhões de libras, com a justificativa de uma ameaça argentina (EL PAÍS, 2015⁵⁰).

⁴⁹ Poder Naval no Seminário da Amazônia Azul, na Escola Naval. 2010. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

⁵⁰ Guerra das Malvinas segue viva 35 anos depois: quase 23.000 ainda recebem pensão pelo conflito. Buenos Aires: El País, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/02/internacional/1491155935_117217.html>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

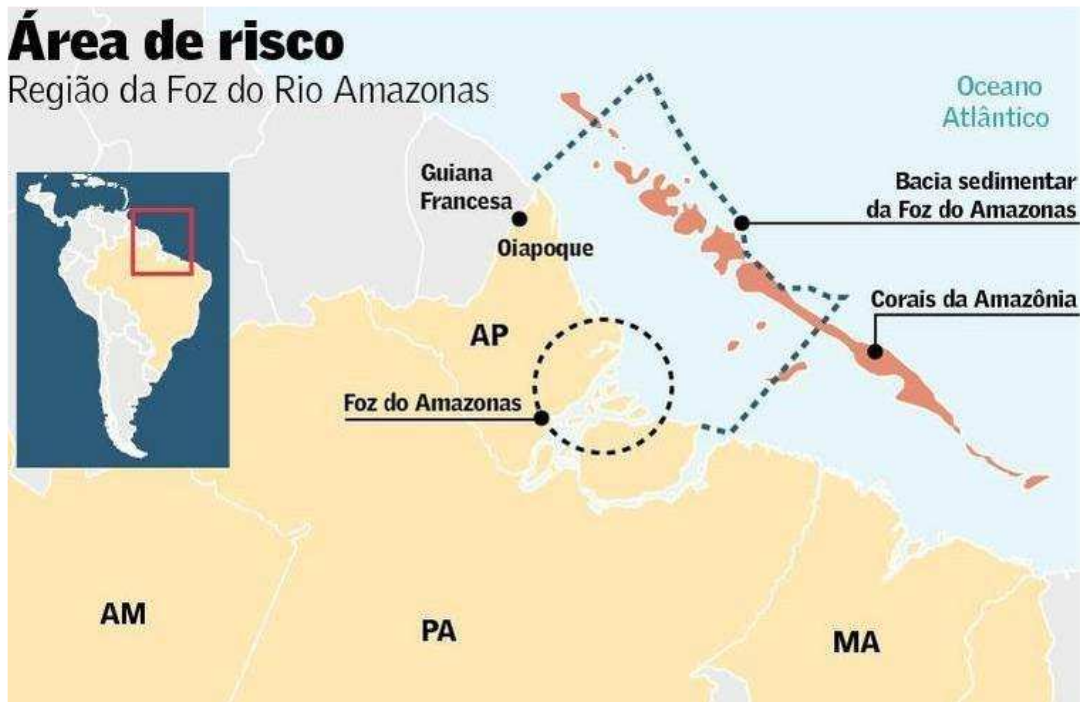
4.4. GUIANA FRANCESA

O histórico de invasões francesas ao Brasil através do mar não é curto, 1555 os franceses tomaram a região da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro para fundar a França Antártica e permaneceram nesse território por 12 anos. No período de 1612 a 1615 a França ocupou um território no Maranhão, fundando a cidade de São Luís que ficou conhecida como França equinocial. A última invasão ao Brasil pela França foi no ano de 1961, com a Guerra da Lagosta, um contencioso que poderia ter sido evitado se o Brasil fosse mais cauteloso quanto a presença de Estados extrarregionais em seu entorno estratégico.

Atualmente o Brasil faz fronteira com o território ultramarino francês, a Guiana Francesa, que fica muito próximo à uma região de grande importância estratégica que é a Foz do Rio Amazonas. É nesse território que existe a Base de Caiena e o Centro Espacial de Kourou. A Guiana Francesa era originalmente território brasileiro, mas no período entre 1808 e 1809 foi tomada pela força armada francesa, nesse período a região do Grão-Pará era remota e não tinha tamanha importância e proteção do Brasil Império, situação que não é tão diferente hoje em dia.

Essa região que é de extrema importância tendo em vista que controla a entrada e saída de navios vindo do norte e que estão indo em direção ao Caribe. Em 2015 a França enviou um navio patrulheiro de pesca para a fronteira com o Brasil, para endurecer a repressão à pesca ilegal nas águas jurisdicionais da Guiana Francesa. Em 2017 a França comprou o terceiro Navio de Patrulha Leve para a Guiana Francesa, que será entregue em 2019 ao território ultramarino. Dois do mesmo tipo já foram entregues em 2017, essas embarcações possuem um alto nível de automação e é armado por um canhão de 20mm e duas metralhadoras, uma de 12,7mm e outra de 7,62mm.

Figura 14 – Distância da Guiana Francesa e Foz do Amazonas



Fonte: WSCOM, 2017⁵¹

Essa pequena distância que existe entre a fronteira da Guiana e a Foz do Amazonas, é uma grande vulnerabilidade que o Brasil tem que resolver como nação. Para isso, é esperado que a 2ª Esquadra da Marinha do Brasil seja aportada nessa região para que a insegurança na área seja reduzida, além de minimizar a violação dos próprios barcos pesqueiros brasileiros sobre águas jurisdicionais da Guiana Francesa, fazendo com que contenciosos não sejam provocados.

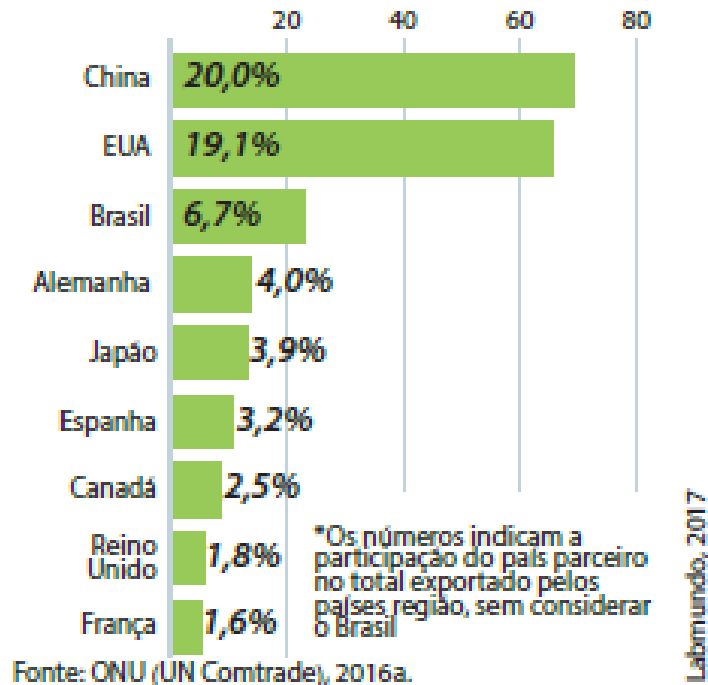
4.5. AS PRESENÇAS NÃO FÍSICAS DA CHINA E RÚSSIA

A maior presença da Rússia e da China no entorno estratégico brasileiro não é física, mas sim comercial. Segue uma imagem que ilustra a presença comercial dos principais países comerciais na América do Sul.

⁵¹ **Ibama vê risco diplomático em exploração no Norte.** 2017. Disponível em: <<https://www.wscom.com.br/noticias/economia/ibama+ve+risco+diplomatico+em+exploracao+no+norte-220909>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

Figura 15 – Presença Comercial na América do Sul

Valor absoluto das exportações feitas pelos países da América do Sul (exceto o Brasil), por país importador, em bilhões de dólares, em 2014



Fonte: SOARES DE LIMA *et al*, 2017, p.56.

A presença da Rússia se dá como maior exportador de armas na América do Sul, seu principal comprador é a Venezuela, seguido dos EUA. A ameaça aqui se dá no fato dos países beneficiados com as compras, além de recebimento de investimentos e exportações poderem se unir a essas potências em algum possível ataque ao Brasil. Sabe-se que a América do Sul é uma região em que a cooperação em defesa e segurança é algo muito recente, o sentimento de coletividade ainda não se sobressai ao sentimento individualista. É dentro desse escopo que a ameaça russa e chinesa se dá.

A China por outro lado, ainda se faz presente na costa africana, diante de investimentos comerciais. Segue uma imagem de todas as presenças extrarregionais na área estratégica brasileira.

Figura 16 – Presença extrarregional no entorno estratégico brasileiro



Fonte: PENHA, 2016, p.12

As regiões africanas que têm presença extrarregional, ou estão sob Missão de Paz da ONU por serem regiões instáveis, ou são regiões petrolíferas. Nota-se que a disposição dessas presenças mantém o Brasil encurralado, pelo lado continental não há saída para o Oceano Pacífico, para o leste as presenças britânica, estadunidense, chinesa e francesa, para o norte existe a França e para o Sul, mais presença britânica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país com grandes potenciais, o seu pensamento mínimo sobre defesa e segurança o faz pecar em muitos aspectos para a manutenção do Estado, inclusive para o desenvolvimento econômico. Um país repleto de bens naturais, em território continental ou marítimo. Aplicando a teoria do Poder Marítimo ao Brasil pode-se constatar que mesmo tendo uma fronteira continental maior que a marítima, é um país que deve somar esforços e se voltar para o mar. O território brasileiro é de extrema importância, ele está localizado em uma área onde possui o domínio de duas das mais importantes passagens do tráfego marítimo mundial. O Brasil possui uma fronteira marítima muito extensa, com portos naturais bem localizados, profundos e alguns deles em fozes de rios.

A história do Brasil com o mar vem desde sua descoberta, a Marinha foi a primeira Força do Brasil a ser criada, mas o eixo do pensamento com o mar foi quebrado quando a capital brasileira foi transferida para Brasília, território no centro do Brasil. A partir disso, o pensamento marítimo brasileiro perdeu importância e o mar passou a ser visto pela nação como um meio de diversão. A maritimidade é intrínseca à consciência social e só a partir dela é que o mar toma reais proporções de importância. Entendendo a deficiência que a sociedade possui e baseado no que a teoria do Poder Marítimo define para que uma sociedade tenha sucesso na defesa de seu mar, a Marinha do Brasil desenvolveu o projeto para levar o mar ao cidadão, essa é uma boa iniciativa, mas não é suficiente. A Força Naval sozinha não conseguirá aumentar ou manter seu sucesso sozinha, é necessário haver uma união dos militares e dos políticos, assim, a sociedade entenderá que o mar é imprescindível.

Essa união dos políticos e militares deve ocorrer de várias formas, inicialmente um maior investimento financeiro para desenvolvimento de tecnologias de ponta e apropriadas para a necessidade do Estado, em segundo deve haver um entendimento de investir em porcentagem e não em valores, como acontece atualmente. Com esse entendimento firmado, as Forças Armadas devem reajustar a forma como o orçamento deve ser aplicado, em 2016, 76% do valor orçamentado foi para pagamento de pessoal, enquanto apenas 8% do valor foi de fato investido em projetos e aquisição de material. Essa falta de consciência quando definir quanto deve ser usado em cada função faz com que projetos de extrema importância estratégica sejam atrasados, como é o caso do PROSUB e PROSUPER. É também necessário que os militares brasileiros entendam que desenvolver a tecnologia é melhor que comprar tecnologia, o Brasil possui vários centros universitários tecnológicos, faz parcerias com universidades estrangeiras e esse

potencial deve ser aproveitado, academia e Forças Armadas devem andar juntas. Só assim a deficiência tecnológica e operacional da Marinha será superada.

O Brasil não possui meios para a devida proteção de seus mares e não é apenas a tecnologia que deve ser incluso como meios, o Estado brasileiro possui um grande desafio, mas não é a obtenção de bens, ou maior investimento nas Forças Armadas, o maior desafio para o Brasil é conscientizar a sociedade brasileira sobre o tema de segurança e defesa do Atlântico Sul. Não é à toa que nossas Águas Jurisdicionais são chamadas de Amazônia Azul, total de 4,5 milhões de km² de área é tão grande quanto à Amazônia Legal, e é através desse mar que 95% do fluxo comercial do Brasil acontece, é onde está 80% da produção de petróleo nacional e 90% das reservas de recursos estratégicos está localizada.

O Brasil deve focar suas relações com os países africanos, fazer com que esses países tornem-se estáveis é a chave para a segurança brasileira, desse modo as forças de manutenção da ONU devem deixar esses territórios e a ameaça de algum país atingir o território nacional é minimizada. Através das organizações de cooperação para a defesa do Atlântico, o Brasil mantém o ritmo que tinha há 10 anos e como Till menciona, os Estados necessitam de amizades firmes para que quando a necessidade surja, possam contar com aquele país amigo. Existe a necessidade de entender que essa amizade deve ser feita com países de realidade social, política, econômica e militar parecidas, para que não aconteça ao Brasil o que houve com a Argentina sobre a Guerra das Malvinas. Quando o Estado argentino solicitou a ajuda dos Estado Unidos, diante da Doutrina Monroe, de América para os americanos, e também do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca, os estadunidenses resolveram não adentrar no conflito respondendo ao pedido argentino, e assim o território das Malvinas ficou sob a soberania do Reino Unido. A política externa ativa e ativa que o ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim pôs em prática em sua gestão foi minimizada até que o Brasil voltou a ser um país que possui uma política externa defensiva e não está preocupado com as próximas ações que deve tomar para manter seu *status quo* no Sistema Internacional.

A política externa e a política de defesa do Brasil devem ter mais que uma co-secretaria em conjunto (o que não significa que as relações interministeriais aconteçam), deve haver políticas de ações conjuntas. O Estado brasileiro necessita manter sua tradição de país diplomático, mas a diplomacia nem sempre prevalece isso urge como a imprescindibilidade de equipamentos dissuasórios de tecnologia de ponta, e o que foi determinado na Estratégia Nacional de Defesa seja posto em prática, pois o Brasil em seus livros de defesa reconhece o ambiente em que está inserido como de natureza realista e usa de arcabouços liberais para manter-se estável. Se na década de 1990 a política de defesa era subordinada à política externa,

hoje nem uma e nem outra se sobressai nas relações externas do Brasil. Meira Mattos defende que o Brasil tem que ter duas vertentes de ação política estratégica, uma mais defensiva, voltada para a América do Sul; e uma outra com um comportamento mais ofensivo, voltada para o Atlântico Sul, o que é o reconhecimento da preocupação além daqueles que compartilham fronteiras terrestres.

Para essa ação mais ofensiva sugerida, o Brasil precisa reconhecer quais são seus potenciais inimigos, não é acreditar que o cenário mudará daqui a 30 anos, mas reconhecer de agora o que nos espera nesses 30 anos e estar preparado para confrontar todos os tipos de ameaças vindouras. É necessário entender que o litoral também é uma fronteira, e essa fronteira nacional ainda nos falta definir. E mesmo quando definir, por existir Estados que não reconhecem a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o Brasil não está resguardado.

O Brasil, no período do governo Lula lutou para obter um assento permanente no CSNU, mas o Brasil não está preparado para tal desafio, mesmo naquele período específico, com economia crescente, política interna estável e interesses nacionais sendo projetados. O Brasil quer representar todos os países da América do Sul no Conselho de Segurança, mas a região não está pronta e nem reconhece o Estado brasileiro como seu representante, o Brasil é um estranho gigante dentro de um subcontinente repleto de países falantes de espanhol e com uma cultura e história parecidas. Falta muito para o Brasil alcançar seu objetivo de líder regional, principalmente falta entender que esse posto, seja de líder ou de um assento permanente no Conselho geram possíveis ameaças que o Estado não está pronto para se defender.

Na comparação feita entre o Brasil e os outros cinco países selecionados, quando olhamos para o tamanho da Coreia do Sul e do Brasil, e vemos quanto de tecnologia militar e meios operacionais que aquele pequeno Estado possui, nos faz entender que no que se refere a defesa o Brasil é uma criança no meio das dez grandes potências econômicas. E não deve-se pensar que a Coreia tem todo um aporte militar somente por possuir a Coreia do Norte como inimigo, o Brasil tem três Estados extrarregionais presentes em seu entorno estratégico, sem falar naqueles que não estão presentes de forma física.

Esses são motivos o suficiente para entender que o mar brasileiro precisa ser protegido, o Brasil possui zonas de penetração vulneráveis, sem uma proteção adequada, fozes de rios, localização na garganta do Atlântico Sul, torna o Nordeste brasileiro vulnerável também. O Brasil precisa amadurecer muito seu pensamento marítimo, sua maritimidade, e não apenas à população civil e políticos, mas a sua população militar também, que só reconhece ameaças a partir das fronteiras continentais, mesmo com um grande histórico de invasões territoriais

através do mar. Para estar devidamente protegido o Brasil necessita ao menos de 4 esquadras aportadas nas seguintes áreas: Foz do Amazonas para “controlar” a passagem para o caribe e saliente africano; Nordeste, pela grande aproximação com o Golfo da Guiné que torna mais fácil atingir o território; Santos-Vitória para a proteção da região do Pré-Sal; e no Estuário do Prata um maior controle das passagens e ter presença mais próxima do Cabo da Boa Esperança.

Como a 16ª maior costa do mundo e a maior costa atlântica não é possível ter prontidão operacional efetiva, o Brasil deve passar a ter uma política de defesa mais ativa, assim como a política externa foi nos anos 2000-2010, pois as disputas por mais distantes que sejam, podem ser “transplantadas” a qualquer lugar, esse aspecto exige que todos os países desenvolvam um sistema de segurança contra o que estar acontecendo longe de seu território. Essa é uma das consequências que a globalização fez com o mundo, as distâncias geográficas hoje não significam muito como no século passado, as áreas oceânicas passaram a ser imaginadas como traços de união, interligando países e continentes. A ampliação do conceito de segurança é outro elemento necessário para o Brasil iniciar um momento ativo, os aspectos geográficos, territoriais, políticos e militares cada vez mais ressoam sobre as atividades de interesse regional, nacional, o que afeta o balanceamento do Sistema Internacional. Passando a ser mais difícil a análise individual de cada um desses aspectos.

O Brasil respira pelo mar, e é desse mar que sua sociedade deve cuidar. As estruturas das Forças Armadas devem estar adequadas as necessidades do Estado, e é diante de todas essas considerações, e tendo analisado livros, artigos e documentos que constata-se que a costa brasileira é uma vulnerabilidade, pois ter tamanha costa com 9,2 mil km e ter deficiência de prontidão operacional, não ter tecnologia de ponta e ainda querer comprar navios do fim da Segunda Guerra Mundial em pleno 2017 mostra que além das deficiências materiais, os militares, e a classe política brasileira possuem uma grande deficiência de maritimidade.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. **O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África.** In: IPEA. O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico. Rio de Janeiro: IPEA. p. 215-238 2014.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Atlântico Sul: as relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa.** Porto Alegre: Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.2, n.4, 2013, p.49-71.

ALLISON, George. **The Brazilian Navy has reportedly sent a proposal to pay for helicopter carrier HMS Ocean in instalments.** UKDJ: 2017. Disponível em: <<https://ukdefencejournal.org.uk/proposed-sail-price-hms-ocean-brazil-revealed/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

ANTONELLI, Diego. **A Lagosta é nossa.** Gazeta do Povo. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-lagosta-e-nossa-24v9shy09i51w3gg583pln8em>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2017.

ASSIS, Ana Carolina de Oliveira e FRAMENTO, Rodrigo de Souza. **O Mar no Pensamento Geopolítico Brasileiro no Século XX.** In: Anais do II Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Natal: UFRN, 2016, p.205-215.

BARBOSA, Luísa Calvete Portela. **A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): Criação, Projeção e Dimensão Político-Estratégica.** Porto Alegre: 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116730/000955967.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

BASTEZINI, Gustavo. **União Ibérica e Brasil: seus desdobramentos entre 1580-1640.** Santa Catarina: 2016.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Brics – Novo Banco de Desenvolvimento.** São Paulo: Revista de Estudos Avançados 30 (88), 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n88/0103-4014-ea-30-88-0179.pdf>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

BBC BRASIL. **Índia lança primeiro submarino nuclear construído no país.** 2009. Disponível em: <

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090726_india_submarino_pu>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Requerimento de Informações Nº1310481 de 2015**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1310481.pdf>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **A Concepção Estratégica da Marinha**. Palestra apresentada no XIV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional. Resende: 2017.

_____, Marinha do. **Amazônia Azul**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-1>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **Estaleiros e Base Naval**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/prosub/estaleiro-e-base-naval>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **Estrutura do PROSUB**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/prosub/estrutura>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **Meios da Esquadra**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/comemch/?q=meios%20da%20esquadra>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **Programa de Mentalidade Marítima**. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/secirm/portugues/promar.html>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **Programa de Obtenção dos Navios-Aeródromos**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/node/855>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **PROSUB Folder**. 2014. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/prosub/sites/www.marinha.mil.br.prosub/files/prosub_folder.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **PROSUB**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/node/813>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **Revista PROSUB**. 2013. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/prosub/sites/www.marinha.mil.br.prosub/files/revista_prosub.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Marinha do. **Transferência de Tecnologia**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/prosub/transferencia-de-tecnologia>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____. Ministério da Defesa. **O Brasil na MINUSTAH (Haiti)**. Brasília: 2017. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____, Petrobrás. **Pré-Sal.** Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____. CEEEX. **Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil.** 2016. Disponível em: <http://www.ceeex.eb.mil.br/images/8rt/06.%20C%20Alte%20Fernando_Projetos%20Estrat%C3%A9gicos%20da%20Marinha%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

_____. **Lei de nº8.617, de 4 e janeiro de 1993.** Brasília: Casa Civil, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8617.htm>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília: Ministério da Defesa, 2017 (Minuta).

_____. Ministério da Defesa. **Comunidade de Países de Língua Portuguesa institui protocolo de cooperação na área de defesa.** Brasília: 2015. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/16252-comunidade-de-paises-de-lingua-portuguesa-institui-protocolo-de-cooperacao-na-area-de-defesa>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____. **Política de Defesa Nacional.** Brasília: Ministério da Defesa, 2010.

_____. **Política de Defesa Nacional.** Brasília: Ministério da Defesa, 1996.

_____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2017 (Minuta).

_____. **Política Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

_____. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 2003.

CABRAL, Ricardo Pereira e BAHIA, Nelson Ricardo Calmon. **Uma análise dos componentes do poder marítimo brasileiro.** Rio de Janeiro: Revista Intellector, Ano XIII, Vol. XIV, Nº27, 2017.

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Geopolítica Clássica e Geopolítica Brasileira Contemporânea: MAHAN, MACKINDER e a “grande estratégia do Brasil para o século XXI.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação, 2012.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. **Geopolítica Brasileira e Relações Internacionais nos Anos 50: O Pensamento do General Golbery do Couto e Silva.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

CARVALHO, Gustavo de Lemos Campos. **O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 1999.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Colégio de Defesa da CPLP: Termos de Referência**. Lisboa: 2016. Disponível: < https://cplp.defesa.pt/Exercicios/20160520_TDR%20Col%C3%A9gio%20Defesa%20CPLP.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____. **Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa: 2007. Disponível em: < https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____. **Histórico – Como surgiu?**. Disponível em: < <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

CORNETET, João Marcelo Conte. **A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade**. Porto Alegre: Revista Conjuntura Austral, Vol. 5, nº. 24, 2014.

CRISPIM, Denise. **Com a França, foi “guerra da lagosta”**. São Paulo: O Estadão de S.Paulo, 2009. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,com-a-franca-foi-guerra-da-lagosta,314045>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

CUÉ, Carlos E. **Recrudescer o conflito político pelas Ilhas Malvinas**. Buenos Aires: 2015. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/17/internacional/1429299964_167567.html?rel=mas>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

DE LIMA, Maria Regina Soares; *et al.* **Atlas da Política Brasileira de Defesa**. Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

DE MARTINI, Fernando Nunão. **80 anos do Monitor Parnaíba – terceira parte**. 2017. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2017/11/16/80-anos-do-monitor-parnaiba-terceira-parte/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

DOCE BRASIL HOLANDÊS, Direção: Mônica Schmiedt. Recife-Pernambuco, 2012. 51.12min. TV Cultura e M.Schmiedt Produções. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=0GIPiFf33SI>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

EURONEWS. **O Parlamento Britânico aprovou por maioria da renovação do Sistema de Armas Nucleares**. Disponível em: < <http://pt.euronews.com/2016/07/19/reino-unido-apostana-renovacao-da-frota-de-submarinos-nucleares>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

FLORENCIO, Raphaela de M.; CARVALHO, André; DI MAIO NETO, Delanney; SOUZA, Edith; COSTA FILHO, José Laudemiro R. da; e NOBRE, Fábio R. F. **Pré-Sal: Soberania, Defesa e Segurança do Atlântico Sul**. Resende: Artigo apresentado no XIV Congresso Acadêmico de Defesa Nacional, 2017.

FLORES, Mario Cesar. **Estratégia Nacional de Defesa – uma breve análise**. Maceió: Revista On-Line Liberdade e Cidadania, 2011, Ano III – n.12, abril/junho. Disponível em: < http://www.flc.org.br/revista/materias_view84af.html?id=%7BE4A78181-DDA8-4D9A-84EE-4C15AE1B9288%7D>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

FOLHA DE S.PAULO. Roberto de Guimarães Carvalho. **A “Amazônia Azul”**. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1105200509.htm>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

FORÇAS TERRESTRES. **Discurso do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, durante a cerimônia de sanção do Projeto de Lei Complementar 10/2010**. Disponível em: < <http://www.forte.jor.br/2010/08/26/discurso-do-ministro-da-defesa-nelson-jobim-durante-a-cerimonia-de-sancao-do-projeto-de-lei-complementar-102010/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

GLOBAL FIRE POWER. **Total Naval Strength by Country**. 2017. Disponível em: <<https://www.globalfirepower.com/navy-ships.asp>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Mario Travassos e a Geopolítica Brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos**. São Paulo: 2014.

LOPES, Roberto. **Ministério da Defesa menos otimista com as chances do Prosuper em 2015**. Poder Naval: 2015. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2015/03/24/ministerio-da-defesa-menos-otimista-com-as-chances-do-prosuper-em-2015/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

LUCENA SILVA e ANDRADE FLÔR. **Unasul, Conselho de Defesa Sul-Americano e Cooperação: Lições da Cooperação Militar entre as Marinhas De Brasil, Argentina e Uruguai**. In Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, v.17 n.2 p. 49-63, jul/dez. 2011. Disponível em: < https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2011/edicao17_2.51-66.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2016.

MAHAN, Alfred T. **The Influence of Sea Power Upon History**. Boston: Little, Brown, and Company, 1890.

MARINHA EM REVISTA. **Os Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil**. Brasília: Ano 04, Número 10, 2014.

MARQUES, Guida. **O Estado do Brasil na União Ibérica: Dinâmicas Políticas no Brasil no Tempo de Filipe II de Portugal**. Lisboa: Revista Penélope de História e Ciências Sociais, Nº27, p.7-35, 2002.

MARTINS, Cosma Catunda Borges. **O Direito do Mar: Convenção de Montenegro Bay e a Constituição Federal de 1988**. 2014. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/35312/o-direito-do-mar-convencao-de-montego-bay-e-a-constituicao-federal-de-1988> >. Acesso em: 30 de abril de 2017.

MARTINS. Raul François R. C.. **Acerca do Conceito de Estratégia**. In: Nação e Defesa. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1983, p.98-125. Disponível em:

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2815/1/NeD29_RaulFrancoisMartins.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

MATTOS, Meira. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MOLINA, Federico Rivas. **Guerra das Malvinas segue viva 35 anos depois: quase 23.000 ainda recebem pensão pelo conflito**. Buenos Aires: El País, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/02/internacional/1491155935_117217.html>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

MONTEIRO, Álvaro. **Os Interesses Estratégicos do Brasil no Atlântico Sul e o Poder Naval Brasileiro: ameaças e perspectivas**. Resende: Palestra para o VIII Congresso Acadêmico de Defesa Nacional, 2010.

MONTEIRO, Luiz. **Marinha do Brasil: Projeto Estratégico de Construção do Núcleo do Poder Naval**. Poder Naval: 2016. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2015/01/08/marinha-do-brasil-projeto-estrategico-de-construcao-do-nucleo-do-poder-naval/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

NATO. **What is NATO?** Disponível em: <<https://www.nato.int/nato-welcome/index.html#members>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

NEVES, André Luiz Varella. **Atlântico Sul: Projeção estratégica do Brasil para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégico do Exército, 2013.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de; CEPIK, Marco e BRITE, Pedro Vinicius P. **O Pré-Sal e a Segurança do Atlântico Sul: A Defesa em Camadas e o Papel na Integração Sul-Americana**. Rio de Janeiro: R. Esc. Guerra Naval, v.20, n.1, 2014, p.139-164.

ONUBR. **Conheça a ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

PADILHA, Luiz. **Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil**. Defesa Aérea & Naval: 2014. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/projetos-estrategicos-da-marinha-do-brasil/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

PASSOS, José Meirelles. **Em encontro com militares nos Estados Unidos, ministro defende criação do Conselho Sul-Americano de Defesa**. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 2008, O País.

PENHA, Eli Alves. **A Segurança e a Defesa do Atlântico Sul no Âmbito da Cooperação Brasil-África: Vontade e Capacidade de Soberania**. Rio de Janeiro: 2016.

PODER NAVAL. **França vai comprar terceiro PLG para Guiana Francesa**. 2017. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2017/09/26/franca-vai-comprar-terceiro-plg-para-guiana-francesa/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____. **Navio Oceanográfico francês vai coletar dados no nordeste brasileiro.** 2015. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2015/09/16/navio-oceanografico-frances-vai-coletar-dados-no-nordeste-brasileiro/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

_____. **Poder Naval no Seminário da Amazônia Azul, na Escola Naval.** 2010. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

POGGIO, Guilherme e SILVA, José da. **A Quarta Frota e a Estrutura Militar Unificada dos EUA.** 2010. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2010/08/16/a-quarta-frota-e-a-estrutura-militar-unificada-dos-eua/>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2017.

POGGIO, Guilherme. **A Guerra da Lagosta e suas lições.** Poder Naval. 2016. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2016/01/28/a-guerra-da-lagosta-e-suas-licoies/>>. Acesso: 07 de dezembro de 2017.

RIBEIRO LUIS, Camila Cristina. **O Poder Naval na Construção do Poder Marítimo Brasileiro.** São Paulo: Ver. Bra. Est. Def., v.2, nº1, 2015, p.123-137.

RIBEIRO, Jeferson. **Programa da Marinha para construir submarinos sofre com crise fiscal.** São Paulo: O Globo: 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/programa-da-marinha-para-construir-submarinos-sofre-com-crise-fiscal-21725347>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

SILVEIRA, Virgínia. **Plano de reaparelhamento vai durar até 12 anos.** Poder Naval: 2014. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2014/01/14/plano-de-reaparelhamento-vai-durar-ate-12-anos/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

SIPRI. **Military expenditure by country, in constant (2015) US\$ m., 1988-1996.** 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/Milex-constant-2015-USD.pdf>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

TAVARES. Luiz Fabiano de Freitas. **Conflitos da França Antártica.** São Paulo: Revista de História, 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/conflitosda-francaantartica>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil.** Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional, 1947.

TILL, Geoffrey. **Poder Marítimo: una guía para el siglo XXI.** Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 2004.

VAZ, Alcides Costa. **El gobierno de Lula ¿Una nueva política exterior?** Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad, nº 187, 2003, p.139-152.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Amazônia azul: o mar que nos pertence.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. **A Teoria do Poder Marítimo de Mahan: Uma Análise Crítica à Luz de Autores Contemporâneos**. Rio de Janeiro: R. Esc. Guerra Naval, v.21, n.1, p.223-260, 2015.

WALTZ. Kenneth N. **Structural Realism after the Cold War**. Cambridge: International Security, vol.25, Nº 1, 2000, p.5-41.

WIGHT, Martin. **Poder Marítimo e Poder Terrestre**. In: A Política do Poder. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 53-67.

WSCOM INOVAÇÃO E CREDIBILIDADE. **Ibama vê risco diplomático em exploração no Norte**. 2017. Disponível em: <
<https://www.wscom.com.br/noticias/economia/ibama+ve+risco+diplomatico+em+exploracao+no+norte-220909>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.